

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
RAMO A – ESTUDOS LOCAIS E REGIONAIS – CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

A Urbanização das Fontainhas Séculos XVIII-XIX Maria João Da Costa Marinho Ferreira

M

2018



Maria João Da Costa Marinho Ferreira

A Urbanização das Fontainhas

Séculos XVIII-XIX

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património orientada pela
Professora Doutora Helena Osswald
e coorientada pelo Professor Doutor José Ramiro Pimenta

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2018

A Urbanização das Fontainhas

Séculos XVIII-XIX

Maria João Da Costa Marinho Ferreira

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património orientada pela
Professora Doutora Helena Osswald
e coorientada pelo Professor Doutor José Ramiro Pimenta

Membros do Júri

Professora Doutora Nicole Françoise Devy Vareta
Faculdade de Letras - Universidade do Porto (Aposentada)

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor José Ramiro Marques de Queirós Gomes Pimenta
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

À minha mãe, o meu porto de abrigo.

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de ilustrações.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
Introdução	12
1. Fontes de Informação e Crítica de Fontes	36
1.1. Documentação produzida no âmbito da Câmara.....	40
1.2. Documentação produzida por observadores especialistas.....	47
1.2.1. Gravuras	47
1.2.2. Fotografia	51
1.2.3. Periódicos	54
1.2.4. Cartografia.....	57
2. Antecedentes da evolução urbanística na cidade do Porto	59
2.1. Almada e a Junta de Obras Públicas	62
2.2. O Novo Começo.....	70
3. A urbanização das Fontainhas no século XVIII	74
3.1. Quinta da Fraga	78
3.2. Capela do Senhor do Carvalhinho.....	80
3.4. Curtumes nas Fontainhas	89
3.5. Matadouro Público das Fontainhas	93
4. A urbanização das Fontainhas no século XIX.....	95
4.1. Quinta do Carvalhinho	98
4.2. Passeio Público das Fontainhas.....	103
4.3. Edifício do antigo Matadouro Público	113
4.4. Asilo Portuense de Mendicidade.....	118
4.5. Habitações	122
Reflexão Final	143
Fontes e Bibliografia	149
ANEXO.....	161

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho de dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, Setembro, 2018]

[Maria Ferreira]

Agradecimentos

Primeiramente agradeço aos meus orientadores, Professora Maria Helena Cardoso Osswald e Professor José Ramiro Pimenta que me auxiliaram neste percurso árduo que foi realizar este projeto sobre as Fontainhas e pela paciência que demonstraram perante os meus horários laborais e perante as minhas dificuldades que enfrentei durante a realização da dissertação.

Em seguida agradeço aos habitantes das Fontainhas e aos integrantes do grupo Viver as Fontainhas e especialmente à Soraia Filipa da Silva Gomes pelo seu apoio durante a minha jornada.

Agradeço à minha família, essencialmente à minha mãe, Maria José da Costa Marinho, por me acompanhar em todas as etapas deste projeto e pela motivação que sempre me transmitiu em todos os momentos.

Por último, agradeço aos meus amigos, Vera Guedes, Maryse Teixeira, Joana Dias, Marco Santos, Tiago Alves e outros pelo apoio que me deram durante este percurso.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo reconstruir as memórias históricas das Fontainhas, um local sito no Porto e reconhecido como varanda do Douro devido às vistas sobre o Rio Douro. Este projeto aborda a urbanização que as Fontainhas sofreram após os finais do século XVIII e durante o século XIX. Desde a construção das habitações à construção de espaços e edifícios públicos, o projeto aborda também as razões e as consequências da urbanização para as Fontainhas. Ao abordar estes temas o principal objetivo é reconstruir as memórias das Fontainhas esquecidas pelo tempo e discutir a identidade e o património da zona vigorosamente protegida pelos seus habitantes mas esquecida pelas autoridades locais e municipais.

Palavras-chave: Fontainhas, urbanismo, memória, identidade, Património

Abstract

The present dissertation aims to reconstruct the historical memories of Fontainhas, a place located in Porto and recognized as a balcony of the Douro due to the views over the Douro River. This project addresses to the urbanization that Fontainhas suffered at the end of the 18th century and during the 19th century. From the construction of the houses to the construction of spaces and public buildings, the project also addresses the reasons and consequences of this urbanization for Fontainhas. In addressing these themes the main objective is to relive the memories of Fontainhas that were forgotten by the time, to remember the identity and the patrimony of the zone strongly protected by its inhabitants but most of the times forgotten by local and municipal authorities.

Keywords: Fontainhas, urbanism, memory, identity, heritage.

Índice de ilustrações

Figura 1: Personagem típica das Fontainhas: Micas Peixeira	19
Figura 2: Gravura do Passeio das Fontainhas da autoria de Joaquim VilaNova ..	48
Figura 3: Gravura - Convento da Serra: Porto: antes do sítio - da autoria de Joseph James Forrester.....	50
Figura 4: Reconstituição Cartográfica das Fontainhas no século XVIII	75
Figura 5: Fotografia da Fonte sita no Carvalhinho	76
Figura 6: Capela da Fraga ou do Senhor do Carvalhinho	81
Figura 7: Atual capela representada na Planta Redonda da Cidade do Porto.....	81
Figura 8: Descrição da Planta Redonda da Cidade do Porto.....	81
Figura 9: Capela Fábrica do Carvalhinho	83
Figura 10: Planta Geométrica da Alameda das Fontainhas.....	88
Figura 11: Recorte da Reconstituição cartográfica das Fontainhas no séc. XVIII	91
Figura 12: Reconstituição Cartográfica das Fontainhas no século XIX	97
Figura 13: Planta do armazém da Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho	99
Figura 14: Fontainhas e Corticeira em 1860.....	101
Figura 15: Plano do Passeio público no sítio das Fontainhas.....	103
Figura 16: Fontainhas representadas na Carta Topográfica das Linhas do Porto	106
Figura 17: Gravura dos Portões do Passeio e dos Tanques das Fontainhas.....	108
Figura 18: Passeio Público das Fontainhas representado no Mapa de Teles Ferreira.....	112
Figura 19: Passeio das Fontainhas representado no mapa de Teles Ferreira	112
Figura 20: Edifício do Antigo Matadouro das Fontainhas.....	117
Figura 21: Edifício do Antigo Matadouro das Fontainhas (1)	117
Figura 22: Fontainhas representadas na Planta do Porto da autoria de W.B. Clarke	127
Figura 23: Casa de Manuel da Rocha da licença de 1846.....	128
Figura 24: Prédio sito no Passeio das Fontainhas	131
Figura 25: Casa na Ilha dos Tanques	135
Figura 26: Planta do Bairro Vila Maior	136
Figura 27: Planta do Bairro Vila Maior (1)	137
Figura 28: Planta do Bairro Vila Maior (2)	138
Figura 29: Planta da ilha do Cantarino.....	138
Figura 30: Planta da Ilha Pinheiro da Fonseca	139
Figura 31: Planta da Ilha Pinheiro da Fonseca (1).....	140
Figura 32: Fontainhas séc. XXI.....	144
Figura 34: Lavadouros das Fontainhas no Presente	148
Figura 33: Recriação das Lavadeiras	148

Lista de abreviaturas e siglas

ADP: Arquivo Distrital do Porto

ADAVR: Arquivo Distrital de Aveiro

AHMP: Arquivo Histórico Municipal do Porto

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BPMP: Biblioteca Pública Municipal do Porto

BNP: Biblioteca Nacional de Portugal

GISA: Gestão Integrada de Sistema de Arquivos

Introdução

Conhecida como a varanda sobre o Douro, “as Fontainhas” é um espaço inserido na cidade portuense. Hoje em dia associamos as Fontainhas às tradições das festas de S. João, porém nem sempre este espaço foi palco de festejos joaninos. As festas de S. João iniciaram-se na segunda metade do século XIX e até hoje os moradores do espaço se identificam com a festa. A identidade joanina é tão presente neste espaço que, nos últimos dois anos, os moradores das Fontainhas, através de manifestações, têm vindo a solicitar o retorno da festa para este espaço, porque todos relembram os bons tempos de juventude onde os carrosséis se encontravam todos ali concentrados. No entanto, influenciados pelas memórias, os caracteres pelo qual um povo se identifica podem-se modificar ao longo do tempo e no caso das Fontainhas não foi diferente como veremos adiante.

A ideia deste projeto surgiu no momento em que comecei a habitar nas Fontainhas, local acolhedor e ao mesmo tempo degradado. À medida que questionava os habitantes mais antigos, muitos deles não me sabiam responder a questões sobre a data de um edifício ou o proprietário de um espaço. Apesar de amarem o seu espaço, existe uma pequena tristeza em relação ao que, em termos de memórias, representava para eles este espaço, as Fontainhas, que recordam ter sido um local vivido com crianças alegres correndo de um lado para o outro, e agora se transformou num local abandonado. Em conversas informais num café antigo chamado *Azul e Branco* todos pareciam interessados em saber novas informações ou então em fazer-se ouvir pretendendo que eu registasse as suas informações. Todas estas conversas me inspiraram na corrida em busca de informação sobre o passado das Fontainhas. Algumas das informações dadas pelas pessoas não pareciam muito corretas. Junto com a familiaridade do espaço veio a curiosidade histórica ao observar a urbanização ao redor e quanto isso afetou a identidade da população que aí reside. Qual o passado das Fontainhas? Como surgiu este espaço que se situava fora das muralhas fernandinas? Porque é que as autoridades escolheram este sítio para albergar um matadouro? Quais os principais edifícios deste espaço e a sua funcionalidade? Estas perguntas um pouco desgarradas serviram, num primeiro momento, de “rampa de lançamento” a um trabalho que teria de ser mais sistemático.

A memória é a capacidade de reter ocorrências, eventos, valores para mais tarde relembrar. Dada a incapacidade de reter toda a informação existente ao longo do percurso de vida de cada pessoa, a memória reorganiza-se constantemente com a seleção de alguns destes elementos. Essa seleção é por vezes influenciada por diversas entidades políticas e sociais. Além disso, a memória revela-se não só ao nível individual mas também coletivo, e os dois tipos relacionam-se devido às influências do grupo no indivíduo.¹

As Fontainhas serão tratadas neste projeto como sendo um espaço vivido e social no sentido que é atribuído a este conceito por alguns pensadores e historiadores adiante referidos, reconhecendo que nesse mesmo espaço é possível reencontrar a “alma” do espaço, moldada pela sociedade que o vive. O entendimento do espaço vivido não reside só na definição de conceitos propostos por alguns autores que refletiram sobre o património, mas também está presente em alguns dos interlocutores das Fontainhas. Mas o que é o espaço vivido? O espaço vivido representa um lugar onde encontramos uma comunicação entre a sociedade e o espaço, isto é, um local onde as pessoas interagem entre si, moldadas e moldando o mesmo espaço, criando assim diferentes laços afetivos nesse mesmo local. Assim, tal como o filósofo francês Henri Lefebvre mostrou, o espaço é um produto social e por isso deverá ser observado como um local de ligação e não apenas como um sítio físico.² O filósofo francês continua: “*O espaço social é o da sociedade. O homem não vê senão palavras; cada “sujeito” se situa num espaço onde ele se reconhece ou então se perde, do qual ele usufrui ou modifica.*”³ Como usufruí o sujeito do seu espaço? Segundo o autor, o sujeito irá utilizar os órgãos sensoriais como o tato ou olfato, e além disso, nesses mesmos locais utilizará representações identitárias da sociedade para se relacionarem com a sociedade do espaço ou com os objetos do espaço.⁴ Para Lefebvre o espaço pode ser concebido pelos urbanistas, pelos tecnocratas, mas o espaço é também um espaço vivido, pelos habitantes, pelos que usam o espaço.

¹ Sobral, José Manuel. 1998. Memória Social e Identidade. Experiências individuais e experiências coletivas. In Pedro Cardim. *A História: Entre a memória e a invenção*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

² Lefebvre, Henri. 2000. *A produção do espaço*. [online] (1ª ed francesa 1974). 2006. [Acedido em 25 de Agosto de 2018] <https://grupogpect.info/2014/06/02/livro-a-producao-do-espaco-de-henri-lefebvre> P. 31

³ Lefebvre, Henri. 2000. *A produção do espaço*. [online] (1ª ed francesa 1974). 2006. [Acedido em 25 de Agosto de 2018] <https://grupogpect.info/2014/06/02/livro-a-producao-do-espaco-de-henri-lefebvre> P. 37.

⁴ Lefebvre, Henri. 2000. *A produção do espaço*. [online] (1ª ed francesa 1974). 2006. [Acedido em 25 de Agosto de 2018] <https://grupogpect.info/2014/06/02/livro-a-producao-do-espaco-de-henri-lefebvre> P. 41.

É também necessário conhecer as marcas de tempo desse mesmo local, até porque as marcas do tempo destes locais modificaram a sociedade e as práticas que se faziam nesses espaços. Por exemplo, no século XIX, a Alameda das Fontainhas começou por ser um local deteriorado em função de atividades poluentes como as fábricas de curtumes e o matadouro, frequentado por trabalhadores destas instituições para depois se transformar num espaço limpo e frequentado por uma classe mais abastada, onde os tipos de relacionamentos seriam totalmente diferentes da era anterior. No final do mesmo século, o espaço que anteriormente se representava por ser um palco da vivência das classes abastadas da cidade, transformou-se num local novamente utilizado pelo povo portuense que começou a utilizar ao local para lavar as suas roupas e deixar as mesmas a secar e a corar no espaço, afastando assim a sociedade mais abastada do local⁵. Estes espaços representados por arquitetos, engenheiros e urbanistas, ou seja, em plantas, gravuras e fotografias são também uma das formas de conhecer ou imaginar alguns dos símbolos que a sociedade criou e transmitia entre si. Através de algumas gravuras do Passeio Público das Fontainhas foi-me possível imaginar as práticas de quem aqui viveu, neste caso pressupunham um contacto com a natureza presente no espaço. Assim, este espaço social e os seus objetos não são coisas, mas antes um conjunto de relações que, ao longo do tempo (como verificamos com o exemplo da Alameda) podem sofrer diversas intervenções a partir de decisões políticas ou em função de extremos climáticos⁶.

As Fontainhas são um espaço inserido nas atuais freguesias de Santo Ildefonso e Bonfim da cidade do Porto. Estão situadas no topo de uma escarpa e localizadas parcialmente abaixo da ponte do Infante. Para conhecer os seus limites recorri aos habitantes mais antigos e mais recentes para perceber se na conceção destes haveria distintas noções. Os habitantes mais antigos reconhecem que as Fontainhas se iniciam no Largo Actor Dias e terminam ao chegar ao cemitério do Prado no que respeita à sua dimensão no eixo Poente/Nascente. No sentido Sul/ Norte as Fontainhas iniciam-se no topo da Rua das Fontainhas e terminam na marginal do rio. Contudo, os habitantes mais

⁵ **Lopo, Priscila Eunice Ascensão. 2014.** *Despir a cidade : Espaço vivido na baixa do Porto – um estudo de caso.* Dissertação de mestrado em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2014. P. 31-32.

⁶ **Lefebvre, Henri. 2000.** *A produção do espaço.* [online] (1ª ed francesa 1974), 2006. [Acedido em 25 de Agosto de 2018] <https://grupogpect.info/2014/06/02/livro-a-producao-do-espaco-de-henri-lefebvre> P. 69.

jovens, como eu, concebemos as Fontainhas iniciando-se no fim do parque de estacionamento Largo Actor Dias e terminando nas escadas da Travessa de S. Victor. De Norte a Sul, as Fontainhas iniciam-se na Rua das Fontainhas e terminam também na marginal incluindo a Corticeira neste espaço. Portanto juntando estas informações decidi seleccionar os seguintes limites de estudo: de Norte a Sul o limite inicia-se no cimo da Rua das Fontainhas e terminam no fim da escarpa; de Este a Oeste as Fontainhas iniciam-se na travessa de S. Victor e terminam exatamente no fim do Passeio das Fontainhas que anteriormente ligava ao largo Actor Dias, mas que, infelizmente, no início do século XXI, o caminho que conectava os dois lugares ruiu e, desde então, nunca foi reconstruído para grande tristeza dos moradores mais antigos. Decidi não incluir no trabalho de identificação os blocos de habitações das ruas do Sol e de Alexandre Herculano, já que na memória dos locais este não é um espaço considerado como integrante das Fontainhas e devido à escassez de tempo para realizar este projeto. Os limites da área em estudo figuram no mapa 4 (P. 76).

Dito isto, pretendo com este projeto responder a questões envolvendo o surgimento e o desenvolvendo urbanístico das Fontainhas até ao final do século XIX e assim reconstituir as memórias das Fontainhas que influenciaram as diversas identidades da população do espaço. Memórias estas, que por se ligarem às vivências da população que no presente vive nas Fontainhas implicaram um ponto de partida do projeto situado no tempo de agora e com referências continuadas ao século XX.

Para isso, iniciei uma busca simples de monografias, descobrindo que não existiam monografias específicas da zona ou relativas aos edifícios existentes no local. Existem algumas monografias que incluem o local, como, por exemplo, a obra *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo* da autoria de Anni Gunther Nonell ou a obra *Porto na época dos Almas: Arquitetura e obras públicas* de Joaquim Jaime Ferreira Alves, porém são poucas as informações sobre a zona. Contudo essas mesmas monografias foram de grande auxílio, porque me indicaram fontes documentais sobre as Fontainhas, ao fazerem referência em algumas passagens a dados e fontes, assim iniciei a minha pesquisa. O assunto e a cronologia de pesquisa orientaram a especificidade da seleção de livros e fontes documentais. A urbanização das Fontainhas

aconteceu numa fase já adiantada no ciclo de vida da cidade se considerarmos o desenvolvimento do Porto no milénio anterior, e portanto a cronologia de observação deste fenómeno são os séculos XVIII e XIX, séculos onde também se inicia um desenvolvimento urbanístico da cidade portuense como adiante apontarei. Terminada a pesquisa de monografias, passei à pesquisa no Arquivo Histórico Municipal do Porto, que se mostrou longa e difícil, já que o instrumento de descrição arquivística, o GISA, se bem que útil, esconde bastante da informação, não é “simpático” para com o utilizador informado. Este tenta pensar nos potenciais produtores de informação relativos a um assunto e, a partir destes, verificar se no cumprimento das suas funções, produziram a informação expectável. E a lógica do GISA não se coaduna com este método, o único que pode garantir ao investigador, a “descoberta” de fontes de informação adequadas ao seu projeto.

Das leituras realizadas assim como da observação direta que levei a cabo nas Fontainhas ao longo da minha vida e do eco das memórias de conhecidos e familiares, torna-se evidente que neste projeto darei especial relevo a alguns conceitos operatórios. Toda a problemática em torno da memória não só a já decantada e fixa em textos, mas também a existente no suporte oral, necessita de ser identificada. Foram particularmente úteis as propostas já clássicas dos autores que sobre a memória se debruçaram.

O que procuro com este projeto é mostrar o passado da identidade das Fontainhas e tentar reconstruir as memórias ceifadas das mentes dos habitantes ou estabelecidas de forma confusa, porque independentes dos próprios factos. A memória consiste numa capacidade de conservar certas informações individuais e coletivas, o que a torna vulnerável à sociedade. É um processo construtivo que ao longo do tempo pode sofrer diversas mudanças, reorganizações e ser sensível a influências sociais e políticas e à transmissão de sentimentos.⁷ Os nossos sentimentos, a nossa linguagem, os nossos gestos e as nossas bases culturais são transmitidas através da nossa memória social que foi moldada pela sociedade onde nascemos e onde vivemos.⁸ Este tipo de memória social poderá ser moldada pelas instituições religiosas, sociais, estatais, etc. através de eventos

⁷ Maalouf, Amin. 1998. *As Identidades Assassinas*. s.l. : Difel, 1998.P. 23.

⁸ Sobral, José Manuel. 1998. *Memória Social e Identidade. Experiências individuais e experiências coletivas*. in Pedro Cardim. *A História: Entre a memória e a invenção*. Lisboa : Publicações Europa- América, 1998.P.39.

comemorativos ou narrativas, onde os acontecimentos passados são por vezes manobrados.⁹ Maurice Halbwachs, sociólogo Francês, entre os anos 20-50 do século XX estudou a formação das memórias individuais e concluiu que estas também são constituídas por acontecimentos transmitidas por outros grupos, ou seja, vivendo Halbwachs numa era de nazismo, fascismo e comunismo, ele adianta que as memórias individuais são simplesmente a resposta do indivíduo de se revoltar contra a evasão das memórias coletivas, visto que as memórias individuais são constantemente influenciadas pelas memórias de um coletivo.¹⁰ Para exemplificar o conceito, Halbwachs usa como exemplo a infância: um adulto não possui memórias da sua infância devido ao facto de que uma criança com três ou quatro anos ainda não é inteiramente um ser social.¹¹ De facto, e a partir do caso das Fontainhas, os habitantes recordam com saudade a existência da Fábrica da Louça na Corticeira, quando na sua infância ajudavam na produção, cabendo-lhes a tarefa de trazer os pratos da fábrica para o Passeio das Fontainhas, para carregar o camião que ali se encontrava. Este acontecimento durou até os anos 1960 e foi repetido por um grande número dos habitantes mais idosos, o que provocou a formação de uma memória coletiva sendo transferida para os habitantes nascidos nos anos 1960-1970. Outro aspeto interessante de memória coletiva liga-se a um facto: a morte de uma menina chamada Cecília, de 2 anos, a 26 de Dezembro de 1967 nos tanques da fábrica, aquando a mesma já estava desativada. Este acontecimento marcou de tal forma os habitantes das Fontainhas que as gerações dos anos 1940 aos anos 1970 contavam sempre a mesma história em conversas sobre o passado das Fontainhas, como se esta menina e o seu fim trágico fizesse parte das memórias de cada uma das gerações, mesmo das gerações das décadas de 60 e 70.

O sociólogo Michael Pollak aborda a memória e afirma que existem certos pontos que constroem tanto a memória individual como a memória coletiva. Entre eles encontram-se os *acontecimentos*, os acontecimentos vividos por tabela, lugares, pessoas

⁹ **Sobral, José Manuel. 1998.** *Memória Social e Identidade. Experiências individuais e experiências coletivas.* [in Pedro Cardim. A História: Entre a memória e a invenção. Lisboa : Publicações Europa- América, 1998.P. 42.

¹⁰ **Schmidt, Maria Luisa Sandoval e Mahfoud, Miguel. 1993.** Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Periódicos Electrónicos em Psicologia* . [Online] 1993. [Acedido: 30 de Maio de 2018.] [www. pepsic.bvsalud.org](http://www.pepsic.bvsalud.org). 1678-5177.

¹¹ **Halbwachs, Maurice,** A memória coletiva. Citado por **Casadei, Eliza Bachega. 2010.** Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Académico.* Nº 108, 2010.P 155.

e personagens.¹² Michael Pollak comenta que os acontecimentos são os que foram vividos pelas pessoas, enquanto os vividos por tabela são na verdade memórias que nos foram deixadas em herança, isto é, os acontecimentos vividos por tabela, não implicam uma presença pessoal em certo evento, basta o modo como outros os vivenciaram, os tornam presentes para terceiros, que os assumem como seus. Observando mais uma vez o caso das Fontainhas, esta noção aplica-se claramente a algumas memórias. A minha família paterna é oriunda das Fontainhas, mas apenas por via feminina. Um dos acontecimentos vividos por tabela pela parte da minha família foi a implantação da Primeira República. Segundo os meus tios paternos e pai, os meus avôs contavam que, durante a implantação da República, a minha bisavó, ainda criança, ia buscar pão a gatinhar pelo chão, porque temiam que ela fosse atingida por um tiro vindo do lado de Gaia. Contudo não existem registos de tiros do lado de Gaia, o que me confundiu e deixou perplexa quanto a esta recordação confusa. Para os meus tios e pai a implantação da República, foi um acontecimento vividos por tabela, visto que lembram-se dos acontecimentos que não viveram, mas foram contados pelos meus avós e transmitidos como heranças de família. Quanto às personagens ou outras pessoas, também estas poderão ser vividas por tabela.¹³ Nas Fontainhas existiu uma senhora à qual chamavam Micas Peixeira (fig.1); eu não a conheci, contudo sempre que se toca no seu nome, somos reenviados para uma época onde os tanques ainda eram um espaço completo, cheio de mulheres a lavar a roupa, onde o S. João era diferente e onde as ilhas completavam a encosta. O seu nome e a sua personalidade estão ligados ao período ao período após o 25 de Abril e, sendo uma vendedora de peixe (Fig.1) e personagem típica, reencaminha-nos para uma era em que alguns dos traços das Fontainhas, já só vividos nas evocações de alguns dos seus habitantes, ganham vida pormenorizada, por exemplo, quando o local dos tanques, hoje esvaziado das suas funções e transformado em local temido e um poço de sujeira, se encontrava preenchido de vida comum e completo.

¹² Pollak, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. quadrimestral , 1992, Vol. V. P. 201.

¹³ Pollak, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. quadrimestral , 1992, Vol. V.P. 202.

Quanto aos lugares o autor comenta que a memória constitui-se por lugares que nos marcaram ou nos marcam. Para os habitantes das Fontainhas, a praia do Areinho é num local que está na memória dos habitantes como sendo a praia que usavam usualmente em crianças e adolescentes.

Figura 1: Personagem típica das Fontainhas: Micas Peixeira



Fonte: Foto cedida por Soraia Filipa da Silva Gomes, neta de Micas Peixeira.

De facto, a praia fluvial do Areinho, localizada do lado de Gaia em Oliveira do Douro, é uma praia ainda utilizada pelas pessoas das Fontainhas por ser relativamente próxima, desde que se faça a travessia de barco ou se achesse a ponte e depois se caminha na marginal. Apesar de pertencer à outra margem, este espaço, enquanto lugar de memória coletiva e individual de várias gerações de gentes das Fontainhas, foi integrado no universo das Fontainhas. Assim, para o autor a história irá libertar a memória com o seu trabalho crítico visto que enquanto a memória se trata de algo absoluto e real, a história insere-se no relativo. Para Pollak, a memória coletiva e individual está cheia de heranças, construída, seletiva e, no entanto poderá também ser manipulada pelo Estado que, por exemplo, lhe impõe datas de comemorações de acontecimentos porque normalmente a memória do indivíduo seleciona as datas pessoais - como nascimento dos filhos e casamentos – e não as nacionais ou internacionais.¹⁴

¹⁴ **Pollak, Michael. 1992.** Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. quadrimestral , 1992, Vol. V.P. 204.

Jacques Le Goff, no volume II da sua obra “História e memória” aborda também o tema da memória e identifica-o com a História. Nesta obra, tal como Halbwachs, Le Goff apresenta a memória individual como vulnerável aos grupos sociais e às ações políticas.¹⁵ Para o historiador, a memória coletiva pode ter um papel essencial no combate contra as formas de censura que qualquer poder através das instituições possa desejar fazer aos comportamentos dos grupos sociais. Tal como o título da obra indica, o autor analisa a memória e a sua ligação com a história. Para ele a memória e a história apesar de conectados têm significados distintos. A história é uma representação do passado, não necessariamente desligada do presente, enquanto a memória é algo do presente que se alimenta de lembranças de elementos do passado e se transforma em algo vulnerável que pode ser constantemente manipulado por diversos.¹⁶ De facto, o historiador deverá observar a memória como algo suspeito e portanto não se deverá centrar nela, em vez disso deverá formar uma crítica construtora em seu redor.¹⁷ Para Halbwachs, a história representa o oposto vivo da memória, como um: “*cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas.*”¹⁸ Esta perspectiva da história de Halbwachs entende-se tendo em conta a época em que escreve e o que era o formato e o teor da escrita historiográfica de então, uma historiografia que, não havia assim tanto tempo, tinha exigido aos seus membros que fizessem a história exclusivamente com documentos. O autor ainda explica que a memória de um grupo agarra-se a tradições e que normalmente só se confronta com a história quando as tradições terminam, tendem a ser difusas ou a cair no esquecimento.¹⁹ Já o historiador Jacques Le Goff acredita que a história deveria corrigir os erros da memória através do trabalho do historiador.²⁰ A história está ligada ao passado mas esse mesmo passado é constantemente reinterpretado e um espelho para o futuro e não algo estagnado como a

¹⁵ **Goff, Jacques Le. 1982.** *História e Memória*. Lisboa : Edições 70, 1982. Vol. II Memória.P. 12.

¹⁶ **Goff, Jacques Le. 1990.** *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. Vol. I.P. 25.

¹⁷ **Nora, Pierre. 1993.** Entre a memória e a história, problemática de lugares. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. PUC-SP, 1993, Vol. X. P. 9.

¹⁸ **Halbwachs, Maurice.** A memória coletiva. Citado em **Casadei, Eliza Bachega. 2010.** Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Académico*. 108, 2010.P. 157.

¹⁹ **Halbwachs, Maurice.** A memória coletiva. Citado em **Schmidt, Maria Luisa Sandoval e Mahfoud, Miguel. 1993.** Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Periódicos Electrónicos em Psicología* . [Online] 1993. [Acedido: 30 de Maio de 2018.] www.pepsic.bvsalud.org. 1678-5177.

²⁰ **Goff, Jacques Le. 1990.** *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 40-41.

analogia de Halbwachs transmite.²¹ Na verdade a história poderá e deverá ser sempre reescrita com base no trabalho do historiador. No caso deste espaço das Fontainhas, há um elemento que ilustra muito bem esta questão, trata-se da pequena história da Capela do Senhor do Carvalhinho. Pode servir para chamar a atenção para o trabalho de crítica a que o historiador tem sempre que submeter todos os seus materiais, também o relato das memórias aparentemente mais seguras e consistentes. Tanto quanto pude depreender das perguntas feitas a vários moradores, estes lembram-se – a referência da lembrança está datada, pelo menos desde os anos 70 do século XX, que aquela capela em ruínas, ainda hoje existente num rochedo da escarpa das Fontainhas, era a capela do Senhor do Carvalhinho, criada em tempos bem remotos. As minhas pesquisas mostram que houve aqui um processo de identificação com outra realidade e que se gerou uma existência ficcionada, mas aparentemente real para estes habitantes das Fontainhas.

Michel de Certeau continua dizendo que a história se divide em dois tipos de história: a objetiva e a ideológica.²² A objetiva centra-se num conjunto de factos que os historiadores como investigadores estabelecem através de documentos e técnicas objetivas, quebrando a prática antiga na qual o historiador mostrava os seus factos com uma verdade absoluta. Era previsível que esta situação de verdade estabelecida se modificaria aquando os mesmos factos pudessem ser acrescentados de outros que os colocassem em dúvida. A desconfiança levou a que fosse necessário agrupar materiais ou fontes que pudessem comprovar a palavra do historiador.²³ Por sua vez a história ideológica centra-se nos factos que foram organizados, tendo em conta tradições e por vezes mitos.²⁴ Usualmente interligado a grupos coletivos étnicos, esta história ideológica provém de informações de senhores da memória ou mestres da memória, como chefes de tribos. Esta história assegura os seus conteúdos numa memória que consiste num tipo de ‘passa-palavra’ que provém de gerações passadas e a qual cada um tenta e tem o dever de passar para as gerações futuras. Normalmente, à história ideológica juntam-se mitos de

²¹ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 196.

²² Certeau, Michel de. 1977. A operação histórica .in Pierre Nora, Jacques Le Goff. *Fazer História*. Lisboa : Livraria Bertrand, 1977.P. 18.

²³ Certeau, Michel de. 1977. A operação histórica .in Pierre Nora, Jacques Le Goff. *Fazer História*. Lisboa : Livraria Bertrand, 1977.P. 19.

²⁴ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 348.

origem que se integram na memória coletiva de um grupo que, por sua vez, os festeja por vezes como algo que os identifica como grupo.²⁵ No fundo a memória coletiva ou individual é indispensável ao termo que chamamos identidade, tendo a memória a função de procurar trazer o passado para o presente e, conseqüentemente, para o futuro.

Jacques Le Goff também chama atenção para a existência de dois materiais da memória coletiva: documento e monumento. Para o autor, os monumentos são uma herança do passado e os documentos são materiais apresentados pelos historiadores.²⁶ Ao longo do tempo, à medida que a palavra *documento* começava a fazer parte do vocabulário em diversas áreas (económica, policial, etc.) foi sofrendo modificações quanto ao seu significado. No início do século XX, a palavra documento seria identificada pela área histórica como prova da palavra do historiador, que durante séculos não havia sido questionada. Contudo ciente que o próprio historiador terá de ir além do que o documento lhe diz, ou seja o investigador terá de encontrar as confissões que por vezes os documentos ocultam ao leitor nas primeiras leituras, o termo documento na área científica da história deixou de ser tão inocente quanto a história positivista tinha cunhado.²⁷ E quanto à palavra monumento? Bem, segundo o autor, a palavra monumentos ou monumentum é um sinal do passado que está ligado com os significantes *recordar algo* ou *instruir*, sendo que na era clássica, a palavra estaria já ligada a uma obra arquitetónica ou um monumento fúnebre.²⁸ Ao longo, sobretudo a partir do século XVIII, estes dois materiais irão ser disputados pelas diferentes áreas de pensamento. Os monumentos são especialmente apreciados em meados do século XVIII e após a Revolução Francesa são considerados que deveriam ser protegidos. Mas para o historiador de hoje, quais destes materiais serão os mais úteis?

A resposta começou a ser dada na revista “Annales d’histoire économique et sociale” onde se reconheceu que a história é escrita com base em documentos, mas que caso estes não tenham sido reconhecidos na sua existência ou caso não existam, o historiador deverá procurar outras alternativas, como os monumentos. Aliado a este

²⁵ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 45

²⁶ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 462.

²⁷ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 472-473

²⁸ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 462

posicionamento, alargou-se o campo de interesse do historiador e a história passou não só a estudar um acontecimento *importante* ou uma específica personalidade, mas também a estudar todos os homens e todos os acontecimentos e áreas em que o ser humano está envolvido, sendo fundamental a importância de *novos documentos*. Esta valorização dos documentos irá criar uma espécie de documento em massa desenvolvendo a história quantitativa e consequentemente a história qualitativa. Contudo, apesar da revolução documental, cabe ao historiador saber analisar o documento e extrair a informação corretamente e, neste tema, o historiador Jacques Le Goff relembra que o investigador deverá estar ciente das diferenças cronológicas entre si e o documento, porque o documento é “uma coisa que fica, que dura, o testemunho, o ensinamento que traz devem ser em primeiro lugar analisados desmitificando o seu significado aparente. O documento é monumento. É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro (...)” e por isso deverá o historiador fazê-lo falar através do seu trabalho de investigação.²⁹ Esta nova era da documentação viria a provocar uma nova estima pela memória coletiva e a provocar a sua utilização na organização dos valores identitários das sociedades.

O historiador francês, Pierre Nora propôs um novo conceito a que chamou de lugares de memória. Para o autor estes lugares de memória são mais que espaços físicos, sendo que poderão ser espaços físicos mas também monumentos e comemorações. Desde o físico ao abstrato, qualquer espaço ou rituais podem ser lugares de memória se assim se justificar a sua simbologia e funcionalidade perante a sociedade. Os lugares de memória nascem de um sentimento onde não há a memória espontânea e por isso é necessário a criação de arquivos ou a organização de celebrações para fomentar essa memória. Contudo, para serem lugares de memória deverá existir a vontade de memória dos sujeitos, caso não exista então esses lugares deverão ser considerados como lugares históricos.³⁰ Dito isto, estes lugares de memórias poderão ser um local de encontro entre os indivíduos e consequentemente de transmissão de caracteres identitários entre todos. No caso das Fontainhas, a Alameda será – ao longo da sua história - um espaço de

²⁹ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 472

³⁰ Nora, Pierre. 1993. Entre a memória e a história, problemática de lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. PUC-SP, 1993, Vol. X. P. 12.

convívio frequente entre vários tipos de indivíduos e diferentes identidades. O facto de se constituírem estes lugares de memória caba por ter como consequência o surgimento do dever de memória. O dever de memória é o dever de não esquecer, onde na maior parte das vezes se trata de um pedido de justiça, como o caso das vítimas de holocausto que somente 30 anos depois foi realizado um memorial e assim ouvidas as vítimas e respetivamente os horrores dos campos de concentração.³¹ O dever de memória é assim o dever de testemunhar sobre o passado, devendo evocar celebrações e memoriais a heróis ou heroicos acontecimentos importantes para a sociedade. Paul Ricoeur, filósofo francês e autor da expressão *dever de memória*, afirma que o esquecimento é ineludível visto que não existem memórias totalmente completas, o que provoca um confronto entre a memória e o esquecimento.³² Esta luta da memória com o esquecimento fará com que o indivíduo guarde alguns aspetos sobre algo que aconteceu, mas nunca conseguirá guardar características específicas do acontecimento.³³ Dando um exemplo das Fontainhas, como referido, a morte de Cecília foi um assunto que marcou a memória da maioria dos habitantes das Fontainhas, contudo quando se pergunta sobre a causa da morte ou como se chamava a menina poucos habitantes sabem responder. Posso afirmar que o dever de memória é algo importantíssimo nas Fontainhas, por exemplo, para não se perderem os testemunhos de famílias que viviam em condições deploráveis nas chamadas Ilhas ou das lavadeiras que, no século XX, se dirigiam aos tanques ainda de madrugada para guardar um lugar para lavarem a sua roupa. O dever de memória é por isso essencial para se perpetuarem as memórias e transmitirem às gerações futuras. No caso das Fontainhas é necessário ouvir os habitantes sobre vários assuntos do lugar para que essa memória não se perca num processo de globalização, esquecimento ou imaginação que confunde os seus portadores.³⁴

³¹ Heymann, Luciana. 2006. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC. 2006. P. 4

³² Ricoeur, P. 2010. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010. P. 427.

³³ Tada, Elton Vinicius Sadao. 2012. A percepção do Esquecimento: Uma análise sobre as perspetivas de Paul Ricoeur sobre a relação entre esquecimento e memória e sua relação com os estudos de religião. *Paralellus – revista eletrônica em ciências da religião*. UNICAP. Recife, Ano 3, n. 6, jul./dez. 2012, P. 220 -226.

³⁴ Ivano, Rogério. 2015. *Memória e esquecimento: argumentos de Paul Ricoeur*. II Congresso internacional de Historia UEPG, Produção e Circulação do conhecimento histórico do século XX. UniCentro. 2015. P. 6-9.

Um outro aspeto que permitiu criar um fio construtor para este trabalho foi o da identidade. De que identidade se trata nas Fontainhas? E como se forma essa identidade?

A identidade transmite uma sensação de pertença de um determinado grupo ou indivíduo a uma qualquer unidade.³⁵ No entanto a identidade não é estável, é antes dinâmica e relaciona-se com o passado, presente e futuro e, conseqüentemente, durante o processo de formação de identidade é auxiliada pela memória que oferece ao indivíduo as razões e as lembranças da unidade com a qual ele se identifica.³⁶ Contudo, estas identidades podem ser manipuladas através das memórias que são impostas a um grupo ou indivíduo. Tal como Halbwachs afirma as memórias individuais são na verdade memórias coletivas influenciadas, o autor Amin Maalouf comenta que: *“A identidade não se compartimenta, nem se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas. Não tenho várias identidades, tenho apenas uma, feita de todos os elementos que a moldaram, segundo uma “dosagem” particular que nunca é a mesma de pessoa para pessoa”*³⁷. Ou seja, o autor advoga que a identidade não está estagnada. Na verdade, as memórias dos acontecimentos de um povo ou de um indivíduo albergam no seu meio diferentes tipos de sensações e pensamentos - por vezes realidades inventadas- que irão transformar a dita identidade que será sempre moldada ao longo do tempo por diversas outras identidades. Para o sociólogo Michael Pollak quando a memória é herdada cresce um sentimento de identidade por isso “ (...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade (...)” e também, quanto mais fortes as memórias forem, mais difícil é a possibilidade das identidades sofrerem com disputas e manipulações de outros grupos ou indivíduos.³⁸ Disputas que usualmente acontecem devido às influências que as memórias coletivas e individuais recebem de elementos externos. Contudo, tal como Halbwachs, Pollak também observa que as mesmas influências irão moldar a identidade, que estará sempre em contínua mudança e é sempre diferente de pessoa para pessoa.

³⁵ Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo : Editora da UNICAMP, 1990. P. 116.

³⁶ Vieira, Ricardo; Magalhães, Fernando. 2009. *Património e identidade*. Leiria : Profedições, 2009.P. 7.

³⁷ Maalouf, Amin. 2009. *As Identidades Assassinas*. s.l. : Difel, 2009.P. 45

³⁸ Pollak, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. quadrimestral , 1992, Vol. V.P.205.

Para realizar este trabalho e observar o sentido de identidade e o modo como as memórias contribuem para a constituição da mesma identidade tive algumas conversas informais com alguns habitantes e em cada faixa etária pude perceber que há diferentes memórias. Os habitantes nascidos entre os anos 1940 a 1950 lembram-se das carquejeiras que subiam a rampa da Corticeira. Os habitantes nascidos nos anos 1950-1960 lembram-se dos últimos anos da fábrica do Carvalhinho, quando ajudavam os trabalhadores a carregar barro e palha para a fábrica. Os nascidos entre os anos de 1960 a 1970 lembram-se da Associação Cultural das Fontainhas que organizava bailes na abandonada fábrica do Carvalhinho, onde também brincavam, sendo este sítio chamado de “as ruínas da fábrica”.³⁹ Todavia, como já mencionei atrás, todos os grupos de habitantes lembram-se do episódio da morte, por afogamento, da menina num dos tanques da fábrica. Atualmente os habitantes das Fontainhas passam por um período “negro”, na opinião dos mesmos, porque tudo do que se lembram das Fontainhas parece estar a desaparecer, ou seja, as festas do S. João, do século XX, que se tornaram para as Fontainhas no elemento mais forte da sua identidade, começaram a perder-se, desde que a construção de novos acessos à cidade, os acessos à ponte e a própria ponte do Infante (construída em 2005), destruíram um espaço e os seus constituintes. Estas modificações são sentidas como perdas. Os habitantes e ex-habitantes das Fontainhas sentem que perderam os valores que consideram identidade. As Fontainhas perderam o lugar de epicentro da festa de S. João de que gozavam e a noite de festa passou a ser retalhada por outros lugares do Porto. Perderam bairros, “ilhas” e habitantes. O termo usado quando se aflora a questão é este de perda.

O Património é algo que herdamos do passado, que reconhecemos como tendo um valor especial e ao qual atribuímos uma função especial. É o caso da nossa linguagem, de parte dos nossos gestos, dos nossos costumes, das crenças, de alguma gastronomia, artesanato, etc. Património é tudo aquilo que os antepassados construíram e legaram às

³⁹ As entrevistas foram realizadas de forma informal onde as principais perguntas foram: Nasceu e cresceu nas Fontainhas?; Vive atualmente nas Fontainhas?; Como era viver nas Fontainhas?; Que mais sente falta desses tempos?; Conheceu alguma Carquejeira?; Conheceu a Fabrica do Carvalhinho?; Esteve na Associação Cultural das Fontainhas?; Qual o futuro das Fontainhas? Foram entrevistadas algumas pessoas: Augusta da Silva Anjos (N.1947); Alberto Cipriano Pereira Pinto (N.1946) Libório Vieira da Oliveira (N.1932); Fernando Teixeira (N. 1958) Elizabete Rosas (N. 1960). António José Ferreira (N. 1963).

futuras gerações e que estas aceitaram como elemento identitário, sendo importantíssimo para a história do homem e do seu povo.⁴⁰ No fundo, o Património é uma herança do passado que é selecionada por um grupo como seu elemento identitário.⁴¹ Contudo o património não é só um legado de gerações passadas porque se assim fosse tudo o que fosse histórico seria património. O legado só se torna em património quando as gerações presentes o valorizam como tal e decidem preservá-lo na esperança que no futuro outros possam ter o mesmo entendimento e que se configura como uma mais-valia para as futuras gerações.⁴² O património não deverá ser estático,⁴³ ou seja deverá ser preservado e útil na sociedade.

Para auxiliar a valorização do património, os grupos ou indivíduos recorrem à memória, porque é através desta que estes grupos vivem o passado e procuram pequenos símbolos ou lembranças que irão identificar aquele edifício ou ritual como seu. Ou seja, a memória centra-se nas lembranças existentes entre uma comunidade relativamente, por exemplo, a um certo edifício, que os mesmos intitulam como seu património.⁴⁴ Certamente porque essas lembranças despertam o tal valor sentimental que desenrolará o processo de patrimonialização do edifício, monumento ou ritual. As festas do S. João são festas populares que ocorrem não só na cidade de Porto, mas em outras cidades e até em outros países. Contudo, nas Fontainhas os habitantes proclamam que apenas existe o chamado S. João das Fontainhas, que ultimamente está a desaparecer devido aos divertimentos serem espalhados por vários pontos da cidade. Os habitantes das Fontainhas declaram que o S. João do Porto “pertence” às Fontainhas e que nos últimos anos a Câmara tem usurpado essa festa e os valores do local. Os diferentes carrocéis, divertimentos e a alegria do S. João perderam-se, o que provocou o desânimo dos habitantes que deixaram de construir as cascatas sanjoaninas às portas das casas.

⁴⁰ **Nunes, Mário. 1989.** *Património Cultural: Um bem sem preço*. Arunce. Câmara Municipal de Lousã, 1989, Vol. I.P. 8.

⁴¹ **Silva, Elsa Peralta da. 2000.** *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Antropológicas. 2000, Vol. IX.P. 217

⁴² **Silva, Elsa Peralta da. 2000.** *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Lisboa : I.S.C.S.P. , 2000.P. 218

⁴³ **Gonçalves, José Reginaldo Santos. 2003.** O património como categoria de pensamento. Regina Abreu e Mário Chagas. *Memória e Património*. Rio de Janeiro : Lamparina Editora, 2003.P. 31.

⁴⁴ **Rossa, Walter. 2015.** Morfologia urbana e reabilitação urbana. in Teresa Marat-Mendes, Paulo Pinho Vitor Oliveira. *O estudo da forma urbana em Portugal* . Porto : U.Porto Edições, 2015.P. 225.

Atualmente, durante o S. João das Fontainhas, são feitas diversas manifestações para voltarem a trazer o S. João do antigamente, o que na minha opinião nunca será possível. Primeiramente, pela falta de espaço na área e, seguidamente, porque o S. João das Fontainhas era uma festa de ilhas que estão a desaparecer, poucas são as que ainda estão de pé. Assim, a festa joanina é identitária das Fontainhas, pelo menos é o que os habitantes sentem. Para eles a perda da festa que festejam desde crianças é uma perda enorme de identidade e de valor. Para explicar o seu desagrado com a situação atual, eles recorrem à memória e enumeram os divertimentos e as banquinhas que anteriormente existiam e que agora não mais existem. Podemos então considerar que o S. João das Fontainhas é um património local do ponto de vista dos seus habitantes? Acredito que sim, mas também sei que o S. João que festejei em criança nas Fontainhas não voltará, simplesmente porque as festas joaninas foram acompanhando as modificações que a zona sofreu, moldando-se à nova geração.

O património é absolutamente necessário para a sociedade, é a partir dele e, conseqüentemente, da memória que ao mesmo está ligada, sendo que a sociedade muitas vezes faz uma viagem nostálgica ao passado para tentar remodelar a sua identidade.⁴⁵

A formação e o desenvolvimento de uma identidade social em meio urbano confronta-se com fatores múltiplos que muitas das vezes é em transformação mais acelerado do que na restante sociedade. Na cidade do período moderno centram-se não só diversas populações com hábitos e costumes distintos, como também as estratégias e os poderes de grupos mais influentes que apelam a ações e objetivos que, muitas vezes, não decorrem da natureza primária das populações.

Tal como o professor Walter Rossa discute na sua obra *A urbe o traço*, a definição de cidade é complexa porque se trata de um núcleo onde várias áreas da cultura e do saber se cruzam.⁴⁶ O interesse pela cidade reduz-se num primeiro momento à definição de espaço, “o suporte físico sobre o qual se desenrola e com o qual continuamente interage

⁴⁵ **Silva, Elsa Peralta da.** 2000. *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Antropológicas. 2000, Vol. IX.P. 220.

⁴⁶ **Rossa, Walter.** 2002. *A Urbe e o Traço: Uma década de Estudos sobre o Ubanismo Português*. Coimbra: Livraria Almedina. 2002. P. 26.

a nossa relação com a comunidade.”⁴⁷ Ou seja o espaço físico e tudo o que envolve o mesmo, como a simples arquitetura ou os próprios edifícios, irão construir a nossa relação com a cidade através das memórias da convivência do dia-a-dia, ou através das experiências sensoriais. No tratamento desse espaço envolvem-se especialistas da arquitetura, das questões urbanas, do espaço público e ainda do território da cidade, porque é através destes que se desenham as formas urbanas em plantas topográficas. Portanto, segundo Walter Rossa, estas áreas das formas urbanas e da imagem da cidade que se constitui através dos elementos da arquitetura do espaço, são as principais plataformas usadas para a realização de estudo urbanístico de uma determinada cidade.⁴⁸

De uma forma geral o urbanismo, tal como o próprio termo o identifica, refere-se ao planeamento e à organização de um espaço citadino e os seus principais objetivos são o aperfeiçoamento das estruturas que sustentam a vida dos seus habitantes como as necessidades de água, luz e higiene.⁴⁹ Segundo a historiadora brasileira, Maria Stella Bresciani, “*A cidade coloca o mundo na história e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais. Os monumentos e o espaço público solicitam nossa inteligência e, por vezes, complicados esquemas interpretativos apresentam-se como desafios e pedagogias insubstituíveis.*”⁵⁰ Ou seja, a cidade e outros locais fora dela poderão levar-nos numa viagem no tempo ao observar os diferentes locais e edifícios de outros tempos. Os diferentes materiais e edifícios de diferentes épocas invocam uma diversidade histórica na cidade e representam as ações políticas e os desenvolvimentos técnicos que em tempos influenciaram o seu planeamento e transformaram o espaço no que hoje consideramos cidade.⁵¹ Na verdade, as cidades são um reflexo da sua sociedade que através de um meio coletivo ou individual a destrói, a planeia e modifica. É um espaço físico e permanente onde a história a influenciou e

⁴⁷ **Rossa, Walter. 2002.** *A Urbe e o Traço: Uma década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Livraria Almedina. 2002. P. 26.

⁴⁸ **Rossa, Walter. 2002.** *A Urbe e o Traço: Uma década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Livraria Almedina. 2002. P. 26.

⁴⁹ **Bresciani, Maria Stella. 2002.** *Cidade e História*. Lucia Lippi Oliveira. *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 2002. P. 28.

⁵⁰ **Bresciani, Maria Stella. 2002.** *Cidade e História*. Lucia Lippi Oliveira. *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 2002. P. 28.

⁵¹ **Tavares, Rui Fernando de Jesus Bastos. 2013.** *Recentrocidade . Memória e Refundação Urbana*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto , 2013.P. 24.

atualmente a influência constantemente a nível cultural e identitário. E estando o urbanismo em constante movimento, a história terá de o acompanhar e registar todos os seus avanços e recuos, enquanto o Património irá se desenvolver através desses registos sendo que quem o seleciona é a população que o rodeia através do seu sentimento de pertença relativo a certo monumento ou edifício, processo no qual, por sua vez, a memória o irá auxiliar nesse sentimento de pertença.⁵²

No século XIX, o urbanismo inicia um processo de desenvolvimento na Europa, provocado pela evolução da industrialização nas cidades pela nova organização do trabalho, pelas transformações nova linha de os transportes, pela melhora económica e pelo aumento da população e a diminuição da mortalidade. As múltiplas fábricas começaram a instalarem-se nas cidades, trazendo para o espaço a classe operária que habitavam bairros sem quaisquer condições humanas. Contudo, na cidade esta nova classe encontrava uma enorme variedade de trabalho e podia formar ainda novos grupos de sociabilidade, para onde em conjunto procuravam em melhores condições. Apesar das melhorias, a cidade confronta-se com um problema: a falta de habitação para os inúmeros operários que todos os dias chegavam às grandes cidades à procura de uma vida melhor. No entanto as condições que os recém-chegados encontravam nas cidades não eram melhores meios dos que encontrados na parte rural. Leonardo Benevolo esclarece que as dificuldades iam para além da mera existência de habitações, este tópico referindo que por exemplo, os esgotos não tinham capacidade para escoar toda as quantidades de detritos, por isso emitiam um cheiro desagradável que provavelmente os operários não sentiriam nas suas casas no campo. À falta de escoamento de esgotos junta-se a emissão de fumos e cheiros que as fábricas emitiam e a desorganização das vias da cidade que constantemente são ocupadas por habitações precárias ou fábricas. Além do problema da habitação, a população aumentou descontroladamente complicando a organização da cidade. A falta de higiene, a condição dos operários e aumento da população causaram uma preocupação nos pensadores do século XIX.

⁵² **Rossa, Walter. 2015.** Morfologia urbana e reabilitação urbana. in Teresa Marat-Mendes, Paulo Pinho Vitor Oliveira. *O estudo da forma urbana em Portugal*. Porto : U.Porto Edições, 2015.P. 224-225.

Quanto ao urbanismo português a situação foi um pouco mais conturbada devido aos acontecimentos dos inícios do século XIX que impossibilitaram o desenvolvimento da área. Os grandes desenvolvimentos iniciam-se a partir dos anos 60 do século XIX, onde diversas cidades do litoral sofrem modificações como é o caso de Nazaré que terá as suas ruas estreitas mas alinhadas. Iniciam-se construções de diversos bairros em vários pontos do país para corresponder ao aumento da população oitocentista, o que provocará a tal construção de condições desumanas, tal como se assistiu anteriormente um pouco por toda a Europa. De facto, durante a pesquisa sobre o parque habitacional das Fontainhas descobri alguns pedidos de licenças de conjuntos de casas e de aumento de andares em prédios, o que poderá significar o aumento populacional naquela zona. Os Almadas foram uns dos grandes impulsionadores do urbanismo no Porto mas não os únicos como veremos adiante.

Necessariamente impôs-se representar toda a informação recolhida e selecionada para atingir os propósitos de indagação sobre as Fontainhas e o seu processo de urbanização com base cartografia histórica, o que implica usar técnicas cartográficas.

Para a realização deste projeto surgiu quase como de imediato a necessidade de recorrer à cartografia para me auxiliar neste caminho. Como instrumento usei o software Pages da Apple assim como o Google Maps. Pretendendo reconstituir para certos cortes cronológicos as Fontainhas e arredores, para concluir das mudanças que a zona sofreu ao longo do tempo. Desenhei os edifícios existentes nas diferentes décadas criando novas plantas que incluí na dissertação. O benefício da criação das plantas foi o poder colocar edifícios não identificados nas plantas e sobre os quais obtive informação nos arquivos. O trabalho realizado no Google Maps consistiu num processo demorado com delineamento cuidadoso de cada espaço ou lugar representados em cada carta topográfica selecionada. A informação documental e arquivística também auxiliou na análise crítica das próprias cartas topográficas.

Nos fins do século XV e inícios do século XVI, a cartografia Portuguesa sofre um desenvolvimento com a chegada da impressão e da gravura, com o apogeu dos descobrimentos e dos desenvolvimentos das áreas envolventes como é o caso da

navegação astronómica.⁵³ A partir do século XVII são feitos os primeiros levantamentos topográficos do espaço devido às necessidades militares, sendo que em Portugal o grande exemplo é o levantamento topográfico do Portugal continental feito por Pedro Teixeira Albarnaz em 1662.⁵⁴ Todavia o grande desenvolvimento vai surgir nos séculos XVIII, quando o rei D. João V incentiva aqueles que no reino podem seguir os caminhos de cultura de outras nações europeias.⁵⁵ Entre as suas primeiras ações, a reforma da biblioteca real, ilustra o seu fascínio pelas gravuras, livros, pinturas arte e áreas científicas da época. Situada no palácio real, a biblioteca real é reformada com os melhores equipamentos astronómicos da época, com várias estampas de outros países, e ainda com obras importantes de vários eruditos da época.⁵⁶ O apoio e o fascínio do rei por estas áreas impulsionou o surgimento de outras técnicas de gravuras e de estampagem, mas também os estudos da astronomia, da própria cartografia que acabou por fazer surgir a Academia Real da História no ano de 1720, um espaço crítico de aprendizagem de várias áreas culturais que seria frequentado pela alta sociedade do reino.⁵⁷ Um dos eruditos responsáveis pelo desenvolvimento da cartografia foi o engenheiro-mor e sócio da Academia Real, de nome Manuel de Azevedo Fortes que publicou em 1722, a obra intitulada: *“Tratado sobre o Modo Mais Fácil e Mais correto de Fazer as Cartas Geográficas”*. Um trabalho inspirado nas medidas cartográficas que se utilizavam em França.⁵⁸ Apesar de abordar a necessidade de uma carta topográfica de Portugal continental com as técnicas francesas, Manuel de Azevedo Fortes, não conseguiu captar a atenção da Academia Real e pensadores da época. Além de Manuel de Azevedo Fortes, personalidades de outros países foram chamadas por D. João V para mostrarem as suas técnicas e assim desenvolveram a cartografia e as artes que a envolvem, o Rei D. João V

⁵³ **Alegria, Maria Fernanda.1977.** Cartografia antiga de Portugal Continental. Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia*. 24, 1977, Vol. 12.P. 172-73.

⁵⁴ **Alegria, Maria Fernanda.1977.** Cartografia antiga de Portugal Continental. Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia* . 24, 1977, Vol. 12.P. 174.

⁵⁵ **Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007.** *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII.* Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.P. 23.

⁵⁶ **Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007.** *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII.* Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.P. 25.

⁵⁷ **Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007.** *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII.* Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.P. 33.

⁵⁸ **Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007.** *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII.* Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.P. 46.

trouxe ao país diversos gravadores e impressores⁵⁹ entre eles: Théodore André Harrewyn (impressor de estampas) e Pierre Massar de Rochefort (gravadores do rei D. João V).⁶⁰ Estes estampadores e gravadores deveriam criar obras para a Academia Real da História e para o próprio rei D. João V. É a partir deste século que se inicia a publicação de cartas portuguesas por estrangeiros que estariam às ordens do rei português e, por vezes, as suas oficinas situam-se no estrangeiro, o que permite assegurar algumas técnicas e recursos avançados, mas, por outro lado, poderá provocar alguns erros, visto que o geógrafo deverá fazer um estudo de campo e avaliar a representação dos dados obtidos no trabalho de campo, corrigindo o produto final.⁶¹ Acontecia que em alguns casos, para realizar uma carta os investigadores estrangeiros chegavam a pedir aos viajantes para trazerem importantes medidas que lhes faltavam. Ou seja, não havia garantias da precisão e rigor dos dados recolhidos. Os diversos mapas publicados foram utilizados como fonte para a criação de mapa *Reyno de Portugal* que foi realizado em Lisboa entre os anos 1729-1730.⁶²

O século XVIII foi o século de ouro para a cartografia continental. Após a carta publicada de Granpré, outras cartas referentes a Portugal foram publicadas como é o caso do *Mapa da Província do Alentejo*, datado do ano de 1762 e da autoria de João Silverio Carpinetti Lisbonnense.⁶³ Chegando ao século XIX, os valores da altitude começam a ser estudados como uma das necessidades da representação da cartografia, sendo o trabalho de Felipe Folque (1875) o mais próximo da realidade.⁶⁴ Também nos inícios do século XIX surge a inovação de impressão de mapas sobre chapas de cobre o que leva a que a linha e o relevo dos mapas seja feito de forma mais fina.⁶⁵ Os animais e as pessoas que

⁵⁹ Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007. *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.P. 49.

⁶⁰ Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007. *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.P.51-52.

⁶¹ Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007. *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.P. 74.

⁶² João Carlos Garcia, 1996 «A configuração da fronteira luso-espanhola nos mapas dos séculos XV a XVIII», *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, Barcelona, XI, 41, (1996), 293-321.

⁶³ Alegria, Maria Fernanda. 1977. Cartografia antiga de Portugal Continental. Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia* . Nº 24, Vol. 12.P.188.

⁶⁴ Alegria, Maria Fernanda. 1977. Cartografia antiga de Portugal Continental. Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia* . Nº 24 Vol. 12.P.183.

⁶⁵ Garcia, João Carlos. Moreira, Luis Miguel. 2015 *Antigas Cartas Marítimas e Terrestres. A universal pintura: a Cartografia nas coleções da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, Braga: 2015. P. 12.

tantas vezes figuravam nas cartas mais antigas, são substituídos por espaços em branco já que, em princípios da segunda metade do século XIX as cartas já não são feitas para anunciar as descobertas marítimas mas sim para novos objetivos, como os objetivos militares. As formas de impressão desenvolveram-se durante o século XIX com a chegada de melhores suportes de impressão como o aço e a litografia facilitou o rigor e a precisão que no século anterior não existia.⁶⁶ Com o passar dos tempos e com a evolução cartográfica, a sociedade descobriu que a área poderia ajudar o país em outras situações como, a planificação do território e também possivelmente a sua história no percurso. Neste contexto surge a cartografia urbana que tem como principal objetivo analisar as mudanças do tempo no espaço urbano causadas ou pela sociedade ou pela natureza ao longo da história.

Na segunda metade do século XIX, os recursos técnicos da cartografia evoluem e os cartógrafos passaram a inovar a representação em suas cartas, através das novas unidades de medidas, das escalas, dos símbolos utilizados, da utilização das curvas de nível para representar o relevo, e do metro-padrão trazido de França para o território português.⁶⁷ Com as inovações os mapas passam a ter uma nova função. Aquando da criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria é criada uma lei que fará com que as cartas deixem de prestar só informações marítimas ou militares e passem a prestar informações urbanísticas. São os primeiros passos legais da Cartografia Urbana.⁶⁸ As inovações também provocaram uma revisão da obra cartográfica de Manuel de Azevedo Fortes que abordamos anteriormente. Nesta era os cartógrafos iniciam um processo de sombrear as árvores ou aumentar a espessura dos traços para dar uma ilusão de tridimensionalidade. As cores já eram utilizadas no século XVIII, Manuel de Azevedo Fortes era a favor que as cores deveriam se aproximar da realidade onde as casas deveriam ter os telhados de cor carmim e a água azul. Contudo, só na segunda metade do século

⁶⁶ **Garcia, João Carlos. Moreira, Luis Miguel. 2015.** Antigas Cartas Marítimas e Terrestres. *A universal pintura: a Cartografia nas coleções da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*. Braga: 2015. P.12

⁶⁷ **Fernandes, Mário Gonçalves.2011.** A carta topographica da cidade do Porto entre a cartografia e o urbanismo português. Maria Helena Gil Baga, Mario Gonçalves Fernandes João Carlos Garcia. *A Planta da cidade do Porto no século XIX - Cartografia e Urbanismo*. Porto : Camara Municipal do Porto, 2011, P. 10.

⁶⁸ **Fernandes, Mário Gonçalves.2011.** A carta topographica da cidade do Porto entre a cartografia e o urbanismo português. Maria Helena Gil Baga, Mario Gonçalves Fernandes João Carlos Garcia. *A Planta da cidade do Porto no século XIX - Cartografia e Urbanismo*. Porto : Camara Municipal do Porto, 2011, P. 7.

XIX se irá utilizar o processo de cor tal como Manuel Azevedo Fortes pensava no século anterior.⁶⁹ Este impulso da cartografia foi sentido na cidade portuense, onde foram desenhadas diversas cartas ao longo do século XIX.⁷⁰ Como dito, os fins das cartas mudaram durante a segunda metade do século XIX devido a um decreto de lei (1865) que foi criado pelo governo e por João Chrysostomo de Abreu e Sousa (fundador da Associação de Engenheiros). Este decreto de lei foi um aglomerado das leis urbanísticas lançadas nos anos anteriores respetivas às formas de construções tanto de edifícios como de ruas e espaços públicos⁷¹. Com a chegada do governo fontista e do respetivo Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria a cartografia urbanística tornou-se essencial para alcançar a modernidade que o país tanto desejava alcançar.

Concluindo, o século XIX Porto e Lisboa foram as cidades que sofreram mais alterações respetivas à urbanização com o auxílio da cartografia, isto porque claramente estas seriam as cidades mais importantes do reino. Salientamos também que a capital francesa e a respetiva cartografia foi uma fonte de inspiração para a nossa cartografia e urbanização. A utilização da curva de nível como também o uso da simbologia nas cartas portuguesas foram inspiradas nas cartas de França que foram lançadas durante o século XIX⁷².

⁶⁹ **Fernandes, Mário Gonçalves.2011.** A carta topographica da cidade do Porto entre a cartografia e o urbanismo português. Maria Helena Gil Baga, Mario Gonçalves Fernandes João Carlos Garcia. *A Planta da cidade do Porto no século XIX - Cartografia e Urbanismo*. Porto : Camara Municipal do Porto, 2011, P.10.

⁷⁰ **Tavares, Rui. 2011.** *A Carta Topografica da cidade do Porto de 1892 - Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal*. Porto : Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto., 2011. P. 2.

⁷¹ **Tavares, Rui. 2011.** *A Carta Topografica da cidade do Porto de 1892 - Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal*. Porto : Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto., 2011.P. 3.

⁷² **Tavares, Rui. 2011.** *A Carta Topografica da cidade do Porto de 1892 - Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal..* Porto : Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto., 2011. P. 2.

1. Fontes de Informação e Crítica de Fontes

A pesquisa de obras monográficas foi uma das pesquisas mais complexas, visto que a informação sobre as Fontainhas é mínima ou inexistente. Na verdade, a zona das Fontainhas e a sua história pouco foram estudadas dentro da comunidade científica. Mesmo sendo complexa a pesquisa, foi importante num primeiro momento para o recolhimento de informações gerais sobre o local e o seu redor.

A obra ***Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*** da autoria de Anni Gunther Nonell foi umas das obras mais importantes para este projeto, em virtude da riqueza de informação e das perspetivas adotadas. O objetivo principal da obra é relacionar a evolução urbanística do Porto com os poderes locais municipais. Constituída por três tomos, a obra é completa com informação urbanística, económica, arquitetónica e política do país e consequentemente da cidade do Porto durante o século XVIII e primeira metade do século XIX. O primeiro tomo intitulado: *Estado, Território, cidade e arquitetura em época de mudança 1750/1852*, aborda o papel do governo central e das entidades locais na administração de um determinado território, e aborda as técnicas de ensino de arte, desenho e planificação. O segundo tomo - *O desenvolvimento da gestão urbanística no Porto entre 1763 e 1852* – comenta as entidades institucionais envolvidas na reforma da cidade portuense e as técnicas e instrumentos usados para essa mesma reforma, dando exemplo das diferentes plantas existentes e da legislação formada para as obras públicas. Por último, o terceiro tomo – *A construção do espaço urbano entre 1763-1852* – aborda todas as mudanças e melhoramentos da cidade ao longo da era estudada, não só a nível arquitetónico mas também a nível político, económico e social.

A monografia do Professor Joaquim Jaime Ferreira Alves ***Porto na época dos Almadás: Arquitetura e obras públicas*** foi fonte preciosa de informação salientando vários aspetos relacionados com a história da família dos Almadás, concentrada na ação de João de Almada e Melo, e com a instituição e organização da Junta de Obras Públicas, o seu funcionamento e respetivos presidentes. A obra tem como objetivo central reconhecer a obra dos Almadás na cidade do Porto e no que diz respeito a este projeto foi importante para a história do Matadouro Público e do Jardim público das Fontainhas que foram inseridos no plano dos Almadás. A obra encontra-se dividida em quatro partes e

consequentemente em capítulos e os assuntos abordados são todos os que estão relacionados com a reforma urbanista da cidade portuense durante a era Almadina e a era das obras públicas, incluindo as obras mais célebres e as menos conhecidas realizadas pelos Almadás. O autor aborda um pouco mais o papel de João de Almada e Melo e não tanto o papel de Francisco de Almada e Mendonça. Em vez disso, afirma que “*Ainda que apareça tradicionalmente Francisco de Almada e Mendonça como o continuador do programa da transformação urbana iniciado por João de Almada e Melo, tal não aconteceu. Essa responsabilidade caberia aos presidentes, que sucessivamente foram desempenhando esse cargo à frente da Junta das Obras Públicas.*”⁷³ Concluindo, apesar do livro se intitular *O Porto dos Almadás* na verdade, o autor abrange todas as construções que foram no fundo impulsionadas por João Almada e Melo e os presidentes que lhe sucederam. Uma obra de importância urbanística, histórica, social e arquitetónica. Quanto às Fontainhas, o autor refere alguns processos de construção e reabilitação do espaço como o exemplo da construção do Matadouro público e a reabilitação da Alameda das Fontainhas.

Outra obra importante consiste na obra ***Espaço Urbano do Porto*** da autoria do Professor Pereira de Oliveira. De teor geográfico, urbanístico e demográfico, o livro é constituído por duas partes. A primeira parte aborda o sistema geográfico da cidade do Porto. A segunda parte da obra aborda não só o urbanismo da cidade mas também a demografia que impulsionou o mesmo urbanismo. A última parte auxiliou-me neste projeto no entendimento dos antecedentes da urbanização da cidade e as principais mudanças que as políticas de urbanismo realizaram na cidade. É importante salientar que a obra geográfica não se centra no urbanismo e na arquitetura tal como a obra de Anne Gunther Nonell, mas transmite ao leitor informação sobre os fatores geográficos que sustentam ou são contrariados pelo desenvolvimento citadino.

Outra obra de carácter urbanístico é da autoria de José Ricardo Pinto e intitula-se **O Porto Oriental no Final do Século XIX**. Uma obra que se centra nas mudanças ocorridas na parte oriental da cidade entre 1875-1900. Apesar de a cronologia desta obra

⁷³ Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988. *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP, 1988. P. 587.

se afastar um pouco da cronologia deste projeto, é uma monografia que também aborda os antecedentes urbanísticos e morfológicos mas apenas da parte oriental da cidade. Ou seja, o autor ao longo da sua obra relembra os espaços existentes também nas Fontainhas no passado, como é o caso das quintas da Fraga e do Fragoeiro. Apesar de apenas abordar os limites das quintas, a obra sem dúvida auxiliou-me na cartografia. A obra encontra-se dividida em três pontos principais: *Urbanismo e Morfologia Urbana do Porto Oriental*, *a Estrutura interna do Porto Oriental*, e *Uma Teia Complexa*. Usei especialmente os dois primeiros pontos. O primeiro ponto aborda as opções de urbanização da parte oriental da cidade até ao século XIX, e comenta a morfologia das habitações e das designadas ilhas da cidade. No ponto dois apresenta ao leitor o estudo da indústria que desenvolveu-se por volta dos meados do século XIX.

A próxima obra importante para este projeto foi a obra do Professor Fausto Martins, ***O colégio de S. Lourenço***. Constituída por seis capítulos aborda detalhadamente o papel dos padres Jesuítas na cidade do Porto. Apesar de se diferenciar das anteriores monografias, no sentido em que tentou fazer um estudo monográfico sobre os aspetos arquitetónico-artísticos de uma instituição e da sua inserção na cidade, esta obra mostrou-se particularmente útil para este projeto porque foi a única que comentou de forma profunda a existência da Quinta da Fraga, sita nas Fontainhas, e que perderá esse caráter no século XIX. Ao longo da sua obra, o Professor comenta as propriedades e bens dos padres jesuítas no norte do país, a difusão da cultura e do saber dentro dos seus colégios e da divulgação artística e arquitetónica.

A última obra importante refere-se ao Urbanismo Português e intitula-se ***A urbe e o Traço*** do Professor Walter Rossa. Trata-se de uma obra que contém os estudos relativos aos meios urbanos portugueses, feitos pelo autor entre o ano de 1989 a 2001. A obra começa com um capítulo intitulado Ensaios e Provocações, onde um dos importantes temas é a *História do Urbanismo e Identidade* e a ligação entre ambas o que me auxiliou na altura de identificar estes dois conceitos importantes. Além disso, no primeiro capítulo o autor aborda a importância da cultura portuguesa no Brasil e o quanto a mesma cultura influenciou a urbanização desse país. No segundo capítulo o autor aborda a *Lisboa Moderna* desde os inícios da urbanização até à história mais recente da cidade urbana. No

terceiro capítulo o autor trata de assuntos relacionados com a história territorial e a engenharia militar portuguesa onde não só aborda os temas o reordenamento territorial como também o papel da engenharia militar no solo português. Por último, o quarto capítulo as *Leituras da Cidade Portuguesa*, refere-se aos diferentes tipos de cidade em Portugal ao longo da história e ao estudo das cidades nas antigas colónias portuguesas. Na sua obra, os capítulos mais importantes para o meu projeto foram os assuntos relacionados com a cidade portuguesa, onde autor segue um fio cronológico desde a era romana até aos inícios do século XIX. Além disso, no mesmo ponto o autor também aborda os tipos diferentes de ruas, praças, edifícios e outras construções, e também os diferentes funcionários envolvidos com o processo da urbanização durante a reconstrução da Lisboa. É uma obra completa e centrada na área do Urbanismo e apesar de não abordar a cidade do Porto como eu gostaria, o facto de abordar o processo de diferentes cidades portuguesas e de diferentes tipos de construção urbanística auxiliou o projeto.

Concluindo, estes autores não foram os únicos que li – veja-se a lista bibliográfica final e os comentários feitos ao longo do texto relativos ao seu uso –, mas sim aqueles em que alicercei os fundamentos deste estudo e que por essa razão merecem o destaque

Os catálogos das diferentes bibliotecas e plataformas bibliográficas a que recorri foram pesquisados a partir da definição do objetivo deste trabalho, usando um conjunto de palavras-chave, tais como, urbanismo, urbanização, Fontainhas, licenças, Almadas, memória e cidade. Ao longo do trabalho foi necessário introduzir outros elementos, definidos em função de questões e dúvidas que se foram acumulando e das quais se dá circunstanciada informação nos diferentes capítulos.

A leitura das obras iniciais permitiu também, ao ler, criteriosamente, tudo o que se referia aos materiais usados pelos diferentes autores, constituir um núcleo de potenciais produtores de informação sobre o assunto. Em conformidade com o pendor mais geográfico, mais artístico, mais arquitetónico, mais institucional-político da abordagem feita nas diferentes obras, os autores serviram-se de fontes documentais arquivísticas, de descrições subjetivas de uma realidade vivida, de descrições técnicas, etc. A este núcleo juntei outras fontes de informação potencial, deduzidas do conhecimento obtido nas leituras várias de enquadramento geral do período em questão. Sobre estes núcleos

seguem-se as páginas seguintes.

1.1. Documentação produzida no âmbito da Câmara

Antes de abordar os documentos produzidos por este produtor, iremos fazer uma breve introdução ao funcionamento desta entidade. Obviamente que como os factos históricos nos contam, o século XIX não foi fácil para os portuenses. No início do século combatem uma invasão francesa que ceifou muitas vidas⁷⁴, no meio do século veem a sua cidade envolvida em uma guerra fratricida, durante a qual decorreu uma batalha que mereceu o título de *Guerra do Cerco*⁷⁵ e, finalmente, no final do século foram, em parte, agentes de algumas revoluções⁷⁶.

O corpo Camarário portuense era constituído por um juiz de fora, quatro vereadores e um procurador da cidade.⁷⁷ Além destes, por vezes era indispensável a presença de outros cargos para abordar certos assuntos e funções, como o juiz dos órfãos, escrivão, provedores e corregedores, tesoureiro etc.⁷⁸ O Juiz de Fora, aquele que presidia a todas as sessões da Câmara no Porto, o mais alto dignatário da sessão, deveria zelar pelo bom funcionamento da sua Câmara e impor as ordens régias.⁷⁹ Os juizes de Fora eram indicados pela coroa e eram cargos de uma duração de três anos.⁸⁰ As deliberações do Juiz de Fora tinham que ser votadas em sessão Camarária, ou seja, apesar do estatuto do juiz de fora este não poderia decidir por si só, tudo teria de ser discutido em Câmara, votado e assente numa ata que seria escrita pelo escrivão da Câmara.⁸¹ Algumas das funções do Juiz de Fora, por vezes, quase se sobrepunham com as funções dos

⁷⁴ **Cruz, António. 1999.** O Porto no Século XIX. Damião Peres. *História da Cidade Do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1999. P.294-296

⁷⁵ **Cruz, António. 1999.** O Porto no Século XIX. Damião Peres. *História da Cidade Do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1999. P. 339-340.

⁷⁶ **Cruz, António. 1999.** O Porto no Século XIX. Damião Peres. *História da Cidade Do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1999.P. 351.

⁷⁷ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 341.

⁷⁸ **Nunes, Ana Sílvia Alburquerque. 2009.** *Municipalismo e Sociedade do Porto: De Pombal às invasões Francesas*. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2009.P. 38.

⁷⁹ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 345.

⁸⁰ **Monteiro, Nuno Gonçalo. 1996.** O Central, o local e o inexistente regional. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa : Circulo de Leitores e Autores., 1996.P. 84.

⁸¹ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 341.

corregedores, que também eram representantes da coroa ao nível da comarca.

Os vereadores tinham como função zelar pela administração da sua jurisdição, ou seja, deveriam não só zelar pelo abastecimento de bens essenciais à população, mas também administrar corretamente os bens do concelho, criar infraestruturas para fomentar a economia, dialogar com a corte e, ainda, nomear os funcionários do município⁸². Os mandatos eram de três anos e as eleições normalmente eram convocadas pelos corregedores da comarca. Enquanto os juizes de fora eram selecionados pela coroa, os vereadores eram eleitos localmente e posteriormente confirmados pela administração central do reino.⁸³ Durante o seu mandato, os vereadores usavam a hierarquia do cargo, ou seja, o vereador mais velho seria o mais sábio e portanto este era o escolhido para representar o juiz de fora caso este não pudesse comparecer nas sessões da Câmara devido a compromissos fora da sua jurisdição territorial.⁸⁴

Quanto ao procurador da cidade, o seu papel foi ganhando importância ao longo dos tempos modernos. Tal como os vereadores, o procurador da cidade também zelava pelos bens do concelho e pelas infraestruturas públicas como as fontes, ruas, chafarizes, etc. Contudo as suas funções foram mais além do que deviam e o procurador do Porto começou a ocupar um lugar de *justiceiro* onde lutava pelo bom regimento da sua jurisdição e denunciava caso algo fosse contra esse bom regimento.⁸⁵

Para funcionarem corretamente, as Câmaras tinham de ter os seus fundos de maneiio que normalmente provinham dos impostos municipais, das coimas das condenações, de foros e de rendas Camarárias. Para os grandes centros camarários havia ainda os sobejos de sisas, como no caso da cidade portuense acontece com sobejos das sisas avultados. Podiam ainda conceber impostos extraordinários.⁸⁶

Voltando à questão da produção dos documentos pela Câmara, segundo as minhas

⁸² **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 345.

⁸³ **Monteiro, Nuno Gonçalo. 1996.** A sociedade Local e os seus protagonistas. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1996.

⁸⁴ **Monteiro, Nuno Gonçalo. 1996.** O Central, o local e o inexistente regional. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa : Círculo de Leitores e Autores., 1996.P. 86.

⁸⁵ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 355-356.

⁸⁶ **Monteiro, Nuno Gonçalo. 1996.** O espaço político e social Local. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa : Círculo de leitores e Autores, 1996. P. 132

pesquisas, na série de atas referente ao período entre 1769 e 1800, se bem que na teoria as sessões da Câmara devessem ocorrer duas vezes por semana, na prática estas tinham tendência para o não cumprimento da reunião semanal, chegando a acontecer mensalmente., De facto, durante a pesquisa nos livros de Vereações, as sessões nos anos 1849 a 1851 foram realizadas apenas três a quatro vezes por mês e nem todos os vereadores estiveram presentes. Além destas vereações, existiam as vereações extraordinárias que seriam realizadas em caso de necessidade extrema. Normalmente quem convocava estas sessões e o Juiz de Fora, mas outros podiam fazê-lo, caso o último aceitasse.

Na viragem do século XVIII para o século XIX as funções da câmara aumentaram à medida que foi necessário criar cargos de fiscalização e de organização pública⁸⁷. Além do fundo de Vereações também acedi aos livros de Termos Diversos produzidos pela Câmara onde se encontram documentos de indemnizações, aquando de expropriações, assuntos relacionados com água e iluminação, entre outros podem ser encontrados nestes livros. Foram também analisados os Livros de Compras e Expropriações, Livros de Portas, Vistorias, Livros de Próprias e Livros de Prazos. A estrutura complexa da entidade que é simultaneamente proprietária, fiscalizadora, promotora de serviços públicos, controladora da vida dentro do concelho, agente de justiça espelha-se em múltiplos fundos documentais. Os livros analisados, em função do período cronológico em análise, foram produzidos entre os anos sessenta do século XVIII e os meados do século XIX. Salienta-se que os índices, produzidos quer pelos arquivistas ao longo dos tempos, quer pelos próprios escrivães dos livros, foram essenciais instrumentos de pesquisa para este estudo porque facilitaram muitas vezes o trabalho na procura das informações relativas às Fontainhas. Os livros de Vereações, os livros de Licenças, e os livros da Junta de Obras Públicas acabaram por se revelar como os livros mais informativos.

Devido à escassez de fontes secundárias, as fontes primárias foram importantes auxiliares na procura do entendimento dos problemas da época e das suas soluções. Devido à imensidade dos livros de atas, selecionei datas chaves para encontrar

⁸⁷ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P.115.

informações sobre as Fontainhas. Foram estudados os livros de Vereações referentes aos anos: 1759⁸⁸-1762,⁸⁹ 1797-1798⁹⁰ e 1850-1852⁹¹. As datas 1759-1762 foram selecionadas na procura de informação sobre a quinta da Fraga. Sendo os Jesuítas expulsos em 1759, procurei informações sobre o destino da quinta pertencente aos mesmos nos livros de vereações. A data de 1797-1798 foi selecionada para me auxiliar na busca de informações sobre o matadouro das Fontainhas que iniciará a sua construção em 1797 como veremos adiante. Por sua vez, as datas 1850-1852, foram escolhidas porque segundo a obra *Plantas Antigas do Cidade: (Século XVIII e a primeira metade do século XIX)* de Monteiro de Andrade, o asilo de Mendicidade foi transferido para o antigo Matadouro das Fontainhas na década de 50 do século XIX.⁹²

O Arquivo Municipal do Porto contém a série de vereações de 1390-1926⁹³, sendo que algumas já se encontram digitalizadas. As vereações estão repletas de informação de vários locais da cidade e fora dela, sendo possível encontrar atos cíveis, leis, taxação de preços de diversos alimentos, eleições, apresentação de novos projetos, resolução de diversos problemas surgidos quer a nível interno, quer a nível externo, etc. Porém, no século XVIII, várias atas carecem de informações detalhadas, algo que no decorrer do século XIX lentamente vai mudando aquando o surgimento de redações mais longas, e com mais descrição informativa sobre os assuntos tratados. Nas vereações nem sempre todos os membros estavam presentes, em quase todas as vereações faltava alguém, sendo registado frequentemente que estas faltas eram causadas por *moléstia* do ausente.

Foram analisados os livros de Vistorias⁹⁴ referentes ao final dos anos oitenta do século XVIII até aos inícios do século XX. Nas Fontainhas foram feitas poucas vistorias, sinal do processo lento do despertar desta área fora de muros para uma integração urbana, sendo que a maior parte destas pertenciam ao senhor Manuel da Rocha que foi obrigado a fazer algumas demolições de construções por estarem sem licença ou construídas de

⁸⁸ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 83 (1756-1759).

⁸⁹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 85 (1760-1765).

⁹⁰ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 94 (1797-1799).

⁹¹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 111 (1847-1851); livro 112 (1851-1853); livro 113 (1853-1855).

⁹² **Andrade, Monteiro de e Bastos, A. de Magalhães de. 1943. *Plantas antigas da Cidade (Século XVIII e Primeira Metade do século XIX)*** Porto : Câmara Municipal do Porto, 1943. P. 113.

⁹³ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926).

⁹⁴ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo antigo, vistorias, livros 1-4: (1725-1832).

forma diferente à licença anteriormente pedida⁹⁵. As vistorias são fonte de informação importante porque formam o único processo de representação visual do espaço e da construção planificada para esse espaço. Podiam ser solicitadas por moradores, pelo vereador “fiscal” ou pelo procurador da cidade, e estas eram realizadas por mestres-de-obras e conhecedores das respetivas obras. Durante a construção, os mestres inspecionavam as técnicas de higiene, a situação dos materiais de construção, a segurança dos trabalhadores, e se a mesma obra estaria sendo realizada sob o plano aprovado.⁹⁶ Estas inspeções foram sem dúvida essenciais para a construção de ruas, largos e praças, e edifícios, fruto de uma noção de governo que procurava utilizar a racionalidade em todas as suas ingerências urbanísticas.

Outra fonte de informação analisada foram os livros de compras e expropriações da Câmara do Porto⁹⁷. As compras e expropriações referentes ao período em análise consistem num livro com informações de compras feitas pela Junta de Obras Públicas dos espaços necessários à expansão ou reforma da cidade. Entre as informações referidas nestes documentos encontramos a indemnização que seria paga ao proprietário que perdia os seus terrenos ou edifícios para as obras das cidades. Além destas informações é possível encontrar expropriações e compra de aloques e os respetivos registos da compra. Os livros referentes a compras mostram-se importantes para conhecer os proprietários da região das Fontainhas. Apesar da pouca informação, os dados que retirei desta fonte foram essenciais para o reconhecimento de proprietários e também para o reconhecimento do espaço visto que os documentos descrevem a propriedade e os seus arredores.

Por último foi analisada a série de prazos⁹⁸. Os livros de prazos contém escrituras de empraçamento de propriedades da cidade, tanto no espaço urbano quanto no restante concelho. Através dos índices foram encontradas diversas informações sobre as Fontainhas ao longo dos séculos. Este livro foi importante para delimitar e identificar o espaço das Fontainhas e a localização de quintas e propriedades, como o caso da Quinta da Fraga, por vezes identificada com a Quinta dos Padres.

⁹⁵ AHMP, Junta de obras públicas. Próprias - Livro nº1 (1788-1803) F. 204.

⁹⁶ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 121-123.

⁹⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 1-65: (1453-1905).

⁹⁸ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Prazos, livro 1-33: (1534-1842).

Uma dos fundos mais estudados foi o fundo da Junta de Obras Públicas. Dentro deste fundo encontram-se diversas séries: Livro de Plantas (1761-1871)⁹⁹, (1822-1825), Processos (1739-1840)¹⁰⁰, Entradas e Saídas do Cofre (1787-1832)¹⁰¹, Próprias (1788-1803)¹⁰², Autos sobre abrimento de ruas (1784-1797)¹⁰³, Registo de todas as ordens régias dirigidas à Junta das Obras Públicas desta cidade do Porto (1797-1833)¹⁰⁴. A dimensão destas séries obrigou a tomar decisões quanto à consulta da informação. Não me seria possível aceder a todos os livros, portanto fiz opções em função dos objetivos deste trabalho.

Um dos livros selecionados foi o Livro de Abrimento de Rua devido à possibilidade de encontrar o máximo de dados sobre a abertura da rua das Fontainhas. Este livro contém diversos atos no qual se procura saber a situação de diferentes pessoas que possuem as terras em que a Câmara pretende abrir novas ruas. Além deste tipo de documentos também encontrei documentos sobre penhoras de terras e edifícios em redor das construções de novas ruas. No que diz respeito às Fontainhas os dados não incluem senão as informações vulgares, não há sinal de que o processo de abertura da Rua das Fontainhas tenha suscitado grandes questões.

O Livro das Plantas revelou-se num primeiro momento de pesquisa muito útil, sobretudo, para a realização de uma base de dados de licenças de habitações da Rua das Fontainhas, do Passeio das Fontainhas, da Rua Wellesley (atual Rua Gomes Freire) e da Rampa da Corticeira. Apesar de algumas licenças não conterem plantas, foi possível anotar as informações e descrições de todas as habitações construídas ao longo do século XIX numa folha do Software Excel e criar os seguintes campos: N. de Licença; cota da base de dados do arquivo municipal; o ano do pedido de licença; a tipologia de construção; o suplicante; a rua a que se refere a licença; o material de construção do edifício; e notas, ou seja informações que possam ser importantes retirar do documento.

Contudo, nem sempre estas licenças continham o número de porta, dificultando o

⁹⁹ AHMP, Junta de obras públicas, livros de Plantas: (1761-1871).

¹⁰⁰ AHMP, Junta de Obras Públicas, Processos, livro 1-7: (1739-1840).

¹⁰¹ AHMP, Junta de Obras Públicas, Entradas e saídas do cofre, livro1-4: (1787-1832).

¹⁰² AHMP, Junta de Obras Públicas, Próprias livro nº1: (1788-1803).

¹⁰³ AHMP, Junta de Obras Públicas, Autos de abrimento de ruas, livro 1: (1784-1797).

¹⁰⁴ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro do registo de todas as ordens régias dirigidas à junta de obras públicas do Porto, 1 livro: (1797-1833).

trabalho de identificação das mesmas. É necessário relembrar que os números de portas encontrados nas licenças não são iguais às atuais, na verdade o objetivo seria descobrir uma sequência de números antigos para descobrir onde iniciava e terminava a contagem, visto que em algumas licenças as casas são identificadas como estando colocadas no lado nascente ou no lado poente. Outro dos obstáculos que encontrei foi a incompleta digitalização das plantas e licenças, por parte do Arquivo Municipal do Porto. O objetivo do arquivo é digitalizar todos os documentos para proteger os livros, mas este trabalho não está a ser realizado de modo sistemático, o que leva a que haja quebra na informação, já que muitos livros não estão digitalizados na íntegra.

Para identificar as informações retiradas dos Livros de Licenças recorri ao Livro de aboletamento do Bairro de Santa Catarina, do ano de 1833.¹⁰⁵ Trata-se de um recenseamento dos habitantes do Porto com o intuito de alojar as tropas aquando da guerra civil. Encontram-se informações sobre os habitantes das casas e as suas profissões, com indicação da morada, em que já figuram os números de porta. No caso das Fontainhas, esta fonte indica algumas casas arruinadas, ilhas de pobres e habitações desabitadas. Os habitantes que viviam nas ilhas dos pobres são desconhecidos, porque os produtores do documento não os identificam, aliás as ilhas dos pobres não tem qualquer informação descritiva. Ao juntar as informações retiradas das licenças de casas e deste aboletamento foi possível identificar algumas das habitações da rua das Fontainhas que ainda hoje existem.

Por último, necessitando de informação variada recorri à série de Próprias do fundo da Junta de Obras Públicas do Porto. Uma série que agrupa informação relacionada a processos, a requerimentos, a cartas dirigidas à coroa e a termos de obrigações dadas aos proprietários do Porto. Estes elementos permitiram entender o funcionamento da Junta e a sua organização, incluindo os seus funcionários. Também foram encontradas algumas pequenas informações sobre as Fontainhas, como certas obrigações conferidas aos proprietários quanto às irregularidades de construções ou obstruções das vias públicas na zona ou em redor dela.

¹⁰⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto. Recenseamento do Bairro de Santa Catarina: aboletamento: (1833).

1.2. Documentação produzida por observadores especialistas

1.2.1. Gravuras

Para conhecer o local das Fontainhas na época em estudo, recorri a alguns produtores de gravuras do século XIX. Em 1802, o pintor de gravuras, italiano, Francesco Bartolozzi chegou a Portugal e revolucionou a arte de gravuras que estaria atrasada em comparação com a Europa.¹⁰⁶ Contudo, Bartolozzi faleceu em 1815 e a arte da gravura só conheceria um novo impulso durante os anos 20 com a criação da litografia e mais tarde com a criação de gravuras de madeira a topo que facilitavam impressão da gravura juntamente com texto.¹⁰⁷ Além disso, em 1836, é aberta na Academia das Belas artes uma disciplina referente ao ensino da Gravura, lecionada pelo suíço Benjamin Comte.¹⁰⁸

As primeiras gravuras que representam a cidade do Porto durante o século XVIII são de origem estrangeira e normalmente são representações da Ribeira e/ou da cidade do Porto vista de Gaia, onde o rio Douro e a encosta surgem em grandes planos.¹⁰⁹ As primeiras gravuras da cidade do Porto feitas pela mão de portugueses surgem nos finais do século XVIII com a publicação em 1789 da *Gravura do Porto* de Teodoro de Sousa Maldonado.¹¹⁰ O século XIX transforma-se num século onde a gravura se expande em várias cidades portuguesas. A cidade do Porto, mais de que nunca, transforma-se numa cidade figurada em gravuras, devido às guerras e à urbanização sofrida, inspirando diversos artistas a capturarem a cidade e os seus edifícios, locais e habitantes como também a movimentação de barcos no rio Douro devido ao desenvolvimento negócio do

¹⁰⁶ **Anacleto, Regina. 1997.** Arte: Panorama do Início de Oitocentos. José Mattoso. *Historia de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 1997.P. 681.

¹⁰⁷ **Anacleto, Regina. 1997.** Arte: Panorama do Início de Oitocentos. José Mattoso. *Historia de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 1997.P. 682.

¹⁰⁸ **Anacleto, Regina. 1997.** Arte: Panorama do Início de Oitocentos. José Mattoso. *Historia de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 1997.P. 682.

¹⁰⁹ **Marques, Maria da Luz Paula. 1992.** *O Porto. Memórias. O Porto na colecção de Vitorino Ribeiro*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.P. 6.

¹¹⁰ **Marques, Maria da Luz Paula. 1992.** *O Porto. Memórias. O Porto na colecção de Vitorino Ribeiro*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.P. 7.

vinho do Porto.¹¹¹

Como dito, anteriormente, muitas destas gravuras da cidade eram realizadas a partir de Vila Nova de Gaia e tinham o objetivo de mostrar o rio, as encostas, as muralhas e a cidade intramuros e depois extramuros. Algumas das gravuras da cidade mostram um panorama desde as Fontainhas até Massarelos e dando obviamente especial atenção à parte da Ribeira. Só existem (tanto quanto foi possível averiguar nas coleções de gravuras da BPMP, AHMP e a BNP) três gravuras que se aproximam das Fontainhas e donde é possível retirar informações do local. As gravuras de Joaquim Cardoso Victoria Vilanova, de Robert Batty e de Joseph James Forrester.

Joaquim Cardoso Victoria Vilanova nasceu no Porto entre 1792-93.¹¹² Em 1835 é já conhecido na cidade como pintor e desenhador quando se inicia nas técnicas Litográficas.¹¹³ Em 1836 ingressou na Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto como professor substituto da aula de Desenho. Dois anos mais tarde, viria a ser

Figura 2: Gravura do Passeio das Fontainhas da autoria de Joaquim VilaNova

Fonte: BPMP: Vilanova, Joaquim Cardoso Vitória, Aspeto do interior do antigo Passeio das Fontainhas que daria origem, após alterações significativas, à atual Alameda das Fontainhas. Edifícios do Porto em 1833, 1833.P. 61



¹¹¹ Coutinho, Xavier. 1981. Subsídios para o estudo da iconografia e urbanismo da cidade do Porto. *Revista de História*. 1981, Vol. I. P. 177.

¹¹² Araújo, Agostinho. 2002. *Uma Pintura de Vila Nova, com alguns subsídios de índole biográfica e crítica*. Porto : Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão Universidade Católica - Centro Regional do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. P. 130.

¹¹³ Araújo, Agostinho. 2002. *Uma Pintura de Vila Nova, com alguns subsídios de índole biográfica e crítica*. Porto : Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão Universidade Católica - Centro Regional do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002.P. 139.

professor da aula de desenho na Academia Politécnica do Porto. Foi uns dos melhores litográficos do Porto e ainda produziu pintura, gravura e desenho. Ao longo da sua carreira desenhou mais de 100 desenhos realizados com tinta-da-china.¹¹⁴

Numa época de romantismo, Joaquim Vilanova decidiu aplicar nos seus desenhos qualidades técnicas que se afastavam especificamente da alma do romantismo.¹¹⁵ Foi o único artista que desenhou a Alameda das Fontainhas de perto mostrando ao observador o movimento da Alameda, as arvores, os tanques, a fonte e ainda os portões e grades que rodeavam a Alameda das Fontainhas (fig.2) durante o século XIX.¹¹⁶

Joseph James Forrester nasceu no ano de 1809 na cidade de Hull na Inglaterra, chegou ao Porto no ano de 1831. No Porto habitava com o seu tio James Forrester, comerciante da firma Offley, Webber, Forrester & C^a, que havia sido criada no século XVIII.¹¹⁷ Ao longo da sua vida interessou-se pelo vinho do Porto, etnografia, economia, cartografia, política e arte. Além de pintor, era também desenhador e litógrafo.¹¹⁸

Após sobreviver ao Cerco do Porto, Forrester inicia a demonstração dos seus dotes artísticos em várias áreas, desde pintura à cartografia. Em 1843 publica o *Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro* e em 1848 publica *Douro Portuguese e Paiz Adjacente*, trabalho que mereceu o entusiasmo de todos¹¹⁹ e ainda o título de Barão pela Coroa, como sinal de agradecimento dos trabalhos de investigação no Douro.¹²⁰ O seu levantamento cartográfico da barra do Douro provocou que a mesma barra sofresse algumas construções para melhorar a navegação.

Em relação às Fontainhas e antes da publicação das obras que o fizeram conhecido, James Forrester desenhou, em 1835, uma gravura da paisagem em volta da Serra do Pilar.

¹¹⁴ **Informação., Universidade do Porto: Gestão de.** 2014. Docentes e Estudantes da Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto. *Sigarra*. [Online] 2014. [Citação: 20 de Junho de 2018.] https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20armc%20-%20joaquim%20cardoso%20vit%C3%B3ria%20vilanova.

¹¹⁵ **Araújo, Agostinho.** 2002. *Uma Pintura de Vila Nova, com alguns subsídios de índole biográfica e crítica*. Porto : Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão Universidade Católica - Centro Regional do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. P. 137.

¹¹⁶ **Vilanova, Joaquim Cardoso Vitória.** 1833. *Edifícios do Porto em 1833*. Porto : s.n., 1833. P. 139|141.

¹¹⁷ **Garcia, João Carlos dos Santos e Branco, Didiana.** 2009. *Oporto Wine In Maps (1843-1860)»: A Cartografia inglesa do Douro*. Mina Gerais, Brasil : Universidade Federal de Mina Gerais, 2009. P: 4.

¹¹⁸ **Siza, M. Tereza.** 2001. *O Porto e os seus fotografos* . Porto: Porto Editora, 2001.P.17.

¹¹⁹ **Garcia, João Carlos dos Santos e Branco, Didiana.** 2009. *Oporto Wine In Maps (1843-1860)»: A Cartografia inglesa do Douro*. Mina Gerais, Brasil : Universidade Federal de Mina Gerais, 2009.P. 5.

¹²⁰ **Siza, M. Tereza.** 2001. *O Porto e os seus fotografos* . Porto : Porto Editora, 2001.P. 17.

A paisagem da figura 3 foi desenhada a partir da rampa da Corticeira, sendo possível ver não só o rio e a serra do Pilar, mas também capela que ainda hoje encontramos em ruínas na Corticeira.

O desenvolvimento das técnicas de desenho de gravuras impulsionou igualmente outras áreas como a forma como as notícias eram dadas pelos periódicos e pelas revistas. Por vezes estas revistas usavam as gravuras para expressar as suas críticas sobre um determinado assunto da época dos oitocentos.¹²¹

Figura 3: Gravura - Convento da Serra: Porto: antes do sítio - da autoria de Joseph James Forrester



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Gravuras, Autor: Joseph James Forrester (des.); Richard James Lane (dir.); George Childs (litogr.). Convento da Serra : Porto : antes do sítio = Serra Convent : Oporto : before the siege, Londres, 1835. (D-PIN/b-30(29); D-ALB/GRA-1 - estampa 29)

¹²¹ **Anacleto, Regina. 1997.** Arte: Panorama do Início de Oitocentos. José Mattoso. *Historia de Portugal*. Lisboa : Editora Estampa, Lda., 1997.P.682.

1.2.2. Fotografia

Um dos materiais importantes à realização deste processo foram as fotografias datadas do século XIX e inícios de XX que capturaram as Fontainhas ou arredores. Alguns dos produtores destas fotografias foram Frederick William Flower, Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva e Domingos Alvão.

A história da fotografia na cidade do Porto é marcada, nos anos cinquenta do século XIX, através da criação da Associação Industrial Portuense que irá dar um grande impulso à produção de fotografias usando um aparelho chamado daguerreotipo¹²². Nos anos seguintes desenvolveram-se outras técnicas como a calotipia¹²³, o colódio húmido¹²⁴, colódio seco¹²⁵, a impressão na folha de carvão, estampagem em esmalte, entre outras técnicas.¹²⁶ Nos inícios do uso da fotografia, os fotógrafos capturavam paisagens da natureza para depois as produzirem nas oficinas da imprensa da cidade portuense. A paisagem rural e a urbana foram capturadas sempre durante o fim da manhã e durante a primeira parte da tarde, altura em que a claridade era maior.¹²⁷ Em 1862 estavam sediados no Porto, com estúdio aberto, sete fotógrafos: Domingos Paschoal Júnior, Horácio Cruz, Miguel Novaes, João Pedro Ribeiro, Louis Monnet, Antero Frederico Seabra e por último um estabelecimento chamado Casa Fritz.¹²⁸

Um dos fotógrafos que capturava paisagens urbanas foi **Frederick William Flower**. Nascido na Escócia em 1815, Frederick William Flower, na década de quarenta

¹²² Silva, António Morais. 2002. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Matosinhos : QN - Novas tecnologias de informação, Lda, 2002. P. 342. Daguerreótipo: "Aparelho Primitivo de fotografia , pela qual se fixavam as imagens da câmara escura sobre placas metálicas convenientemente."

¹²³ Dias, António Pedro. 2016. *A cor na fotografia: Reflexo sobre a evolução histórica e ensaio prático*. Lisboa : IADE-U – Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário , 2016.P. 31. Calotipia: "(...) é um negativo num suporte de papel que permitia a reprodução de várias imagens."

¹²⁴ Almeida, Cármen Dolores Avó Baião Ferreira de. 2017. *A Divulgação da fotografia no Portugal oitocentista: Protagonistas, práticas e redes de circulação do saber* . Évora : Universidade de Évora, 2017.P. 49.: "No processo do colódio húmido a emulsão utilizada distorcia as cores, o branco e o azul, por exemplo, apareciam com a mesma intensidade pelo que se tornava difícil fotografar, por exemplo, o céu e as nuvens de forma distinta." P. 166: O processo consistia na aplicação de nitrato de celulose, misturada com álcool e éter e nitrato de prata numas placas de vidro.

¹²⁵ Almeida, Cármen Dolores Avó Baião Ferreira de. 2017. *A Divulgação da fotografia no Portugal oitocentista: Protagonistas, práticas e redes de circulação do saber* . Évora : Universidade de Évora, 2017. P. 166. "O processo do colódio húmido, utilizado durante a década de 1850, funcionava bem em estúdio, mas nos trabalhos de exterior apresentava vários problemas." Para um melhor resultado foi usado "(...) o açúcar, o mel, o tanino, o chá, a glicerina e a dextrina."

¹²⁶ Siza, M. Tereza. 2001. *O Porto e os seus fotógrafos* . Porto : Porto Editora, 2001.P.20.

¹²⁷ Siza, M. Tereza. 2001. *O Porto e os seus fotógrafos* . Porto : Porto Editora, 2001.P. 15.

¹²⁸ Siza, M. Tereza. 2001. *O Porto e os seus fotógrafos* . Porto : Porto Editora, 2001.P. 40.

viajou para o Porto para trabalhar em uma firma chamada Smith, Woodhouse & Company onde permaneceu até o ano de 1854. No ano anterior, em 1853, havia iniciado a sua produção fotográfica seguindo a técnica de calotipia, que consiste num negativo em suporte de papel onde é possível reproduzir diversas imagens, uma técnica usada por grandes fotógrafos como Baldus ou Fenton. Este tipo de imagem havia sido usada já por outros fotógrafos na cidade como Hugo Owen e James Forrester nos inícios dos anos 50.¹²⁹ Frederick William Flower produziu 216 calótipos, 3 em colódio húmido, 101 imagens em papel salgado e 3 em platina, sendo que a maior parte consiste em reproduções da cidade e de paisagens.¹³⁰ Nos 216 calótipos é possível observar diversas fotografias do Porto nos anos cinquenta e sessenta, entre estes encontra-se uma fotografia da encosta das Fontainhas capturada perto da Serra do Pilar (Fig. 17), onde já surge construída a Fábrica da Louça e ainda estava de pé a Capela do Senhor do Carvalhinho. De facto, muitas das suas fotografias do Porto são capturadas do lado de Gaia, de onde é possível observar os barcos do vinho do Porto a navegar no rio Douro.¹³¹

Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva, nascido em Pombal, no ano de 1821 frequentou a Academia de Belas Artes do Porto nos anos 40 do século XIX¹³² e nos anos 50 começou a fotografar locais e monumentos da cidade portuense como a fotografia albumina¹³³ da igreja da Lapa. Mas não foi só o Porto que fotografou, na verdade em 1851 Antero Frederico Ferreira de Seabra conseguiu uma licença do rei D. Pedro V para um projeto que consistia no levantamento fotográfico dos monumentos, paisagens e ruínas do país.¹³⁴ Participou no ano de 1861, na Exposição Industrial Portuense e em 1863 na Exposição Agrícola de Braga que fotografou documentalmente.¹³⁵ Ao longo da sua vida fotografou também pessoas e algumas

¹²⁹ **Siza, M. Tereza. 2001.** *O Porto e os seus fotógrafos*. Porto : Porto Editora, 2001.P.16.

¹³⁰ **Siza, M. Tereza. 2001.** *O Porto e os seus fotógrafos*. Porto : Porto Editora, 2001.P. 17.

¹³¹ **Siza, M. Tereza. 2001.** *O Porto e os seus fotógrafos*. Porto : Porto Editora, 2001. P. 28.

¹³² Centro Português de Fotografia, Coleção Nacional de Fotografia, Coleção Alcídia e Luís Viegas Belchior, [álbum de Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva], história administrativa/biográfica/familiar, 1850-1883, PT/CPF/CNF-CALVB/0033.

¹³³ **Dias, António Pedro. 2016.** *A Cor na fotografia: Reflexão sobre a evolução histórica e ensaio pratico..* Lisboa : IADE-U – Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário , 2016.P. 35. : O problema de usar em papel de albumina era que com o passar do tempo e com a exposição à luz provocava o desaparecimento das cores.

¹³⁴ **Almeida, Cármen Dolores Avó Baião Ferreira de. 2017.** *A Divulgação da fotografia no Portugal oitocentista: Protagonistas, práticas e redes de circulação do saber*. Évora : Universidade de Évora, 2017.P. 170.

¹³⁵ **Almeida, Cármen Dolores Avó Baião Ferreira de. 2017.** *A Divulgação da fotografia no Portugal oitocentista: Protagonistas, práticas e redes de circulação do saber*. Évora : Universidade de Évora, 2017.P. 171.

reproduções de pinturas.¹³⁶ Quanto às Fontainhas capturou a vista que é possível ver a partir do Passeio das Fontainhas e um pouco da encosta das Fontainhas.¹³⁷ Tal como Frederick William Flower, Antero Frederico e Silva estaria apenas interessado na poderosa encosta das Fontainhas e a paisagem que esta oferecia sobre o rio Douro e não tanto nas pessoas ou na vida que existiria na zona.

Por último utilizei fotografias de **Domingos do Espírito Santo Alvão**. Domingos Alvão nasceu no ano de 1869 na freguesia de Cedofeita, Porto. Começou por trabalhar na Casa Biel e mais tarde foi operador-gerente no estabelecimento pertencente a Leopoldo Cyrne intitulado de Foto-Velo Clube. Fez um estágio em Madrid e participou em diversas exposições e concursos de fotografia pela Europa chegando a receber prémios e diplomas pela sua participação.¹³⁸ As suas fotografias de paisagem urbana, sociais e ainda individuais são ditas como um exemplo de nacionalismo que representam o país no estrangeiro.¹³⁹ É certo que Domingos Alvão produziu fotografias no século XX e que ultrapassa a cronologia usada no projeto, contudo as fotografias das Fontainhas de inícios do século XX, oferecem uma ideia das consequências das obras realizadas no século XIX na zona. Além de que infelizmente no século XIX as fotografias existentes não registaram as Fontainhas de perto, apenas de longe. Domingos Alvão é um dos poucos que regista a Alameda das Fontainhas e o passeio das Fontainhas no início do século XX¹⁴⁰. Nestas fotos, ele procura demonstrar o uso do Passeio das Fontainhas e da Fonte das Fontainhas pelos habitantes do local e arredores. No decorrer do projeto recorri a estes produtores de informação para melhor entender como as Fontainhas eram vistas no século XIX e inícios do século XX.

¹³⁶ Centro Português de Fotografia, Coleção Nacional de Fotografia, coleção Alcídia e Luís Viegas Belchoir, [Álbum de Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva,], A Vendedora de Castanhas (reprodução de Pintura), 1860, PT/CPF/CNF-CALVB/0033/000069.

¹³⁷ Centro de Fotografia Português, Coleção Nacional de Fotografia, coleção Alcídia e Luís Viegas Belchoir, [Álbum de Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva,], Porto – Fontainhas, 1860: PT/CPF/CNF-CALVB/0033/000124

¹³⁸ Centro de Fotografia Português, Fotografia Alvão Lda, Historia Administrativa, Biografia, Familiar, séc. XIX-XX, PT/CPF/ALV.

¹³⁹ **Siza, M. Tereza. 2001. *O Porto e os seus fotógrafos*. Porto : Porto Editora, 2001.P. 203.**

¹⁴⁰ Centro de Fotografia Português, Fotografia, Alvão Lda, Mulheres com Cântaros e Crianças na Fonte das Fontainhas, Porto (1920-1950), PT/CPF/ALV/005359.

1.2.3. Periódicos

Os periódicos analisados foram elucidadores para entender a cultura e o contexto da época que me propus a estudar. O século XIX foi o século dos periódicos. Contudo em comparação com a Europa, o jornalismo em Portugal desenvolveu-se de forma lenta, não só devido aos conflitos da época, mas também devido à censura do estado. Em 1803 o Intendente da Polícia Pina Manique reforçou as políticas de censura em relação às publicações portuguesas e estrangeiras publicadas em Portugal. Um dos conflitos da época, as Invasões Francesas, teve o condão de criar e financiar o *Diário do Porto* não tendo contudo o periódico gozado de liberdade para noticiar o que se pretendia. Somente a partir dos anos 20 podemos assistir a um surgimento de novos jornais que incentivaram outras criações periódicas devido à proclamação da liberdade da imprensa após a revolução de 1820 e ao início de uma divulgação científica e cultural.¹⁴¹ Esta divulgação de conhecimentos é feita por diversas sociedades, como a Sociedade de Propaganda dos Conhecimentos Úteis que até à década de 40 do século XIX publicava obras de Castilho, Herculano, entre outros. Contudo, logo no ano de 1850 é criada pelo governo a “lei da rolha” que consistia na censura da imprensa. Porém não durou muito, em 1851 foi destituída e a imprensa recebeu outro impulso.¹⁴² No Porto os periódicos multiplicam-se após a década de 50. Entre eles estão o Comércio do Porto (1854), e o Primeiro de Janeiro (1868).

Para este projeto foram analisados essencialmente jornais posteriores à Guerra do Cerco, e os anos 40, 50 e 60 do século XIX, para descobrir notícias relativas aos espaços e populações em análise, numa tentativa de tomar o pulso aos olhares dos contemporâneos, que revelassem o dia-a-dia. Depois dos anos 50, os periódicos iniciam uma diferente abordagem. Novas notícias surgem como as notícias locais, nacionais e internacionais, além das notícias políticas. Observa-se uma preocupação acrescida com notícias de fatalidades sobre o mundo em redor do leitor, como é o caso do incêndio de uma casa localizada na corticeira:

¹⁴¹ **Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues. 1997.** Produção e reprodução cultural. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 1997.P. 692.

¹⁴² **Cádima, Francisco Rui. 2015.** *Imprensa, Poder e Censura, Elementos para a história das Práticas censórias em Portugal*. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 2015.P. 127.

*“No Domingo houve incendio em uma casa na Corticeira; acudirão os vizinhos e apagarão no: chegando o dono começou a ralar por lhe estragarem o telhado, dizendo que se ardia deixassem arder, que estava segura!”*¹⁴³

Não se pode afirmar que seria um jornalismo profissional, por vezes as notícias tornavam-se caricatas, isto devido à forma escolhida de relatar a atualidade da época. De facto, nas pesquisas na Biblioteca Municipal do Porto encontramos vários jornais que apenas duraram um ano como é o caso do primeiro *Diário do Porto* fundado enquanto órgão oficial, gazeta Oficial (1828). Porém alguns sobressaíram na nossa pesquisa: *A Borboleta dos Campos Constitucionais* (1821-27), *O Periódico dos Pobres* (1834-1858), *O Comércio do Porto* (1854-2005) e o *Jornal do Porto* (1859-1892).

A Borboleta dos Campos Constitucionais foi criada por João Nogueira Gandra e esteve em funcionamento de 1821 até 1827. Os exemplares encontram-se disponibilizados na Biblioteca Nacional Digital. O jornal relata e comenta as notícias políticas do país e do exterior. Não se trata propriamente de um jornal direcionado para noticiar o que se passa no quotidiano da população portuense, mas antes pretende informar e comentar as situações políticas que vão surgindo no dia-a-dia do país. Serviu-me como elemento de enquadramento relativo a preocupações e tendências do momento.

O Periódico dos Pobres foi criado por um lente da Academia Politécnica do Porto, Joaquim Torcato Álvares Ribeiro, em 1834 e estendeu-se até o ano de 1858. Entre vários formatos o mais usado foi o formato de 26x40 centímetros, impresso em papel almaço. A impressão do Jornal era feita “primitivamente na rua dos Lavadouros, 16, e mais tarde na rua Chã, 67, oficina que foi uma das mais produtoras do Porto, em jornais políticos, especialmente.”¹⁴⁴. Entre os ilustres nomes da época, na equipa encontram-se o bacharel João Guilherme de Almeida Pinto e José de Sousa Bandeira (ou Braz Tizana). O *Periódico dos Pobres* auxiliou-nos no nosso trabalho ao noticiar diversos anúncios sobre arrendamento das Fontainhas e notícias do dia-a-dia relativas ao Asilo da Mendicidade.

¹⁴³ *Periódico dos Pobres*. 1858. Noticias locais de 27 de Janeiro, Porto : M.J. Carneiro, 1858, Vol. I.

¹⁴⁴ **Alberto Bessa**. 1931. *Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, Abril de 1931, Vols IV.

Ao longo dos seus anos de funcionamento, o *Periódico dos Pobres* melhorou a sua organização separando as notícias em vários temas, como notícias locais, notícias da capital, notícias da província, o movimento da barra, a câmara dos deputados, os artigos do ofício, poemas ou correspondência, e por último alguma informação sobre a situação internacional que chegava à redação através de jornais estrangeiros.

Fundado no ano de 1854 pelos portuenses Henrique Carlos Miranda, Manuel Sousa Carqueja e por Xavier Pacheco, o *Comércio do Porto* esteve em funcionamento até 2005. No início, o nome do Jornal era apenas *O Commercio* e a sua venda seria somente às segundas, quartas e sextas. A sua existência duradoura indica o enorme profissionalismo dos fundadores e dos seus sucessores que não desistiram do projeto em momentos de dificuldade. O seu sucesso foi enorme entre os portuenses e contou com a participação de figuras ilustres como Camilo Castelo Branco, Arnaldo Gama, António Serpa, Rangel Lima. O *Comércio do Porto* foi elucidador nas questões políticas das obras públicas tardias das Fontainhas. Outro ponto foram as notícias relatando o estado e a desordem em que, por vezes, se encontravam alguns pontos da cidade - incluindo Santo Ildefonso. Porém não foi possível fazer uma leitura sistemática de todos os números do jornal por constrangimentos de tempo, significando isto que poderá haver informações relevantes para o assunto em tratamento que escaparam ao olhar.

Em 1859, José Barboza Leão criou o *Jornal do Porto* que seria impresso na Typografia Commercial. O *Jornal do Porto* durou até 1892 e está disponível on-line na Biblioteca Digital Nacional e foi decisivo para entender o funcionamento da sociedade e seguir diversos eventos. Este jornal foi mais estudado porque apesar de não estar completo, está digitalizado o que facilita a leitura.

O século XIX transformou a cultura e o surgimento dos periódicos incentivou à divulgação dessa cultura. É o século dos periódicos e a sua popularidade aumentou nos séculos seguintes aquando o aumento dos seus leitores e o desenvolvimento do jornalismo para o fotojornalismo onde a fotografia começou a fazer parte dos jornais que por sua vez desenvolveram as técnicas de relato de notícias para uma forma mais profissional da que

estamos hoje habituados¹⁴⁵.

1.2.4. Cartografia

Para entender os diferentes mapas é necessário estudar todo o processo de criação envolvido ou seja, o investigador deverá estudar o propósito do mapa, a época da realização do mapa, o responsável pela realização do mapa e ainda o recetor do mapa que normalmente será o rei, o senhor dos territórios que são apresentados¹⁴⁶. Todo este processo é essencial para estudar o espaço que procuramos e por isso mesmo o historiador não poderá perder o seu olhar crítico. Além disso o investigador terá ainda que conhecer o Sistema de Informação Geográfica, ou seja, desde os símbolos aos pontos de localização, o investigador procurará descodificar o mapa e se possível realizará uma visita ao terreno para poder centrar-se no espaço que investiga.¹⁴⁷ George Balck, um assistente do Quartel-mestre General do exército britânico, criou no ano de 1813 a hoje aclamada planta redonda. Litografada em Londres, numa escala de 400 braças, a planta representa uma cidade que ainda recuperava de momentos de guerra e destruição que todo o país havia sofrido com as invasões francesas ocorridas nos inícios de oitocentos. Em forma redonda, a planta foi oferecido a um general britânico e desenha uma cidade em crescimento mas no entanto as Fontainhas ainda são representadas como uma zona de cultivo e de quintas.¹⁴⁸ Em 1833, o Coronel Moreira levanta uma planta do Porto e arredores de carácter militar onde é possível identificar a zona das fontainhas e também as diferentes batarias espalhadas pela cidade durante a guerra do Cerco. Em seguida, a planta de F. Perry Vidal e de Emídio dos Santos da Rosa Costa foi publicada através da oficina de Vasques & c^a no ano de 1865. A planta contém uma escala de cerca de 1:6600 e desenha o quanto uma cidade evoluiu em menos de 50 anos. Podemos identificar esta carta topografia como uma carta com fins urbanísticos e não tanto militares. Nesta carta

¹⁴⁵ **Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues. 1997.** Produção e reprodução cultural. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 1997.P. 696.

¹⁴⁶ **Quadros, Eduardo. 2008.** A Letra e a Linha: A Cartografia como Fonte Histórica. *Revista Mosaico*. 1, 2008, Vol. I.P. 29.

¹⁴⁷ **Claval, Paul. 2013.** Como construir a história da geografia? *Terra Brasilis (Nova Série)*. 2013, Vol. II.P. 5.

¹⁴⁸ **Tavares, Rui. 2011.** *A Carta Topográfica da cidade do Porto de 1892 - Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal.* Porto: Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto. 2011. P. 3.

a zona das Fontainhas sofreu uma pequena mudança com o surgimento de habitações, ruas e planificação. Uma zona que outrora parecia esquecida pela urbanização do Porto começou gradualmente a evoluir e a integra-se na vida da cidade portuense. Por fim Augusto Gerardo Teles Ferreira, um engenheiro militar, cria em 1892 uma planta topográfica com uma escala de 1:500. Mesmo sendo um engenheiro militar a carta topográfica do Porto foi desenhada por questões de planificação e possivelmente uma das plantas mais aproximadas da realidade. Para o meu trabalho a planta de Augusto Gerardo Teles Ferreira foi a mais importantes para conhecer a evolução das Fontainhas e entender que o ponto máximo de urbanização na zona ocorreu entre os anos 1860 e 1890. A sua carta topográfica é a primeira a ser representada através da curva de nível.¹⁴⁹

Apesar da existência de outras plantas, estas que aqui apresentamos foram as mais analisadas durante a realização deste trabalho.

¹⁴⁹ **Tavares, Rui. 2011.** *A Carta Topografica da cidade do Porto de 1892 - Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal.* Porto: Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto., 2011. P. 4.

2. Antecedentes da evolução urbanística na cidade do Porto

O espaço urbano do Porto foi marcado no século XIV pela construção da muralha, dita Fernandina, respondendo às condições e constrangimentos de ordem militar, já no século XVIII estas muralhas apresentam-se como memória do passado e até, por vezes, como um obstáculo a novas realidades. Do período anterior ao século XVIII resta a noção de eixos funcionais como a Rua Formosa (Atual Rua Infante D. Henrique), a Rua das Flores, os edifícios religiosos, a alfândega e cais, e as variadas portas e postigos da cidade.

No século XVII, a cidade mostra que há clara preocupação de fomentar espaços arborizados, como por exemplo a plantação da Alameda no espaço da Cordoaria (1611)¹⁵⁰, espaço de produção de cordame aliado ao desenvolvimento mercantil da cidade¹⁵¹. A plantação foi realizada sob ordem régia e refutada pela administração camarária que argumentava a dificuldade de defesa da cidade devido ao fato do arvoredor tapar a vista para o rio. Contudo esta oposição em nada conseguiu travar e a alameda foi construída sob a vigilância do desembargador Manuel de Sequeira de Novais.¹⁵² Outro local que contribuiu para o embelezamento da cidade foi a Praça das Hortas (onde se veio a implantar a Praça da Liberdade). Na verdade, este local já existia no século anterior com um chafariz, porém a administração camarária decidiu plantar no local um conjunto de arvoredor e construiu alguns bancos para que os portuenses se pudessem sentar e socializar no local.¹⁵³ Talvez devido ao sucesso destas últimas duas obras, no final do século, novas praças e rossios estavam a ser planeadas, como é o caso da pequena praça diante do mosteiro de S. Bento da Avé Maria. Apesar do surgimento de locais públicos, estes eram ofuscados pelas construções antiquadas, e esses mesmos locais públicos necessitavam

¹⁵⁰ **Ferreira, J. A. Pinto. 1962.** Arrancada para o progresso e auge da opulência da urbe "1640-1800". Damião Peres. *História da cidade do Porto*. Porto : Portucalense Editora, 1962. Pg.524.

¹⁵¹ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758/1813*. Porto : FAUP, 1997. P.143.

¹⁵² **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 261.

¹⁵³ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos.. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 262.

não só de planificação, mas também de embelezamento. Contudo, a cidade continuava com algumas características religiosas. No mesmo período são construídos locais conventuais como o colégio dos Órfãos da Nossa Senhora da Graça, O colégio de São Lourenço, o Convento das Carmelitas e o recolhimento do Anjo da Guarda sito no antigo Mercado do Anjo.¹⁵⁴

No século XVIII, a cidade do Porto passará por uma mudança urbanística nunca antes vista, até à época. São restauradas e construídas ruas, habitações, fontes, tanques, chafarizes, hospital, igrejas, etc. Todas estas reformas foram necessárias devido ao aumento demográfico da cidade que, em finais do século XVIII receberá população rural à procura de trabalho na cidade.¹⁵⁵ Entre os vários arquitetos sobressai Nicolau Nasoni e as obras na Igreja e Torre dos Clérigos (1732-1749). No mesmo período os habitantes do Porto vêm construir-se o Colégio de N^a Senhora da Esperança (1746), e a renovação da fachada da igreja da Misericórdia (1749) e da Igreja das Carmelitas (1754), entre outros projetos.¹⁵⁶ Inicia-se portanto uma era gloriosa para o urbanismo da cidade do Porto onde o barroco e mais tarde o neoclassicismo representarão a cidade do Porto.¹⁵⁷ Mas como foi possível esta época dourada de urbanização?

Para responder a esta questão, é necessário voltar ao século XVII, século em que o mercado externo da cidade começa a ganhar importância solidificada. Um dos mercados mais importantes e em desenvolvimento na altura trata-se do mercado do vinho do Porto. As receitas dos impostos auxiliavam as despesas militares que a coroa suportava após a independência e posteriormente auxiliaram as contas da cidade. Em finais do século, o comércio do vinho começa a chamar a atenção de diversos mercadores estrangeiros principalmente dos Ingleses com quem se tinha restaurado a aliança que perdida durante os reinados filipinos.¹⁵⁸ O comércio desenvolve-se e nos últimos anos do século XVII, a

¹⁵⁴ **Oliveria, J. M. de. 1973.** *O espaço Urbano Do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimentos.* Porto: Edições Afrontamento, 1973. P. 261.

¹⁵⁵ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813.* Porto : FAUP, 1997.P. 186.

¹⁵⁶ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813.* Porto : FAUP, 1997.P. 156-157.

¹⁵⁷ **Coutinho, Bernardo Xavier. 1962.** *Arte: Do barroco ao neoclassicismo.* Damião Peres. *História da cidade do Porto.* Porto: Portucalense Editora, 1962.P.70.

¹⁵⁸ **Cardoso, António Barros. 2010.** *História do Porto - O ciclo do vinho, um negócio de exportação que transformou a cidade.* Porto : QuidNovi, 2010.P. 41.

exportação do vinho do Porto aproxima-se das 7000 pipas anuais e 100 anos depois estará nos 35 000 pipas anuais.¹⁵⁹ O mercado era aliciante e a câmara juntamente com a coroa limitaram o acesso ao mercado que em meados dos anos setecentos começou a estremecer e a não dar os lucros que se esperava devido a uma sobreprodução e consequente baixa da qualidade do produto.¹⁶⁰ Era mais que evidente que o mercado necessitava de fiscalização e de uma solução rápida. Primeiramente, por ordem da coroa o número de empresas ligadas à tabernária passaram de 1000 para 95 empreendimentos no centro da cidade¹⁶¹, em seguida é fundada a Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro que estabelece os princípios da primeira demarcação de uma região, no Douro e ainda estabelece regras de produção, de mercado e de transporte do vinho. Estas medidas forma contestadas pelos taberneiros do Porto, pela comunidade inglesa e pelos pequenos mercadores que em 23 de Fevereiro de 1757 manifestaram-se no intitulado ‘motim dos taberneiros’¹⁶² A revolta foi vencida por uma força de mil e duzentos homens e os seus organizadores julgados.¹⁶³ Os revoltados nada conseguiram para travar a Companhia que trouxe frutos para o mercado do vinho do Porto, que, entre 1780 e 1800, quadruplicou as exportações do produto¹⁶⁴

Foi através destes lucros que o vinho do Porto transformou a cidade mercantil que será reconstruída e embelezada, auxiliada pelas influências estrangeiras. Além disso, a urbanização do Porto nunca seria possível se não existisse a imposição do vinho que consistia num imposto sobre o mercado vinícola que era reaproveitado pela Junta de

¹⁵⁹ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.P. 287.

¹⁶⁰ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadas: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto: QuidNovi, 2010.P.14.

¹⁶¹ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. P. 287.

¹⁶² **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadas: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto : QuidNovi, 2010. P. 15-18.

¹⁶³ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758/1813*. Porto : FAUP, 1997.P. 187.

¹⁶⁴ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758/1813*. Porto : FAUP, 1997.P 185.

Obras Públicas¹⁶⁵, um organismo influenciado pela reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755¹⁶⁶.

2.1. Almada e a Junta de Obras Públicas

Esta época de transformação foi iniciada por João de Almada e Melo¹⁶⁷ que, no ano de 1763, se tornou dirigente da Junta de Obras Públicas. João de Almada e Melo chegou à cidade no ano de 1757 com o objetivo de comandar as forças que deveriam combater as revoltas que ocorriam na cidade.¹⁶⁸ Instalou-se no palácio do Corpo da Guarda e passou a exercer o cargo de governador das Armas do Partido do Porto devido aos seus anteriores cargos de Coronel, Brigadeiro e Tenente-General.¹⁶⁹ Anos depois, acumulou mais um cargo, aquando do estabelecimento de um corpo de marinha na cidade do Porto, tornando-se o Presidente da Junta da Marinha. Em 1762, em consequência da invasão das tropas espanholas recebeu o cargo de Tenente-General das tropas nas províncias do Minho e Trás dos Montes. Os seus talentos de governação enviaram-no em 1765 para o cargo de Governador das Justiças e Casa do Porto, onde se manteve até 1785.¹⁷⁰ Quanto ao urbanismo, promoveu a construção do bairro dos Laranjais em 1761 por Francisco Xavier¹⁷¹. Devido aos seus cargos, e à sua influência na governação do Porto, João Manuel Almada e Melo solicitou a criação de uma Junta de Obras públicas para a cidade do Porto, declarando que era necessário renovar a cidade, terminar obras pendentes, pavimentar diversas ruas, e fiscalizar obras clandestinas.

¹⁶⁵ **Silva, Francisco Ribeiro da. 2000.** Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto : Porto Editora, 2000.P. 286.

¹⁶⁶ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*. Porto : FAUP, 1997.P. 186.

¹⁶⁷ Nascido em Monção a 15 de Agosto de 1703, João de Almada e Melo não era desconhecido na cidade do Porto. Além de bom militar, descendia da mesma família de Sebastião Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal) e tinha um excelente currículo como funcionário público. Antes da sua morte em 1786, Almada e Melo foi Presidente da Junta da Marinha, diretor do Depósito Público do Porto, Governador de Justiças da Relação e Casa do Porto, e por último foi Presidente da Junta de Obras Públicas.

¹⁶⁸ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto: QuidNovi, 2010.P. 22.

¹⁶⁹ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*. Porto: FAUP, 1997.P. 187.

¹⁷⁰ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto: QuidNovi, 2010.P. 38.

¹⁷¹ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto: QuidNovi, 2010. P. 38.

A exemplo do que estava a ser a função de um novo organismo de planificação e organização da nova cidade de Lisboa, após o terramoto, a Junta de Obras Públicas a cidade portuense entende poder solucionar problemas vários na vida da cidade. Foi João Almada e Melo que em 1758 solicitou ao rei D. José I a instalação da Junta de Obras Públicas no Porto. O pedido foi aceite mas o nome de João Almada e Melo apenas surge em 1763 numa folha de pagamentos assinada pelo mesmo.¹⁷² Foi também no ano de 1763 que D. José I aceitou que esta nova junta conseguisse financiamento através do cofre dos sobejos da contribuição militar e, mais tarde, através do lançamento do imposto sobre o comércio do vinho do Porto.¹⁷³ Com a colaboração entre o poder local, constituído por um corpo da câmara, e o poder central na pessoa de um alto magistrado da administração central, dirigente da Junta das Obras Públicas, parecia ser possível dar uma resposta eficaz e articular poder central e poder local. A Junta de Obras Públicas no Porto, tal como em Lisboa, tinha como objetivo promover e supervisionar a urbanização da cidade de forma racional e global. Além de promover, também controlava todo o processo da urbanização desde o contratar arquitetos até ao inspecionamento da construção em si. Os funcionários da junta também criavam os projetos de urbanização e preparavam todas as condições para iniciar a dita construção ou reconstrução¹⁷⁴. Desde a sua criação até ao seu encerramento, a junta de obras públicas contou com oito diferentes presidentes que teriam o dever de controlar todas as obras da câmara do Porto e traçar as mais importantes linhas. João de Almada e Melo foi o presidente da junta entre os anos 1763-1786.¹⁷⁵ Para a reforma da cidade, João de Almada desenvolveu diversos cargos ligados ao urbanismo, entre eles, engenheiro, desenhador, arquiteto e mestres de pedreiro, carpinteiro, serralheiro, etc. A cargo das obras públicas trabalharam engenheiros como: Francisco

¹⁷² **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P. 393.

¹⁷³ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões.* Porto : QuidNovi, 2010. P. 61.

¹⁷⁴ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P. 397-398.

¹⁷⁵ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P. 410-411.

Xavier do Rego¹⁷⁶, Francisco Pinheiro da Cunha, Padre Joaquim Teixeira Guimarães¹⁷⁷, José Charnpalirnaud de Nussane¹⁷⁸, Reinaldo Oudinot¹⁷⁹, Damião Pereira de Azevedo, Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante entre outros que iremos referir ao longo do projeto.¹⁸⁰

Devido à urbanização do bairro dos Laranjais, o primeiro projeto da Junta das Obras Públicas foi a construção da rua do Almada que seria terminada ao longo do século XVIII e ligaria a recente Praça de Santo Ovídio até à Praça das Hortas.¹⁸¹ A rua do Almada foi delineada por Francisco Xavier do Rego e serão importantes: o pedreiro Caetano Pereira e Francisco Pinheiro da Cunha.¹⁸² O pedreiro Caetano Pereira foi responsável pela arrematação das obras e também pelo abastecimento de água, aqueduto e a respetiva fonte cujo desenho fora feito por Francisco Pinheiro da Cunha.¹⁸³ Francisco Pinheiro da Cunha também viria a desenhar a Porta da muralha chamada Porta do Almada que viria a

¹⁷⁶ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P.613. - Francisco Xavier do Rego em 1757 exerceu o posto de sargento de Infantaria no Porto e em 1762 subiu para tenente-coronel da Infantaria no Porto e com cargo simultâneo de engenheiro auxiliou as obras públicas em alguns projetos como o bairro do laranjal.

¹⁷⁷ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto: CMP, 1988. P. 614. - Foi contratado por João de Almada e Mendonça a 1774 para substituir Francisco Xavier do Rego com um salário mensal de 8\$000reis. Ocupou o cargo de engenheiro das obras públicas até 1787.

¹⁷⁸ **Porto, Arquivo Municipal Do. 2018.** Onomástico. *Gisa.* [Online] Câmara Municipal do Porto, 2018. [Citação: 30 de Junho de 2018.] José Champalirnaud de Nussane, engenheiro Francês, trabalhou apartir de 1787 na Junta de Obras Públicas na cidade do Porto e projetou plantas como a planta do Poço das Patas, planta do Quartel do segundo regimento, entre outras.

¹⁷⁹ **Ribeiro, Lília Paula Teixeira. 2004.** *Edifícios públicos portuenses no desfecho do século XVIII : o Quartel do Segundo Regimento de Infantaria : a Real Casa Pia de correcção e educação e aquartelamento das partidas avulsas.* Porto : FLUP, 2004.P. 28 – Engenheiro militar francês, chegou à cidade do Porto em 1789 para trabalhar na barra do Douro. Trabalhou também nos projetos do Quartel do Segundo Regimento.

¹⁸⁰ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 109-112.

¹⁸¹ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P. 453.

¹⁸² **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP , 1988. P. 610-611. - Francisco Pinheiro da Cunha era um jovem aluno de Aula de Fortificação e Arquitetura Militar e já havia trabalhado com Pedro Gualter da Fonseca numa das fases iniciais da reconstrução da cidade Lisboaeta, e ainda em conjunto com outro grupo havia desenhado um estudo sobre a barra de Aveiro. Fora contratado por Almada para ser o primeiro diretor das Obras Públicas entre 1767 e 1779.

Ferrão, Bernardo José. 1997. *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813.* Porto : FAUP, 1997.P. 197-198.

¹⁸³ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto: CMP, 1988. P. 457

melhorar o movimento entre o convento dos Loios, a rua do Almada e Praça das Hortas, e seria arrematada pelo mestre pedreiro Caetano Pereira¹⁸⁴ e terminada no ano de 1767¹⁸⁵.

Depois da construção do bairro dos Laranjais e da rua do Almada viria a construção da Praça de Santo Ovídio (atual Praça da República) e o terreiro de Santo Elói. Novamente Caetano Pereira e Domingos Costa (mestre das fortificações do Partido) foram os selecionados para monitorizarem as obras que se iniciaram no ano de 1764.¹⁸⁶ Não tem muito interesse este pormenor.

Em seguida, a junta empenhou-se na reforma da praça da Ribeira e as ruas afluentes, entre elas a atual rua de S. João. Esta rua foi desenhada por Francisco Pinheiro da Cunha e começou a ser construída em 1766 coincidindo com o encanamento do rio da vila que provocou a ida da maior parte dos aloques para as Fontainhas, como veremos adiante.¹⁸⁷ Além da rua de S. João, a Praça de S. Domingos foi projetada pelo cônsul inglês John Whitehead¹⁸⁸ e a construção foi iniciada em 1774. A praça de S. Domingos estaria diante o convento de S. Domingos e seria uma praça que estabelecia a ligação entre a rua Belmonte, a rua das Flores e a nova rua de S. João.¹⁸⁹ O cônsul inglês John Whitehead e João Almada e Melo reformularam a praça da Ribeira e porta da mesma em 1785¹⁹⁰. A Praça da Ribeira, como já adiantamos, foi bastante importante para o comércio da cidade e por isso, os reconstrutores pretendiam ampliá-la, monumentalizá-la e regularizá-la o que seria conseguido através de edifícios construídos sobre arcadas, pela reforma da capela da Nossa Senhora do Ó e pela construção de uma fonte monumental

¹⁸⁴ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. :Caetano Pereira, casado com Luisa Pereira surge como mestre pedreiro de diversas obras, entre elas as obras das Rua do Almada, da Ribeira e arredores, da rua de Santo António, fortaleza de S. João, entre outras. Faleceu a 23 de Julho de 1793 na Freguesia de Santo Ildefonso(P.699). Foi tio do arquitecto Damião Pereira de Azevedo. (P. 608).

¹⁸⁵ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões.* Porto : QuidNovi, 2010.P. 68.

¹⁸⁶ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões.* Porto : QuidNovi, 2010.P. 68-69.

¹⁸⁷ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões.* Porto : QuidNovi, 2010. P. 69.

¹⁸⁸ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 109. John Whitehead, cônsul inglês no Porto entre 1757 até á sua morte em 1802. Foi o responsável pelo projeto da feitoria inglesa, rua de S. João (em conjunto com João de Almada) e pelo estilo neoclássico presentes nos edifícios ingleses e portugueses do Porto.

¹⁸⁹ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP , 1988. P. 468.

¹⁹⁰ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP , 1988. P. 469.

para a substituição do antigo chafariz seiscentista que seria insuficiente para as pessoas que ali passavam.¹⁹¹ O projeto iniciou-se em 1776 e foi terminado em 1785; a Praça da Ribeira era uma verdadeira praça monumental e uma conceituada *sala de visitas* da cidade do Porto¹⁹².

A porta do Sol foi outra das infraestruturas da cidade reformadas por volta de 1767-1769 através de um desenho de Francisco Pinheiro da Cunha e a sua arrematação foi feita pelos mestres pedreiros Caetano Pereira e José Francisco¹⁹³. Na forma de um arco, a Porta do Sol estava decorada pelas armas reais e por um sol e pretendia fazer a ligação entre a cidade e as Fontainhas e S. Lazaro.¹⁹⁴ Em 1785, a rua de Santo António (atual Rua de 1º de Janeiro) começou a ser construída pela ordem da Junta de Obras Públicas. Neste projeto trabalharam os mestres Caetano Pereira, José Pereira¹⁹⁵ e José Francisco¹⁹⁶. José Champalimaud de Nussane era o responsável pela inspeção do funcionamento da obra que se estenderia até à igreja de Santo Ildefonso¹⁹⁷, cujas escadas foram desenhadas em estilo neoclássico por António Pinto de Miranda e rematadas pelo mestre pedreiro Bartolomeu de Carvalho.¹⁹⁸ Durante a construção da rua de Santo António, em 1788 as muralhas da cidade começam a ser destruídas¹⁹⁹. Com o início do derrubamento das muralhas, a Junta de Obras Públicas alargou a sua ação a zonas que em tempos estariam esquecidas fora das muralhas. Por exemplo, a destruição das muralhas entre a Porta do Sol e a Porta do Cimo de Vila terá início em 1789 e isto levará os espaços

¹⁹¹ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto : QuidNovi, 2010.P. 70.

¹⁹² **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto : QuidNovi, 2010.P. 70.

¹⁹³ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP, 1988.P. 492.

¹⁹⁴ **Barros, Susana Pacheco. 2010.** *A cidade dos Almadás: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto : QuidNovi, 2010. P. 73.

¹⁹⁵ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto: CMP, 1988. P. 651. - Oriundo da Freguesia de Santa Maria de Adaúfe, José Pereira ou José Pereira foi um mestre pedreiro que trabalhou no Porto em diversas obras como a obra do Quartel de Santo Óvidio.

¹⁹⁶ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP, 1988. P. 425. - José Francisco, mestre pedreiro da câmara, e morador em Paranhos (P. 442) trabalhou nas obras dos arcos da ribeira (P. 472), a obra da cadeia e tribunal da relação (P.478), a casa dos Pequeiros que em tempos existiu nas Fontainhas (P.489), a Porta do Sol (P. 492), entre outras importantes obras.

¹⁹⁷ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP, 1988. P. 549.

¹⁹⁸ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP, 1988. P. 553.

¹⁹⁹ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*. Porto : FAUP, 1997. P 229.

que anteriormente estavam fora de muralhas a serem reformados e inseridos na cidade, como é o caso da Praça da Batalha e o largo de Santo Ildefonso, espaços de convívio entre os habitantes que por aí passavam todos os dias.²⁰⁰

No ano de 1786 o presidente da Junta das Obras Públicas, João Almada e Melo, faleceu deixando um grande legado à cidade. Devem-se a ele as construções da Cadeia e Tribunal da Relação projetada por Eugénio dos Santos e do Hospital de Santo António projetado por John Carr, entre outras mais construções. Ao longo do seu trabalho, Almada e Melo revolucionou a cidade mas não viveu o suficiente para admirar aquilo que planeou em conjunto com outros artistas.²⁰¹ Porém, o seu trabalho não foi interrompido e quem lhe sucedeu na presidência foi José Roberto Vidal Gama e não o seu filho, Francisco de Almada e Mendonça. Contudo apesar de não estar na presidência da Junta de Obras Públicas por muito tempo (como veremos), por ordem da coroa, Francisco de Almada irá estar presente na inspeção de algumas obras como é o caso da obra do Quartel do segundo regimento.²⁰² José Roberto Vidal Gama continuou os projetos do seu antecessor e apenas reparou e construiu algumas ruas devido não só á dificuldade de abertura de ruas, pelo fato da cidade estar assente em granito, mas também devido às faltas de verbas para a realização de novas obras, visto que metade das verbas estavam a ser utilizadas nas obras da barra do Douro.²⁰³ Em 1790, o presidente é substituído por Francisco Roberto da Silva Ferrão que ocupará o cargo por três anos e continuará os projetos do seu antecessor.²⁰⁴ Durante o seu mandato são iniciadas as construções da Real Casa Pia (Santo Ildefonso) e do Quartel do Segundo Regimento (Campo de Sto. Ovídio), projetos desenhados por Reinaldo Oudinot e Theodoro de Souza Maldonado²⁰⁵, e sob a inspeção de Francisco de

²⁰⁰ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 264.

²⁰¹ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P.502-503.

²⁰² **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P587.

²⁰³ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P. 536.

²⁰⁴ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P.410.

²⁰⁵ **Ribeiro, Lília Paula Teixeira. 2004.** *Edifícios públicos portuenses no desfecho do século XVIII : o Quartel do Segundo Regimento de Infantaria : a Real Casa Pia de correcção e educação e aquartelamento das partidas avulsas.* Porto : FLUP, 2004.P.32. – Oriundo do Porto, formado em ciências da Matemática pela Universidade de Coimbra e o primeiro-oficial arquiteto da cidade do Porto em 1792. Contudo, Theodoro de Souza Maldonado havia trabalhado anteriormente por em outros projetos da junta de Obras Públicas. Produziu várias plantas, como as escadas de Codeçal,

Almada e Mendonça.²⁰⁶ Ao fim de três anos é substituído pelo Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura que ficará até 1798, ano em que o filho de João de Almada, Francisco Mendonça²⁰⁷ é presidente por um ano. De 1793 a 1798, a junta sob a presidência de Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura sofreu com as limitações de verbas. Durante estes anos foram realizados consertos na porta dos Carros, nas fontes da Ribeira e das Taipas, na rua do Estevão, a calçada da rua da Neta, na praça do Laranjal, concluíram-se as obras da fonte na rua do Almada e iniciaram-se as obras nas escadas da igreja de Santo Ildefonso, no passeio do largo de Santo Ildefonso, e a construção de um tanque na Praça Nova e nas Taipas.²⁰⁸ Foram ainda feitos encanamentos de águas, consertos e construções em aquedutos espalhados pela cidade. Em 1798, Francisco de Almada e Mendonça é o novo presidente por um ano.²⁰⁹ Durante a sua presidência, Francisco Almada deu continuidade à urbanização da rua de Cedofeita, da rua de Santa Catarina e da zona envolvente do Hospital de Santo António, à construção da Cadeia e Tribunal da Relação, terminou a reforma do Passeio das Virtudes, abriu a rua de Assunção, rua Fernandes Tomás, rua dos Quartéis, rua dos Guindais, rua da Piedade, etc.²¹⁰ Devido à destruição das muralhas foi necessário transferir a capela de Nossa Senhora da Batalha que estava anexada à Porta do Cimo da Vila. Sob a direção e inspeção de Francisco de Almada, a capela foi reedificada na praça da Batalha que também seria alvo de reformulações no futuro. Contudo a edificação da capela foi demorada, sendo que o projeto feito por Inácio Barros de Lima só seria aprovado no ano de 1815.²¹¹ A praça

da Calçada dos Clérigos, fonte da Cedofeita e da rua da Almada. E segundo a autora mencionada, este trabalhou sobre a direção de José Champalirnaud de Nussane.

²⁰⁶ **Ribeiro, Lília Paula Teixeira. 2004.** *Edifícios públicos portuenses no desfecho do século XVIII : o Quartel do Segundo Regimento de Infantaria : a Real Casa Pia de correcção e educação e aquartelamento das partidas avulsas.* Porto : FLUP, 2004. P. 26.

²⁰⁷ Francisco de Almada e Mendonça, filho de João de Almada e Melo e de Ana Joaquina de Lencastre e Moscoso, nasceu no dia 28 de Fevereiro de 1757 em Lisboa. No Porto esteve envolvido na governação como Provedor e Corregedor do Porto, Superintendente do Tabaco e Saboarias do Porto, Juiz Conservador do Contrato do Sal do Brasil, Presidente da Junta Administrativa das Fazendas, Juiz Geral das Coutadas, Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, Juiz do Subsídio Literário, Juiz dos processos de Polícia, Inspetor das Obras Públicas do Norte, Deputado da Junta de Administração do Tabaco entre outros cargos.

²⁰⁸ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto: CMP, 1988. P. 543.

²⁰⁹ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P. 430.

²¹⁰ **Oliveira, J. M. Pereira de. 2007.** *O Espaço Urbano no Porto: Condições Naturais e desenvolvimento.* Porto : Edições Afrontamento, 2007. P. 274-275.

²¹¹ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002. P. 265.

da Batalha será embelezada com diversos edifícios, entre eles o Teatro de S. João, um projeto do edifício de autoria do arquiteto Vicente Mazzoneschi que teve início em 1796 e foi inaugurando (ainda incompleto) em 1798 durante o aniversário do príncipe regente D. João.²¹² Além destes edifícios, a Rua do Reimão (atual Rodrigues de Freitas) foi prolongada até ao atual Heroísmo.²¹³ Todas estas modificações na freguesia de Santo Ildefonso resultaram na urbanização das Fontainhas, inserida na freguesia, como veremos adiante no projeto.

Apesar dos muitos e variados cargos, Francisco de Almada e Mendonça soube executar profissionalmente e fielmente todas as funções que obteve por pouco tempo na Junta de Obras Públicas. A sua lealdade e honestidade cativaram o príncipe regente D. João que se apoiou em Almada e Mendonça até ao ano de morte do governador em 1804.²¹⁴ Apesar do seu curto tempo de presidência da Junta de Obras públicas, deve-se a ele como inspetor das obras públicas: a construção do Quartel do segundo regimento, a real casa Pia, a capela da Nossa Senhora da Batalha, o Teatro de S. João, o matadouro das Fontainhas.²¹⁵

Em 1800, Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura volta à presidência da Junta de Obras Públicas mas Francisco de Almada e Mendonça terá o seu nome ligado às obras promovidas por si até à sua morte, na verdade a sua morte marca um período de paragem da Junta das Obras públicas, justificada também mais tarde pelas invasões francesas.²¹⁶ Contudo, início do século XIX, as obras prometidas pela Junta de Obras Públicas estavam quase todas terminadas e outras surgiram quase todas desenhadas por Carlos Amarante, como é o caso da igreja da Trindade que ainda não estaria completa.²¹⁷

Em 1803, Pedro Breiner será o novo presidente da Junta das Obras Públicas, e

²¹² **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002. P. 266.

²¹³ **Oliveira, J. M. Pereira de. 2007.** *O Espaço Urbano no Porto: Condições Naturais e desenvolvimento.* Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 275.

²¹⁴ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988.P.675.

²¹⁵ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P.598.

²¹⁶ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900).* Porto : Edições Afrontamento, 2007.P.35.

²¹⁷ **Ferrão, Bernardo José. 1997.** *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813.* Porto : FAUP, 1997. P.234.

durante o seu mandato leva-se a cabo extensão e alinhamento de ruas como é o caso do alinhamento da Rua de Campanhã, a extensão da rua da Cedofeita e rua dos Quartéis, e a construção da ligação entre a Foz e Matosinhos.²¹⁸ O último presidente da Junta de Obras Públicas será novamente Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura que estará no cargo até as invasões francesas, altura que levará à total suspensão das obras devido à crise económica e política que o país ultrapassava.²¹⁹

2.2. O Novo Começo

No ano de 1810, o Governador das Justiças Manuel António da Fonseca Gouveia assume a presidência da Junta e manda proceder a estudos sobre os planos que haviam sido interrompidos durante os tempos de guerra. Um dos objetivos do Governador das Justiças era alinhar as ruas e prolongar aquelas que terminassem em beco, como também dar atenção ao abastecimento de água e à nova iluminação pública.²²⁰ Porém, a diminuição do poder local e a depressão económica que o país ultrapassava desde as invasões dificultaram os processos. No meio de revoluções e de uma guerra civil a cidade fica destruída e necessita de ser reconstruída. Assim, a Câmara Municipal solicita ao Ministério do Reino que a Junta de Obras Públicas seja anexada à Câmara Municipal para melhor se resolverem os problemas de abastecimento de água e iluminação e o restauro da cidade, pedido este que foi aceite pela Coroa concretizando o fim da Junta de Obras Públicas. A partir deste momento, a Câmara Municipal do Porto assume toda a responsabilidade em relação à urbanização da cidade e ao seu restauro.²²¹

Os vereadores mostram preocupação com questões relacionadas com a higiene da cidade, os restauros e construções que a cidade necessitava. Assim, por exemplo, são afixados editais de anúncio à arrematação do imposto do meio real em quartilho de vinho e de dois réis em cada arrátel de carne que revelam um objetivo para estes impostos: as

²¹⁸ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 286.

²¹⁹ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 288.

²²⁰ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 288.

²²¹ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 347.

obras de iluminação da cidade.²²² Algumas das construções que serão iniciadas são as do jardim de S. Lázaro, o melhoramento da rua do Mede-Vinagre e do Campo de Santo Ovídio, o prolongamento da rua da Boavista até Matosinhos, a abertura da Rua da Restauração, e mais tarde a Ponte Pênsil, cujos projetos serão estudados por uma comissão criada pelos vereadores da Câmara do Porto.²²³ É também durante a década de 30 que os vereadores propõem diferentes medidas para combater as irregularidades dos edifícios privados ao investigar se se cumprem as posturas nos pedidos de licenças dos privados.²²⁴

Durante os anos 40, além de continuarem as obras anteriores, outros projetos transformarão a cidade num espaço mais organizado e embelezado.²²⁵ S. Lázaro será um exemplo destes projetos. Além da construção do passeio do S. Lázaro, iniciado já nos anos 20, e prolongada até aos finais dos anos 30, os vereadores preocuparam-se com o que estaria em redor do passeio ao melhorar os acessos do mesmo, com alargamento, alinhamento e prolongamento de ruas e a construção ou reformação de edifícios.²²⁶ É neste contexto que em 1839 é aumentado o edifício do Recolhimento das Meninas Órfãs e já em 1840 é restaurado o antigo convento de Santo António da Cidade que havia sido doado à câmara no ano anterior pela coroa, para albergar a Biblioteca Pública, o Museu Municipal e Academia de Belas Artes.²²⁷ Enquanto isso, o jardim de S. Lázaro é aberto ao público e torna-se um local de convívio para todas as classes, o que poderia por vezes incomodar os seus visitantes mais célebres.²²⁸

²²² Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 349.

²²³ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002. P. 350.

²²⁴ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 351.

²²⁵ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 365.

²²⁶ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002. P. 374.

²²⁷ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002. P.376.

²²⁸ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P.377.

Em 1851, inicia-se uma nova era política e urbanística com a chegada do António Maria de Fontes Pereira de Melo²²⁹ ao governo do Reino. Enquanto governou, Fontes Pereira de Melo fomentou o processo industrial atrasado em relação aos outros países europeus.²³⁰ Usando uma política centrada no progresso e na inovação, Fontes Pereira de Melo irá desenvolver alterações urbanísticas e sociais significantes. É através do seu esforço que é criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, um departamento do Estado que reúne vários setores ligados ao fomento e à inovação²³¹ Além da criação de um novo departamento do estado criou um corpo de engenheiros de várias nacionalidades e esforçou-se para criar comunicações entre o interior e as principais cidades através das construções de vias que movimentassem não só pessoas mas também géneros.²³² Para financiar estes diferentes projetos, Fontes Pereira de Melo buscou investimentos estrangeiros, organizou a dívida pública do reino e aumentou a carga tributária nos impostos indiretos sob os bens de consumo.²³³

Na sua política de inovação, Fontes Pereira de Melo fomentou as redes de água e iluminação em cidades urbanas e arredores ao assinar um contrato com o governo e um grupo de ingleses que prometiam conceber uma rede de água aos domicílios por Lisboa, e em 1867 estava constituída a Companhia de Águas de Lisboa o que fomentou as câmaras de todo o reino a solicitarem o mesmo para as suas cidades.²³⁴ Quanto à iluminação, Fontes Pereira de Melo sabia a importância desta para a segurança dos habitantes do reino, sendo que a primeira cidade a usufruir desta inovação foi a capital Lisboa.²³⁵

Nesta inovação, a cidade do Porto não ficou de fora. De facto durante a era do fontismo, a cidade do Porto irá finalmente inaugurar a iluminação a gaz da Batalha aos

²²⁹ **Ribeiro, Maria Manuela Tavares. 1997.** A Regeneração e o seu significado. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda., 1997. P. 124. – Fontes Pereira de Melo “(...)Homem de Estado, político arguto, grande estadista, pensou e agiu politicamente no intuito de dotar o País de uma ordem institucional favorável à necessária política económica.

²³⁰ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 51.

²³¹ **Serrão, Joaquim Veríssimo. 1986.** *História de Portugal [1851-1890]*. Lisboa : Verbo, 1986. P. 223.

²³² **Serrão, Joaquim Veríssimo. 1986.** *História de Portugal [1851-1890]*. Lisboa : Verbo, 1986. P. 223-224.

²³³ **Ribeiro, Maria Manuela Tavares. 1997.** A Regeneração e o seu significado. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda., 1997. P. 126.

²³⁴ **Serrão, Joaquim Veríssimo. 1986.** *História de Portugal [1851-1890]*. Lisboa : Verbo, 1986. P. 242.

²³⁵ **Serrão, Joaquim Veríssimo. 1986.** *História de Portugal [1851-1890]*. Lisboa: Verbo, 1986. P. 242.

Clérigos o que provocará uma mudança nos hábitos da sociedade portuense que viverá mais a noite.²³⁶ Em 1853 é criada a Companhia Portuense de Iluminação a Gaz através de um contrato feito entre a Câmara do Porto e a empresa Hardy Hislop autorizado pelo governo de Fontes Pereira de Melo.²³⁷

Os jardins públicos tornam-se a alma da cidade portuense como uns dos locais favoritos de diversas classes. Em meados do século XIX constroem-se não só o jardim de S. Lázaro mas também o jardim das Virtudes e outros. É neste contexto de apreço pela natureza que se iniciam os projetos do Palácio de Cristal que será rodeado por um imenso jardim apreciado por muitos portuenses de classe alta.²³⁸ Além destas obras, os arquitetos inspirados nas ideias de Georges-Eugène Haussmann na reforma de Paris, procuram a perfeita forma em linha reta e larga das vias que seriam construídas em paralelo e conectadas a um ponto importante da cidade, sendo que a Praça de D. Pedro e a Praça do Infante produções destes ideais.²³⁹ Além das novas ideias urbanísticas, o Porto recebia a era do progresso, tempos em que a natalidade conseguiu cobrir as perdas causadas pelo cerco do Porto e a indústria aumenta cada vez mais o que provoca a chegada de habitantes do campo à procura de melhores condições na cidade.²⁴⁰ A nova acelerada vida da cidade receberia nos anos 70 a primeira estação de comboios, a atual estação de comboios Campanhã²⁴¹ que irá modificar a zona das Fontainhas como veremos adiante no projeto.

Neste longo período de urbanização, as Fontainhas estiveram inseridas em diversos destes projetos mencionados neste capítulo. A preocupação com a higiene, com a iluminação, com o abastecimento de água, com a organização dos edifícios e das construções foram também recebidos e utilizadas nos projetos das Fontainhas.

²³⁶ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 52.

²³⁷ **Serrão, Joaquim Veríssimo. 1986.** *História de Portugal [1851-1890]*. Lisboa: Verbo, 1986.P. 242

²³⁸ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 53.

²³⁹ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 54.

²⁴⁰ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 54-55

²⁴¹ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007. P. 55.

3. A urbanização das Fontainhas no século XVIII

O mapa da figura é uma representação da zona das Fontainhas durante o final do século XVIII. O mapa redondo de Balck, datado de 1813, serviu de carta de fundo para nele se lançarem as informações recolhidas da documentação, por se tratar de um mapa rigoroso e, apesar de posterior, muito próximo da realidade a representar. No mapa encontram-se representados o matadouro, as duas capelas e ainda o que restou da quinta do Fragoeiro e da quinta da Fraga, após o processo de urbanização. A linha da calçada da Corticeira encontra-se um pouco mais curva do que a calçada atual. A rua das Fontainhas ainda não estava completamente alinhada, porém a rua Wellesley, agora a rua Gomes Freire, já estava aberta em 1813. O mapa foi publicado em 1813, no entanto será referente aos finais do século XVIII.

Tal como o nome indica as Fontainhas são uma zona repleta de nascentes de água. Um dos mananciais encontra-se por baixo do atual e abandonado Abrigo dos Pequeninos. Na verdade é possível encontrar a porta que conduz aos espaços submersos do manancial, e que consta da obra de J. Bahia Junior.²⁴²

²⁴² **Junior, J. Bahia. 1909.** *Contribuição para a hygiene do Porto.* Porto : Escola Médico-Cirurgica do Porto, 1909.P. 10.

Figura 4: Reconstituição Cartográfica das Fontainhas no século XVIII



Fonte: Carta Redonda do Porto da autoria de George Balck (<https://artsandculture.google.com/partner/universidade-de-porto>), GoogleMaps, Documentação Camarária (AMP, Câmara Municipal do Porto. Séc. XIII-, Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 17 (1788), F. 205., AMP, Câmara Municipal do Porto. Séc. XIII-, Fundo antigo, Livro 2 de Registo de Vistorias (1739), F. 11., AMP, Câmara Municipal do Porto. Séc. XIII-, Fundo Antigo, Próprias, livro 18 (1802), F. 73., AMP, Confraria de Nossa Senhora da Batalha., livro 1 de Termos de diferentes objetos (1816-1869)F. 11.

- 1- Matadouro Público das Fontainhas
- 2- Quinta e Capela do Carvalhinho
- 3- Fabrica dos Curtumes
- 4- Quinta do Fragoeiro
- 5- Quinta da Fraga
- 6- Alameda das Fontainhas
- 7- Atual capela do Carvalhinho

LEGENDA

- limite da área estudada: 'Fontainhas'
- edificado na área das 'Fontainhas'
- edificado fora da área das 'Fontainhas'
- edificios importantes (igrejas, muralha, etc.)
- espaço verde (quintas, jardins, etc.)
- limite do mapa 'Balck'
- veredas
- escarpa

Segundo J.Bahia Junior, existia também uma fonte no Carvalhinho e na sua obra apresenta uma foto do local. A letra P. da figura 5 marca o local da nascente que se encontra atrás da fonte²⁴³:

Figura 5: Fotografia da Fonte sita no Carvalhinho



Fonte: Junior, J. Bahia. 1909. *Contribuição para a hygiene do Porto*. Porto : Escola Médico-Cirurgica do Porto, 1909.P. 10. Foto com autoria não identificada.

Segundo o autor, a parede da mina é feita de granito e para “a direita da porta estende-se a mina no comprimento de 4 metros, tendo à entrada uma pequena pia de 0 , m 30x0, m 3 0 e, para a esquerda, mede 3,m 50 de comprido, recebendo em uma pia redonda collocada pelo lado detraz da bica, a agua proveniente dos dois lados da

²⁴³ **Junior, J. Bahia. 1909. *Contribuição para a hygiene do Porto*. Porto : Escola Médico-Cirurgica do Porto, 1909.P. 79.**

mina.”²⁴⁴. Infelizmente esta fonte desapareceu, provavelmente durante as construções da avenida de Gustavo Eiffel no século XX.

Ao longo da história do Porto, as Fontainhas foram sem dúvida reconhecidas pela sua água e respetiva abundância, o que por vezes levava a diversas contendas.

Uma das contendas ocorridas devido à água das Fontainhas aconteceu entre os Padres do Colégio de Jesus e Câmara do Porto. No século XVI os padres do Colégio de S. Lourenço, situado numa zona alta da rua das Aldas²⁴⁵, pediram ao casal Francisco da Mota e Francisca Rebelo a possibilidade de doarem a água originada das Fontainhas e que desaguava no terreno do casal sito perto da Porta da Vila.²⁴⁶ O casal aceitou doar dois anéis da água para os padres do Colégio de S. Lourenço na condição que “*havião de deyxar correr na fonte de prata de agoa pera serviço dos Lazaros, e seu Hospital, a quem estava dedicada a Fonte.*”²⁴⁷ Feita a doação pelo casal, os padres dirigiram-se à Câmara do Porto e pediram licença para encanar a água vinda da fonte e dirigi-la para o novo convento.²⁴⁸ Em 1588, a câmara concedeu-lhes, a licença com a condição de realizarem sermões gratuitos para os Lázaros, construírem uma bica nas Fontainhas para que fosse usado não só por eles mas também pela população, construírem um tanque para os Lázaros se lavarem, e uma bica para o gado se abastecer. A construção do encanamento deveria ser construído às custas do convento, e em função desta o mesmo deveria indemnizar os particulares por onde o encanamento passasse, que em certos pontos poderia ser em cano aberto para outras pessoas utilizarem a água. A obra da construção do encanamento da água durou quase um ano e custou aproximadamente seiscentos mil reis ao colégio de S. Lourenço.²⁴⁹

Os Padres seguiram as cláusulas estipuladas no contrato fielmente até 1739, quando numa vistoria feita pela Câmara foi descoberto que haviam aberto uma valeta junto à arca da fonte para colocarem um segundo cano de água. Esta situação prejudicava a cidade e a Câmara do Porto ordenou que o cano fosse destruído e o buraco

²⁴⁴ **Junior, J. Bahia. 1909.** *Contribuição para a hygiene do Porto.* Porto : Escola Médico-Cirurgica do Porto, 1909. P. 79.

²⁴⁵ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774.* Porto : FLUP, 1986. P. 44.

²⁴⁶ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774.* Porto : FLUP, 1986. P. 65.

²⁴⁷ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774.* Porto : FLUP, 1986. P. 65.

²⁴⁸ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774.* Porto : FLUP, 1986. P. 65.

²⁴⁹ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774.* Porto : FLUP, 1986. P. 66.

tapado e que tudo fosse pago pelos jesuítas.²⁵⁰ Alguns anos depois, surgiu um alerta na Câmara informando o Senado que haveria falta de água na fonte pública das Fontainhas, sendo que a Câmara ordenou uma vistoria para investigar o problema. Novamente os padres jesuítas são acusados de terem construído novos canos para desviarem maior quantidade de água do que a contratualizada. A situação acabou por ser “resolvida” aquando da sua expulsão no ano de 1759 e parte dos seus bens foram transferidos, em 1773, para a universidade de Coimbra.²⁵¹ O convento de São Loureço veio a pertencer aos Religiosos Descalços de Santo Agostinho que tentaram aforar a Alameda das Fontainhas em 1785 sem qualquer sucesso como veremos adiante.²⁵²

3.1. Quinta da Fraga

Construída por volta do século XVI, a quinta da Fraga estava nas mãos do licenciado Francisco Dias e de sua mulher Isabel Pinto. Por volta do final do século XVI, os Jesuítas, instalados no colégio de São Lourenço no Porto, procuravam grandes espaços de produção e relaxamento.²⁵³ A quinta da Fraga localizada no monte das Fontainhas e com a frente virada para o rio Douro era o sítio ideal. Segundo Jorge Ricardo Pinto, a quinta da Fraga estendia-se desde a atual Rua Duque de Palmela até às margens do rio Douro, tratando-se pois de um território extenso.²⁵⁴

A dita quinta produzia pão, milho, frutas e localizava-se numa zona rica de água, sendo que essa mesma água nascia na fonte de Mijavelhas e, entrando pela quinta do Bispo desviava-se depois para os territórios da quinta, podendo assim alimentar os diferentes moinhos que o território possuía.²⁵⁵ Em 9 de Fevereiro de 1573 Francisco Dias doou a quinta aos Jesuítas com condições perpétuas de pagarem, por ano, 25 alqueires de milho, 10 alqueires de pão e 100 réis. Porém, em 1596, estas medidas foram suspensas pela própria Coroa e os jesuítas tornaram-se nos proprietários da quinta da Fraga. Os

²⁵⁰ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo antigo, Livro 2 de Registo de Vistorias (1739), F. 11.

²⁵¹ Junior, J. Bahia. 1909. *Contribuição para a hygiene do Porto*. Porto : Escola Médico-Cirurgica do Porto, 2002.P. 17.

²⁵² AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Livro 4 de Registo de Vistorias, (1785), F. 129.

²⁵³ Martins, Fausto Sanches. 1986. *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774*. Porto: FLUP, 1986. P. 161.

²⁵⁴ Pinto, Jorge Ricardo. 2002. *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto: Edições Afrontamento. P. 22

²⁵⁵ ADP, Monásticos, Colégio de São Lourenço da Companhia de Jesus Porto, Livro de Fazendas e dos Foros, F. 282.(PT/ADPRT/MON/CSLCJPRT/0016)

novos proprietários converteram a quinta num local de repouso ao comprarem novos terrenos, pardieiros e 2 azenhas, próximos da quinta²⁵⁶. Estas azenhas deixaram de funcionar a partir de certa altura, porque não havia água suficiente para as alimentar, o que significa que, por volta do início do século XVIII, os Jesuítas deixaram de poder produzir pão nos interiores dos muros da quinta da Fraga.²⁵⁷ Sabe-se através do catálogo Trimestral de 1633, que recebendo uma doação de Luís Álvares de Távora, os jesuítas usaram o valor monetário para construir uns aposentos, refeitório e um corredor no interior da Quinta da Fraga.²⁵⁸

Com a expulsão dos Jesuítas em 1759, os territórios da quinta da Fraga são confiscados assim como vários bens dos padres expulsos.²⁵⁹

Em 1785 a quinta surge na posse de Dona Caetana, viúva de Nuno José Pereira Pinto. É nesse ano que são chamados à justiça devido a uma petição civil dos habitantes em redor da quinta. No verão desse ano é iniciado uma exploração de pedra nas Fontainhas e algumas destas pedras são retiradas dentro dos muros da Quinta da Fraga com a autorização de D. Caetana para a construção de Santo António da Cidade (atual Biblioteca Municipal do Porto)²⁶⁰. Porém os habitantes das redondezas afirmam que as mesmas obras faziam muito barulho, ocupavam as áreas de servidão pública e ainda poderiam prejudicar a água que chegava à fonte pública das Fontainhas. D. Caetana declara que a fonte está longe da pedreira e que não concorre para os incómodos dos habitantes. A solução do problema foi alertar os pedreiros para utilizarem outros tipos de materiais e respeitarem os habitantes em redor da área.²⁶¹ O problema parece ter ficado resolvido. Pouco se sabe sobre o que aconteceu à quinta nos anos seguintes.

No início do século XIX, a quinta sofre duas amputações. A primeira é feita na parte central, com a abertura da rua Wellesley, em honra do comandante inglês que com

²⁵⁶ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774*. Porto: FLUP, 1986. P. 162-163.

²⁵⁷ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774*. Porto: FLUP, 1986. P. 164.

²⁵⁸ **Martins, Fausto Sanches. 1986.** *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774*. Porto: FLUP, 1986. P. 81.

²⁵⁹ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 287.

²⁶⁰ ADP, Convento de Santo António da Cidade-Porto, Autos-Cíveis (1785), Certidão das portarias, requerimentos e despachos passada pelo escrivão do cível a favor do Prior e mais religiosos do Convento de Santo António da Cidade, em ordem aos embargos das pedreiras sitas nas Fontainhas. (1785).

²⁶¹ ADP, Convento de Santo António da Cidade-Porto, Autos-Cíveis (1785), Certidão das portarias, requerimentos e despachos passada pelo escrivão do cível a favor do Prior e mais religiosos do Convento de Santo António da Cidade, em ordem aos embargos das pedreiras sitas nas Fontainhas. (1785).

as suas tropas entrou no Porto pelas Fontainhas durante a invasão francesa da cidade, no ano de 1809.²⁶² A segunda separação dos territórios da quinta da Fraga é realizada por volta dos anos 20 do século XIX com a abertura da rua de S. Vítor.²⁶³ Logo nos primeiros anos do século XIX a quinta da Fraga aparece nas mãos de Alexandre José da Costa, um sargento-mor do exército que iniciou o arrendamento da quinta da Fraga no ano de 1806, sendo o primeiro caseiro de nome Raimundo José Canário. O sargento-mor do exército emprazou os diferentes elementos constitutivos da quinta, que ladeavam a rua de Wellesley e a Rua de S. Vítor.²⁶⁴ Ao longo do século XIX irá assistir-se à construção de habitações sobre os limites do território que anteriormente pertencia aos Jesuítas.

3.2. Capela do Senhor do Carvalhinho

Na quinta da Fraga existiu uma capela, dedicada ao Senhor do Carvalhinho, também, por vezes denominada como capela da Quinta da Fraga. A quinta da Fraga como já foi explicado pertencia aos Jesuítas. Ainda antes da expulsão da Companhia de Jesus, a quinta passou para a posse de outras pessoas.²⁶⁵ Sabe-se que de facto, o terreno onde a capela e a futura quinta do Carvalhinho situou, foi comprado por Francisco Ribeiro Guimarães e sua mulher Brígida de Sousa, porém não se conhecem os contornos de tal compra.²⁶⁶ Segundo as Memórias Paróquias de 1758, Francisco Ribeiro Guimarães e sua mulher foram os responsáveis pela construção da intitulada Capela da Fraga ou Capela do Senhor do Carvalhinho (fig. 6).²⁶⁷

As Memórias Paroquiais de Santo Ildefonso dizem o seguinte: “*A capella do senhor do Carvalhido (sic) que fica nas margens do Rio Douro em lugar retirado e*

²⁶² **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007. P. 38.

²⁶³ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007. P. 39.

²⁶⁴ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007. P. 43.

²⁶⁵ **Machado, João Afonso. 1988.** *Tripeiro*. Porto : Associação Comercial do Porto, 1988, Vols. Nova - VII. F. 207-217

²⁶⁶ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 17: (1788), F. 200

²⁶⁷ ANTT, Memórias Paroquiais 1722/1832, "Dicionário geográfico de Portugal", [Tomo 30, P, Q] 1758, Santo Ildefonso, Porto 1758/1758: n.º 231a, F. 1679- 1680. (PT/TT/MPRQ/30/231ª)

rochedo do monte das Fontainhas a que se lansou as primeiras pedras em vinte e oito de Julho de mil setecentos e dezassete, a instancia de Francisco Ribeiro Guimarães, homem

Figura 6: Capela da Fraga ou do Senhor do Carvalhinho

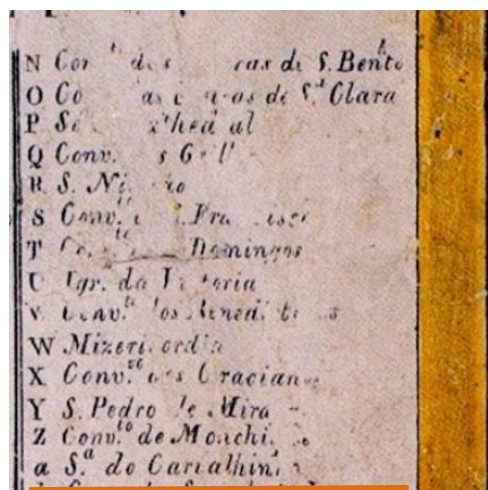
Fonte: AHMP, Gravuras, Reprodução de desenho da Capela da Quinta da Fraga, da autoria de Gouveia Portuense. 1946.



Figura 7: Atual capela representada na Planta Redonda da Cidade do Porto



Figura 8: Descrição da Planta Redonda da Cidade do Porto



Fonte: Corticeira representada na Planta redonda de George Balck e Descrição da Planta redonda do Porto de George Balck. Google Arts and Culture. [Online] Google. [Citação: 12 de Dezembro de 2017.] https://artsandculture.google.com/asset/round-map-of-porto-by-george-balck/6AHTkNEL_5Eang.

de negócio da cidade do Porto onde está sepultado he frequentada de gente da cidade aos Domingos e dias santos especialmente em o dia da Ascensão do senhor e no dia 8 de Setembro em que nella há indulgencias.”²⁶⁸ Esta descrição permite clarificar a localização da capela e estabelecer os factos relativos à existência de mais de uma capela nesta zona, que atualmente se encontra em ruínas (fig. 7) e que intitulam também de capela do Senhor do Carvalhinho. Enquanto as ruínas da atual capela que se podem observar num ponto alto do monte das Fontainhas, a verdadeira capela do Senhor do Carvalhinho situava-se na margem do rio Douro. A capela de que ainda hoje existe, a uma cota mais elevada, seria, na minha opinião, uma capela privada, até porque na figura 7 é possível identificar uma espécie de cerca em volta da atual capela. A acrescentar à questão, George Balck identificou esta propriedade como a capela da Senhora do Carvalhinho (fig. 8)²⁶⁹. Infelizmente nada mais se sabe sobre a atual capela em ruínas.

Mas voltando à questão da verdadeira capela do Senhor do Carvalhinho. Não se sabe como surgiu o nome Carvalhinho mas pensa-se que terá será a forma abreviada de Senhor Jesus do Carvalhinho, a quem a capela era dedicada. No documento em que o administrador da capela, de seu nome Queiroz, se refere à questão da água, ele denomina a Capela “*do Senhor dos Aflitos e Nossa Senhora das Angústias, sita no Carvalhinho, à borda do rio Douro*”.²⁷⁰ Ou seja, Carvalhinho é lugar, e as dedicações são: a Jesus Cristo, na denominação de “Senhor”, com o epíteto dos Aflitos, a que se juntou a outra dedicação de Nossa Senhora das Angústias. A histórica capela do Senhor do Carvalhinho foi demolida em 1943 para a abertura da avenida Gustavo Eiffel, via marginal ao longo do rio Douro. No decorrer do tempo os seus proprietários envolveram-na com habitações e quintal. A fotografia da autoria do escocês Frederick William Flower datada do ano de 1860 apresenta-nos a quinta e a capela do Carvalhinho (fig.9). Para a construção desta capela foi necessário um investimento por parte dos fundadores, Francisco Ribeiro Guimarães e sua mulher Brígida de Sousa²⁷¹. Segundo um documento de 1788, um dos

²⁶⁸ ANTT, Memórias Paroquiais 1722/1832, "Dicionário geográfico de Portugal", [Tomo 30, P, Q] 1758, Santo Ildefonso, Porto 1758/1758: n° 231a, F. 1679- 1680. (PT/TT/MPRQ/30/231°)

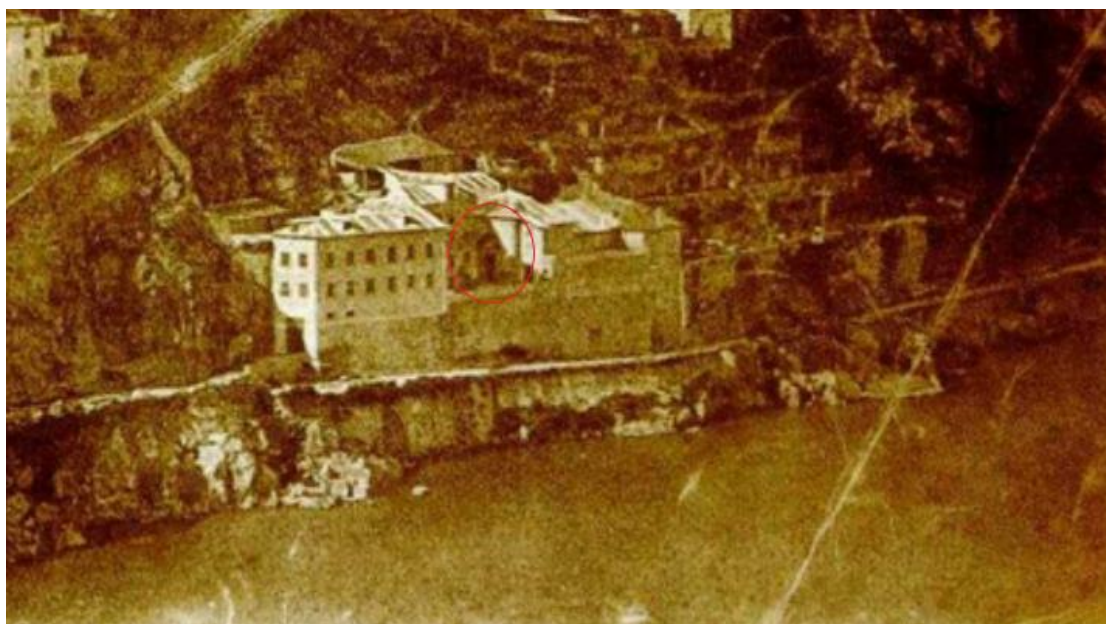
²⁶⁹ No AHMP está disponível o mapa de George Balck, mas devido à qualidade da imagem que é disponibilizada online, acabei por optar pela Google Arts.

²⁷⁰ AHMP, Câmara Municipal do Porto. Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 17, (1788), F. 202.

²⁷¹ ADP, Paróquia de São Nicolau 1583-10-03/1911-12-31, Registos de casamentos 1700-07-08/1723-07-17), folha 73-73v. (PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/002/0030). - No dia 16 de Abril de 1708, Francisco Ribeiro Guimarães, homem de

seus filhos, herdeiro da capela, revela que para construir a capela, o seu pai pagou 2:000\$000 reis²⁷².

Figura 9: Capela Fábrica do Carvalhinho



Fonte: As Carquejeiras (Porto). Monumentos desaparecidos. [Online] 6 de Maio de 2015. [Acedido: 25 de Agosto de 2018.] <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2015/05/as-carquejeiras-porto.html>.. A Calçada da Corticeira, e zona das Fontainhas, vistas de Vila Nova de Gaia, Por volta de 1860, Calótipo com autoria atribuída a Frederick William Flower.

Segundo um documento de 1719, Francisco Ribeiro Guimarães tinha-se candidatado a entrar no tribunal de Santo Ofício como familiar, sendo este ato de grande prestígio caso conseguisse ser aceite neste meio. Segundo o processo de qualificação, Francisco Ribeiro Guimarães era oriundo da freguesia de S. Miguel de Creixomil, do concelho de Guimarães e já estava casado com Brígida de Sousa, natural da freguesia de São Nicolau da cidade do Porto. O documento afirma que Francisco Ribeiro Guimarães era um homem de negócios da cidade do Porto que exportava para o Brasil determinados

negócios do Porto e natural da freguesia São Miguel de Creixomil, casou-se com Brígida de Sousa natural da freguesia de São Nicolau, conforme consta no livro de casamentos da paróquia de S. Nicolau. Os dois moraram na Praça da Ribeira e conceberam 7 filhos. ADP, Paróquia de São Nicolau (1583-10-03/1911-12-31), Registos de baptismos (1713-02-12/1730-04-28), fls: 40v; 78; 159; 187v; 210; 292v. | ADP, Paróquia de São Nicolau (1583-10-03/1911-12-31), Registos de baptismos (1692-11-30/1712-11-18), F. 229;

²⁷² AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 16: (1788), F: 208

produtos, era negociante de “*marsaria*”²⁷³ possuía diversas casas e respetivas rendas²⁷⁴ e também investia o seu dinheiro em outros negócios.²⁷⁵ No ano de 1734, Francisco Ribeiro Guimarães negociou com a coroa a arrematação da cobrança do imposto do Consulado na Alfândega do Porto para o triénio de 1735 a 1737. Ou seja, o mercador demonstra ter capacidade financeira, à data, e saber calcular os riscos financeiros. Devido ao risco deste negócio, Francisco Ribeiro Guimarães teve de apresentar vários fiadores que fossem capazes de cobrir o valor da quantia investida.²⁷⁶ Estas informações, colhidas em registos paroquiais, camarários e do Sto. Ofício permitem desenhar o perfil dos fundadores da capela e quinta do Carvalhinho.

No dia 19 de Agosto de 1733, Manuel Costa Andrade, um entalhador que foi contratado por Francisco Ribeiro Guimarães para executar a obra do retábulo da capela²⁷⁷ que seria inspirado no retábulo da capela da Santa Clara do Porto e a do altar-mor, inspirado na igreja da Ordem Terceira de São Domingos²⁷⁸: “(...) *tem a cappella mór de largo vinte e sete palmos, e altura da banquetta para sima até a simalha de pedra quinze palmos e meyo e mais hum coarto de palmo, e de sacada tem nove palmos e meyo, adverte se que a cappella hê de volta redonda*²⁷⁹.” O documento também refere: “*fará o mestre que tomar a obra hum frontal pelo estilo do altar mór da cappella dos Tersseiros de São Domingos,; farâ hua banquetta, revestindo a a mesma de pedra que está na cappella, feito pelo estillo que hoje se costuma fazer; principiará logo no meyo um nixo que pedir para o Senhor das Angústias, será redondo e feito com toda a perfeição; levarâ duas*

²⁷³ ANTT - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação, Habilitações Incompletas, Doc. 1906. – 17 de Julho de 1719: O documento encontra-se em mau estado, contudo penso que *marsaria* poderá significar *marcenaria*.

²⁷⁴ ANTT - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação, Habilitações Incompletas, Doc. 1906. , doc. 1906.

²⁷⁵ ANTT - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação, Habilitações Incompletas, Doc. 1906. – 26 de Agosto de 1724- Não se sabe se Francisco Ribeiro Guimarães e sua mulher foram aceites no Sto Ofício mas provavelmente não o foram devido ao passo obscuro de um dos antepassados de Francisco Ribeiro Guimarães que diziam os habitantes da freguesia de Creixomil não ser cristão.

²⁷⁶ ADP, Contadoria da Comarca do Porto (1512-1834), Registo Geral (1512-01-01/1833-12-31), Lº do Registo da Contadoria 1732/1753, F. 15-17.

²⁷⁷ **Tavares, Fernão. 1985. *Tripeiro*.** Porto : Associação Comercial do Porto, 1985, Vol. Nova IV.P. 217-219

²⁷⁸ **J.A. Pinto Ferreira, Domingos de Pinho Brandão, Robert Smith. 1963. *Alguns retábulos e painéis de igrejas e capelas do Porto - Documentos e memórias para a história do Porto*.** Porto : Porto : Gab. de História da Cidade, 1963. P. 177.

²⁷⁹ **J.A. Pinto Ferreira, Domingos de Pinho Brandão, Robert Smith. 1963. *Alguns retábulos e painéis de igrejas e capelas do Porto - Documentos e memórias para a história do Porto*.** Porto : Porto : Gab. de História da Cidade, 1963. P. 178.

*coartellas, revestidas com seos meninos, a buscar a descarga da sua sinalha e por baixo desta hua sanefa (tira de tecido), para cortinhas, na volta do nicho hua renda bem feit, como de presente se costuma, e o remate que pedir o dito nixo; e logo no dito nicho correrá o banco que pedir o retabullo, e levará o pé direito coatro colunas, duas de cada parte serão fruteiras, e nas gargantas, como se acha feito em Santa Clara; e levará mais o pê da volta da tribuna duas coartellas, e levará mais duas coartellas, tambem revestidas com os seus meninos, e entre as colonas levará de cada parte hum nicho com altura e largura que pedir o sítio(...)*²⁸⁰ ” O documento continua e dita que “*e todos os arcos que se virem serão entalhados todos, que não mostre lizos, senão os que forem neçessarios; levarã mais na soca da tribuna hua renda pelo estilo que se acha feita em Santa clara; levarã mais seu trono que ajuste no nicho da senhora, e da altura que acomodar o Santo Christo; levarã mais o dito trono dous anjos ao pêe do Senhor alumando que serão de sinco ou seis palmos, ou como melhor pedir a área (...)*”²⁸¹ ” Infelizmente não especificam onde ficaria o nicho do Senhor Jesus do Carvalhinho, contudo é possível imaginar como seria o interior da capela porque atualmente ainda temos uma das obras na qual os trabalhadores se influenciaram, a igreja de Santa Clara. Esta reforma da capela foi avaliada em 220\$000 e deveria ser concluída em 1734.²⁸² Com a morte de Francisco Ribeiro Guimarães, as propriedades passaram para os seus herdeiros. Em 1788, António Queiroz surge como administrador da quinta e capela do Carvalhinho numa contenta sobre a água que já abordamos.²⁸³

Segundo as Memórias Paroquias, Francisco Ribeiro Guimarães estaria sepultado na capela tal como os seus descendentes. Algo que é comprovado pelo testamento de António Queiroz que faleceu em 1812. No seu testamento, António Ribeiro da Silva Queirós, que nesta altura era *professo na ordem de Sam Thiago* dita o seu testamento:

²⁸⁰ J.A. Pinto Ferreira, Domingos de Pinho Brandão, Robert Smith. 1963. *Alguns retábulos e painéis de igrejas e capelas do Porto - Documentos e memórias para a história do Porto*. Porto : Porto : Gab. de História da Cidade, 1963. P. 177-179.

²⁸¹ J.A. Pinto Ferreira, Domingos de Pinho Brandão, Robert Smith. 1963. *Alguns retábulos e painéis de igrejas e capelas do Porto - Documentos e memórias para a história do Porto*. Porto : Porto : Gab. de História da Cidade, 1963. P. 179.

²⁸² J.A. Pinto Ferreira, Domingos de Pinho Brandão, Robert Smith. 1963. *Alguns retábulos e painéis de igrejas e capelas do Porto - Documentos e memórias para a história do Porto*. Porto : Porto : Gab. de História da Cidade, 1963. P. 180.

²⁸³ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 17 (1788), F. 207

*“(...) Estando enfermo e de cama, mas em prefeito juízo (...) Disse que falecendo queria ser amortalhado no seu habito e conduzido ao Senhor do Carvalhinho para ser enterrado na sua capela que de que he padroeiro e administrador debaixo das denominações do Senhor dos Afelitos e Senhora das Angústias fazendo-se-lhe hum officio de corpo presente com os religiosos que costumao e quiserem prezedir sem conthudo haver do mesmo officio faustos externos e só unicamente o que há licença exigir.”*²⁸⁴ Através do seu testamento percebemos que no século XIX António Ribeiro da Silva Queiroz continua como padroeiro e administrador da capela, e que também seria enterrado na capela do Carvalhinho provavelmente junto aos seus pais. Contudo não se sabe quais são os próximos administradores, mas sabe-se que foi provavelmente vendida ou doada a um António Joaquim Soares como veremos nos próximos capítulos.

3.3. Alameda das Fontainhas

A Alameda das Fontainhas foi aberta ao público a 13 de Setembro de 1769, sendo um largo com um muro desenhado por João de Almada e Mendonça.²⁸⁵

Em 1785, a coroa pretendeu doar o espaço aos Agostinhos Descalços para construções de aposentos dos mesmos. A Câmara do Porto respondeu: *“(...)pelas razões e fundamentos expressados na sua supplica regida afim de que aquelle terreno se conserve sempre no estado em que se acha e se não fazer obra alguma que prejudique a dita fonte do qual se condus a agoa para o seu colégio (S. Lourenço) e sendo tudo visto e examinado por elle juiz e vereadores logo pelo procurador da cidade foi dito e requerido que de nenhuma parte se devia emprazar o terreno baldio de que se trata nem aos reverendos supplicantes nem a pessoa alguma de qualquer qualidade que fosse pela fosse pela consequência da fonte pública que era a melhor agoa da cidade, da qual se provião todos os moradores do bairro de santo Ildefonso e haviaos os lavadores públicos que se manifestavao servindo o mesmo terreno baldio de coradouro da muita roupa que ali se*

²⁸⁴ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Livro 22 do Registo de testamento da Administração do Bairro Oriental (1812-1813), Registo de Testamento com que faleceu António Ribeiro da Silva e Queirós, professo da Ordem de Santiago (1812), F. 139v-143v

²⁸⁵ **Manuel Dias.1947-48. Tripeiro..** Porto: Associação Comercial do Porto,1947-48, Série. VI, Ano III. P. 155.

lavava (...) e que se puser na prezença de sua majestade este motivo de utilidade pública, (...) se não empraçar nunca o dito terreno, antes se conservar na mesma forma em que se acha(...)”²⁸⁶ Através desta citação fica explícita a importância social e populacional da Alameda das Fontainhas no final do século XVIII. Neste século a Alameda das Fontainhas foi principalmente usada para a retirada de água da Fonte das Fontainhas. Além da importância da fonte e da água das Fontainhas também o espaço era usado para secar e corar as roupas recém-lavadas no tanque da fonte. Contudo, entre os anos 1801 e 1808 a Alameda é reformulada novamente ao ser construída em pedra,²⁸⁷ e segundo Ferreira Alves: *“Com uma fonte, tanques para lavar roupa e árvores dispostas simetricamente, formaria, a partir dos primeiros anos o século XIX, um local de passeio para os portuenses.*”²⁸⁸

A planta da figura 10 encontra-se disponível no Website do Arquivo Histórico Municipal do Porto e está descrita como de autoria e data desconhecida. Contudo, no canto inferior direito surge a assinatura de Visconde Balsemão. Nos livros de Próprias existe uma carta onde se encontra a possível descrição desta planta: *“Ponho na presença de vossa excelência as plantas da obra do Matadouro público e da Fonte e Alameda chamada das Fontainhas, que o príncipe regente nosso senhor foi servido mandar construir na cidade do Porto para benefício dos seus habitantes. Esta obra acha-se quasi concluída porem ao ponto de ter construído os tanques (...) achei que o lugar para eles se destinou não he o mais próprio tanto porque embaraçou o passeio do arvoredado como porque sendo os tanques destinados para lavagem de roupa cauzarão um grande incommodo pelo mau cheiro das aguas immundas que nelles se hão de demorar e tudo isto se pode remedear sem aummento de despezas, fazendo-se na planta hua pequena alteração de construir os referidos tanques no terreno inferior ao parapeito da lameda mostrado com o nº14, pois que neste sitio não cauza embaraço alguma antes se facilita o despejo de águas e se enobeceu o terreno da lameda. Devo também lembrar vossa ex^a que no Passeio que se dirige á dita fonte existem alguns despenhadeiros perigosos que*

²⁸⁶ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Livro 4 de Registo de Vistorias, (1785), F. 129.

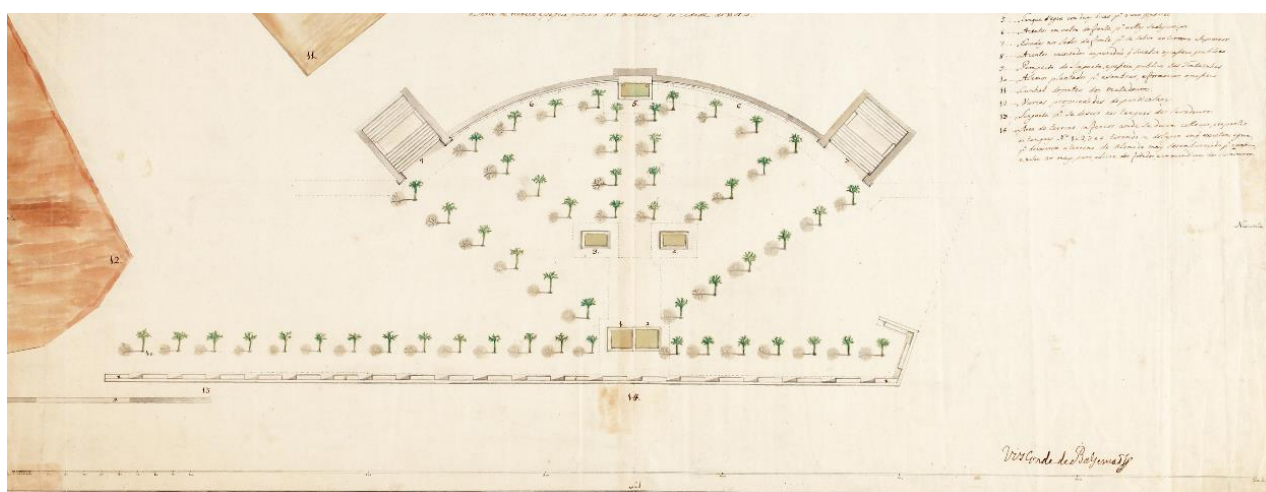
²⁸⁷ Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988. *O Porto na Época dos Almadas: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P. 604

²⁸⁸ Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988. *O Porto na Época dos Almadas: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP, 1988. P.598.

facilmente se evitão continuando pouco a pouco o paredão notado com o numero 13 para a parte poente, ate aquele que fez Guindencio Fontana cuja construção não exige grande despeza por haver nesse sitio abundancia de pedra e entulho. Igualmente se precisa aplanar o terreno da mesma lameda, pois que sendo a su situação a mais própria para recreio dos habitantes da cidade (...).

(...)Deus guarde V. EX^a: Lisboa 25 de Julho de 1802, Illums. Senhor Visconde de Balsemão (Luís Pinto de Sousa Coutinho). O desembargador do Paço Francisco de Almada e Mendonça. Joaquim Guilherme da Costa, José Francisco de Paiva ”²⁸⁹

Figura 10: Planta Geométrica da Alameda das Fontainhas



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas, Planta geométrica da Alameda das Fontainhas (...), Autor desconhecido, 18??.

Através desta descrição, descobre-se que a planta foi realizado antes de 1802 e a sua realização estariam nomes ligados como Francisco de Almada e Mendonça e Visconde de Balsemão. A planta poderá ser possivelmente de José Francisco da Paiva. Na continuação do século XIX, a alameda das Fontainhas foi transformada num Passeio Público, o que transformou as próprias Fontainhas.

²⁸⁹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 18 (1802), F. 73.

3.4. Curtumes nas Fontainhas

A meio do século XVIII, os políticos e defensores da saúde pública declaram que a existência de aloques ou pelames no centro da cidade, junto ao rio da Vila, prejudicavam a saúde da população portuense devido aos cheiros e à contaminação. Esta preocupação aliou-se à vontade de renovação da Praça de S. Roque e à construção da Capela de S. Roque, que havia sido demolido em 1756.²⁹⁰ Depois da expulsão dos aloques, iniciaram-se as construções e remodelações deste sítio que duraram até 1773. Foi preciso procurar um sítio arejado e que não afetasse a população portuense para colocar aloques e pelames. No dia 15 de Novembro de 1766, os aloques foram definitivamente mudados para a encosta das Fontainhas²⁹¹. A existência de diversos mananciais, o espaço arejado e longe das muralhas foram as razões pela qual as Fontainhas foram selecionadas para receber os aloques. De facto, as obras da Praça de S. Roque, não só “expulsaram” os aloques como também uma Fábrica de Curtumes que se estabeleceu na encosta das Fontainhas²⁹². Atrevo-me a colocar a hipótese da designação toponímica “Corticeira” derive da quantidade de unidades de curtumes e de trabalhadores (corticeira- mulher que trata das peles) nesses mesmos aloques que existiam no local, entre o final do século XVIII até meados do século XIX.

Numa sentença relativa a questões surgidas entre Filipe Nére e António Queiroz, em torno da utilização e posse de água, é possível descobrir alguns dados deveras interessantes quanto à utilização deste espaço. A partir da década de 80 do século XVIII, inicia-se uma contenda entre a Fábrica dos Curtumes e as habitações e Capela do Carvalhinho. Filipe Neré Ferreira, morador no beco do Pedregulho e casado com Joana Maria era o dono desta fábrica de Curtumes²⁹³ que, segundo ele, estaria nas Fontainhas *“há mais de vinte anos e desde o tempo que a mesma fabrica foi edificada e construida per conta das obras publicas quando se edificou a praça de S. Roque donde se mudou*

²⁹⁰ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadas: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP , 1988. P. 488.

²⁹¹ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadas: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP , 1988. P. 489.

²⁹² **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadas: Arquitetura. Obras públicas.* Porto : CMP , 1988. P. 489

²⁹³ AHMP, Administração do Bairro Oriental, Livro 7 do Registo geral de escrituras e reduções (1806), Registo de Testamento com que faleceu Filipe Nére Ferreira, casado com Joana Maria, Proprietário. P. 22.

para o dito sitio donde presentemente se acha estabelecida desde o dito tempo(...)”.²⁹⁴

Além de especificar que a fábrica havia sido mudada para as Fontainhas por volta do ano de 1768, é dito ainda que pagavam à Câmara uma renda anual de 16\$000 reis pela utilização do espaço.

O que se constata também nesta sentença é que António Ribeiro Queiroz, administrador da Capela do Carvalhinho e filho de Francisco Ribeiro Guimarães e de Brígida de Sousa, requereu dois anéis de água para os seus quintais existentes por detrás da capela e habitações. Porém, Filipe Neré Ferreira e outros mestres da fábrica reclamaram que seria muito prejudicial para o funcionamento da “ilustre fábrica”. Ilustre no dizer de Filipe Neré *“porque toda aquella agoa he perciza e necessaria para a referida fabrica dos suplicantes sem puderem escuzar della parte alguma antes ella bota ainda he pouca e não cjega para todos os ministérios da mesma fabrica, principalmente no tempo de verão, em que se faz preciso que huns elejão esperando pelos outros para haverem de se puderem utilizar della com gravíssimo prejuízo e mayor sentirão se lhes faltar alguma parte da mesma agoa, de sorte, que tirando-se alguma parte da mesma agoa não pode trabalhar-se nem fabricarem-se aqueles na dita fabrica, que he utilissima ao Reyno per não haver outra igual nas Províncias deste Reyno que para todo este e ainda para as Americas e Brasis he que della se faz o sortimento e similhante qualidade de peles só se podem fabricar com agoa muito limpa e pura e faltando esta já não pode subsistir a muita fabrica e fica sendo inútil e sem ter prestimo algum(...)*”. Foi-lhes proposto o uso da água que vinha dos tanques, mas estes mestres peliqueiros recusaram, porque se tratava de água suja e por isso não seria possível utilizá-la para trabalhar com as peles. António Ribeiro Queiroz não desistiu e continuou a contenda afirmando que muita da água que descia pela encosta havia sido descoberta pelos seus antepassados e portanto tinha todo o direito de se apoderar da mesma. Esta declaração foi contestada pela Câmara que afirmou que a água que descia pela encosta havia sido descoberta por muitos e há várias eras atrás, devido à sua abundância. António Queiroz apenas conseguiu comprovar que os terrenos pertenciam ao seu antepassado, que as adquiriu de forma legal, mas quanto à posse de água não o

²⁹⁴ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 17 (1788), F. 202.

conseguiu provar. Depois de várias vistorias e testemunhas, a situação parece ter ficado resolvida no ano de 1789 quando a divisão foi finalmente feita. A fábrica de Filipe Neré ficou com 2 anéis de água e António Ribeiro Queiroz ficou com 1 anel de água das águas que desciam pela encosta, junto à fábrica. Sabe-se, através deste documento, que a situação foi estudada diversas vezes pois nenhum dos envolvidos aceitou a solução para pôr fim à contenda. Os argumentos usados pelos proprietários da fábrica sobre a qualidade do fabrico não parecem ter deixado eco noutros testemunhos. Através de algumas das informações contidas nesta contenda foi possível proceder à localização de ambos os edifícios: “(...)querendo haver e conduzir para as suas cazas e quintal do Carvalhinho que tem por baixo da dita fabrica parte de agoa que nasce junto a esta da qual se acham os suplicantes de posse de toda a mesma agoa(...) ”.²⁹⁵

Figura 11: Recorte da Reconstituição cartográfica das Fontainhas no séc. XVIII



Fonte: Carta Redonda do Porto da autoria de George Balck (<https://artsandculture.google.com/partner/universidade-de-porto>), GoogleMaps, Documentação Camarária (AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 17 (1788), F. 205., AHMP, Câmara Municipal do Porto. Fundo antigo, Livro 2 de Registo de Vistorias (1739), F. 11., AMP, Câmara Municipal do Porto. Fundo Antigo, Próprias, livro 18 (1802), F. 73., AHMP, Confraria de Nossa Senhora da Batalha., livro 1 de Termos de diferentes objetos (1816-1869)F. 11.

1. Capela do Senhor do Carvalhinho
2. Fabrica dos Curtumes

²⁹⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto. Fundo Antigo, Compras e Expropriações, Livro 17 (1788), F. 205.

Depois de estudar o mapa de George Balck e completar a localização da antiga Capela do Senhor do Carvalhinho foi possível colocar a fábrica no mapa que apresento acima através das informações do documento que cito (FIG. 11). Na verdade, no mapa de George Balck, a fábrica ou o local da fábrica aparece representado em um verde mais claro. Visto em papel, no Arquivo Histórico Municipal do Porto, na Casa do Infante, é mais fácil para identificar o local.

Contudo, não consegui descobrir o que aconteceu à fábrica, mas sabe-se que Filipe Neré morreu nos inícios do século XIX, sem filhos herdeiros, deixando a fábrica aos seus sobrinhos. A certeza é que em 1824, na planta de Francisco Paiva o edifício já não aparece no mapa, porque provavelmente foi destruído durante a melhoria da Calçada da Corticeira.

Até meados do século XIX, assistimos a uma grande procura de alugueres de aloques, que certamente aumentou no início do século XIX com a chegada do Matadouro Público às Fontainhas. O preço do aluguer dos pelames variava, de contrato de arrendamento para arrendamento, como se evidencia nos exemplos abaixo, retirados da série de arrendamentos, existente no Arquivo Municipal do Porto: *“Termo porque a Câmara deu por espaço de um ano três pelames a saber nº1, nº3 e o nº4, cada hum pela quantia de 4\$000 reis anuais (...) Fillipe Pereira e outros. De 13 de Fevereiro de 1823. ”* *“Arrendamento que a Câmara fez a diversos dos Cortumes nas Fontainhas por espaço de quatro annos por 6\$000 reis de aluguer cada anno, e por cada um dos ditos Cortumes. De 12 de Fevereiro de 1823”*.²⁹⁶

À medida que a saúde pública passa a fazer parte das preocupações dos governadores da cidade, os aloques começam a ser vistos com maus olhos pelas autoridades, por isso na sessão da vereação da Câmara Municipal do Porto, de 23 de Maio de 1838, é decidido que os aloques ou pelames situados nas Fontainhas deveriam ser confinados a espaços longe de habitações fora da cidade, quando acabassem os prazos dos contratos de arrendamento.²⁹⁷ Os argumentos usados centram-se no processo de fabrico, sublinhando a sujidade que provoca assim como o facto de ser prejudicial à saúde.

²⁹⁶ AHMP, Confraria de Nossa Senhora da Batalha., livro 1 de Termos de diferentes objetos (1816-1869) F. 11.

²⁹⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 108, F. 68v.

Consideram ainda um argumento estético: a localização dos aloques prejudicava a vista que se conseguia obter no recentemente construído Passeio Público das Fontainhas. Os aloques e o Matadouro Público das Fontainhas, que abordaremos a seguir serão excluídos, por volta dos anos da abertura do Passeio Público, o que não nos parece coincidência, porque os maus cheiros e a poluição certamente afastariam os ilustres visitantes do recente jardim público.

3.5. Matadouro Público das Fontainhas

Manuel Félix Correia Maia, enquanto administrador dos açougues públicos, enviou, em 1792, um relatório ao procurador da cidade, Bento Gomes Delgado, abordando a situação precária do matadouro público, sito na Porta do Sol entre duas das torres das muralhas²⁹⁸. Segundo Manuel Félix Correia Maia, o matadouro público não tinha espaço suficiente para cumprir com a matança de 130-140 bois semanais e não tinha qualquer processo de higienização ou iluminação. Bento Gomes Delgado concordou com o administrador dos açougues públicos, porém, os únicos trabalhos que se propôs fazer, foram algumas alterações no edifício do matadouro, o que não resolveu nenhum dos problemas do antigo edifício.²⁹⁹ Por isso, durante a reunião da vereação do dia 6 de Fevereiro de 1796, desta vez na sua qualidade de vereador, Manuel Félix Correia Maia volta a abordar a situação precária do edifício e afirma ser importante a construção de um novo matadouro.³⁰⁰ O pedido foi aceite pela Coroa e a 13 de Setembro de 1796 foi divulgado o aviso da construção de um novo matadouro público da cidade que seria realizado sob a alçada de Francisco Almada e Mendonça.³⁰¹

A construção do novo edifício iniciou-se no ano de 1797 sobre a alçada de Francisco Almada e Mendonça no sítio das Fontainhas, entre a quinta da Fraga e a rua das Fontainhas, local onde anteriormente teriam existido alguns pelames³⁰². Seguindo

²⁹⁸ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 266.

²⁹⁹ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP , 1988. P. 268.

³⁰⁰ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), Livro 93 de vereações, F. 17-17v

³⁰¹ **Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988.** *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP , 1988. P 269.

³⁰² **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 267.

os princípios da construção da Casa da Pólvora, as Fontainhas foram o sítio selecionado por ser um lugar afastado da cidade onde os maus cheiros não iriam prejudicar a população citadina. O edifício foi alinhado por Teodoro de Sousa Maldonado e após a sua morte o projeto seria continuado por José Francisco da Paiva³⁰³. Num dos livros de Cofre da Câmara, de 1805, é possível encontrar um documento sobre os pagamentos feitos aos trabalhadores da construção do Matadouro nas Fontainhas, que permite avaliar a importância do investimento da obra. Em 1805, o Mestre Pedreiro do Matadouro das Fontainhas, residente no Carvalhido, Joaquim José Gonçalves, recebeu por 12 dias de trabalho um total de 4\$800 reis.³⁰⁴ De 5 a 17 de Agosto trabalhavam na construção do novo Matadouro das Fontainhas: 2 inspetores, 28 pedreiros, 17 montantes, 2 carpinteiros, 3 trolhas, 11 rapazes e 3 rondas cujo seriam os responsáveis por vigiar as obras. O primeiro inspetor recebia por dia 400 reis e o segundo inspetor 200 reis.³⁰⁵ Os pedreiros recebiam entre 230 a 250 reis por dia, os montantes recebiam por dia 240 a 260 reis, os rapazes recebiam entre 110 a 140 reis por dia, os rondas recebiam por dia 100 a 190 reis, o mestre carpinteiro, Manuel da Cruz recebia 400 reis por dia enquanto o outro carpinteiro Domingos José Moreira recebia 260 reis.³⁰⁶ Além destes trabalhadores, ainda existiam pagamentos extra como os 5 pagamentos da erva para o gado, num valor de 61\$080 reis, ou como os 6 pagamentos dos concertos dos baldes e canecos no valor de 27\$760 reis, e por último os 7 pagamentos de 6 barcas de pedra de cal à empresa de Guilherme Warre e C^a no valor de 72\$000. O custo de 12 dias de trabalhos saldou-se num total de 424\$232 reis.³⁰⁷

As obras foram terminadas em 1808, no entanto o novo matadouro nunca funcionou corretamente como veremos adiante³⁰⁸, quanto ao anterior edifício este ficou como armazém da casa Pia.³⁰⁹

³⁰³ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P 34.

³⁰⁴ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Cofre (1508-1898), livro 117 (1805), F. 51.

³⁰⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Cofre (1508-1898), livro 117 (1805), F. 79.

³⁰⁶ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Cofre (1508-1898), livro 117 (1805), F. 79.

³⁰⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Cofre (1508-1898), livro 117 (1805), F. 80.

³⁰⁸ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 267.

³⁰⁹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 72 (1796), F. 51.

4. A urbanização das Fontainhas no século

XIX

O Século XIX foi o século dourado da classe burguesa.³¹⁰ Uma parte dos elementos da burguesia, adeptos das ideias liberais, encontraram nestes valores, modos de construir comportamentos e fomentar atitudes que distingue esta sociedade das sociedades do anterior regime. Novas instruções e regras sobre comportamento começam a ser comentadas entre os membros de uma sociedade que se preocupa com as atitudes no seu seio familiar³¹¹. Um dos centros de atenção é a instrução feminina e a presença feminina em áreas que anteriormente pertenciam apenas ao mundo do homem.³¹² No Porto, a classe burguesa estava muito marcada por comerciantes e negociante ligados ao comércio do vinho. A dificuldade de adaptação industrial e os conflitos suscitados nos meios do comércio do vinho atrasaram o desenvolvimento urbanístico e arquitetónico do Porto³¹³. Em meados do século XIX, a situação muda com a intensificação do movimento da banca e a relação da mesma com o desenvolvimento industrial. Apesar de frequentados por outras classes, os passeios públicos foram durante o século XIX, um dos símbolos da burguesia não só portuguesa mas também europeia.³¹⁴ As Fontainhas receberão um Passeio Público e consequentemente este tipo de classe.

No próximo mapa (fig. 12) é possível observar uma planta desenhada sobre a planta de Augusto Gerardo Teles Ferreira, datada do ano de 1892. Durante o século XIX, as Fontainhas sofreram diversas modificações físicas., Além da mudança do matadouro para fora das Fontainhas, a zona recebeu inúmeras habitações, acolheu a fábrica de cerâmica do Carvalhinho, e orgulhou-se do Passeio Público das Fontainhas. Nos finais do século

³¹⁰ **Vasquinhas, Irene Maria. 1997.** Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. Introdução. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda. , 1997.P. 441.

³¹¹ **Cascão, Rui. 1997.** Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa . José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda. , 1997.P. 450.

³¹² **Cascão, Rui. 1997.** Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa . José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda. , 1997.P. 453.

³¹³ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 153.

³¹⁴ **Cascão, Rui. 1997.** Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa.. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda. , 1997.P. 449.

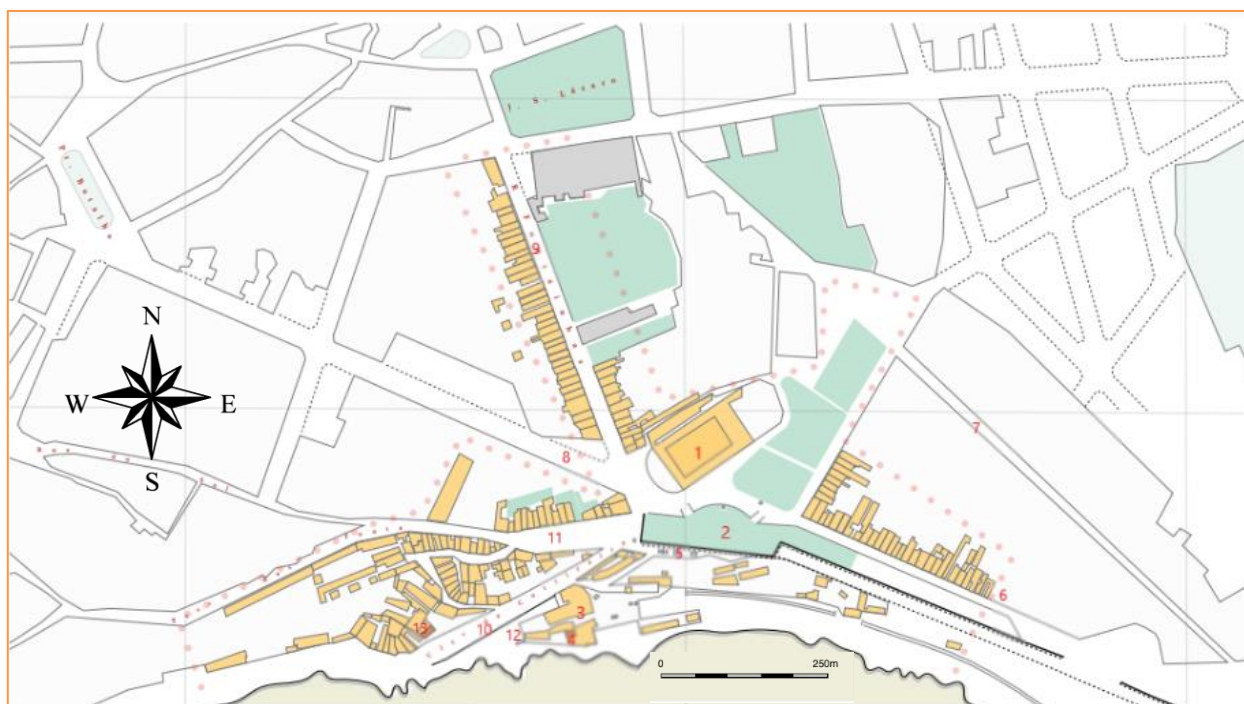
XVIII, os poucos habitantes da rua das Fontainhas, que se desenvolveu a partir de uma via anterior, a rua do Regato, veem o Senado interessar-se pelo espaço ao tomar a decisão de estabelecer regras para o espaço, determinando que havia uma largura de 30 palmos a que a rua tinha que obedecer. As habitações começaram a ser construídas dentro das regras da Câmara, e existe fiscalização por parte da Câmara, visível, por exemplo, na solicitação que faz, em 1820, para que se retire o entulho do pavimento da rua e que as casas sigam as medidas impostas no projeto da rua, elaborado em 1798.³¹⁵

Quanto à Rua Alexandre Herculano, antiga rua Nova da Batalha, o projeto para a abertura da rua foi aprovada em 1875. O plano especificava o abrimento de uma rua de 18 metros que ligaria a Praça da Batalha às Fontainhas.³¹⁶ É pois tardio o arruamento desta frente das Fontainhas. A ligação à cidade faz-se mais a sul, aproveitando a rua do Sol e o Passeio das Fontainhas. Todo o espaço entre a rua das Fontainhas e a futura rua Duque de Loulé, espaço onde haveria de crescer o Bairro Alexandre Herculano, permanece como espaço não urbanizado, ocupado em grande parte pela Quinta do Fragoeiro.

³¹⁵ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 371.

³¹⁶ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P.78.

Figura 12: Reconstituição Cartográfica das Fontainhas no século XIX



Fonte: Carta Topografica do Porto da Autoria de Augusto Gerardo Teles Ferreira, GoogleMaps, AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas do Porto, Planta Topografica da cidade do Porto de Augusto Gerardo Teles Ferreira de 1892, Documento Camarário (AHMP, Câmara Municipal do Porto. Vereações (1390-1926), livro 111 (1848) F. 77-78., AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 18 de Plantas de Casas (1855), F. 56-59., AHMP, Câmara Municipal do Porto. Recenseamento do Bairro de Santa Catarina: aboletamento (1833). Rua das Fontainhas, rua Welesley, Passeio das Fontainhas, Corticeira.

1. Antigo Matadouro/Calcetaria/Asilo de Mendicidade Portuense
2. Passeio Público das Fontainhas
3. Fábrica de cerâmica do Carvalhinho
4. Capela do Senhor do Carvalhinho
5. Tanques das Fontainhas
6. Travessa de S. Vítor
7. Rua de S. Vítor
8. Rua Alexandre Herculano
9. Rua das Fontainhas
10. Calçada da Corticeira
11. Passeio das Fontainhas
12. Tanque do Carvalhinho ou Corticeira
13. Ilha da Capela e capela.

LEGENDA

- limite da área estudada: 'Fontainhas'
- edificado na área das 'Fontainhas'
- edificado fora da área das 'Fontainhas'
- edifícios importantes (igrejas, muralha, etc.)
- espaço verde (quintas, jardins, etc.)
- arruamentos projectados
- veredas
- escarpa
- muro de regularização
- caminho-de-ferro
- nascentes; tanques

Nos inícios do século XIX, foi aberta a rua de São Vítor nos terrenos da antiga Quinta da Fraga. O nome deriva da pequena capela que era dedicada a São Victor, situada em tempos no final da rua Wellesley.³¹⁷ O lento prolongamento da rua transformou-a em um sítio afastado da cidade e principalmente do ilustre Passeio Público de São Lázaro. O sítio transformou-se em uma *colmeia* de habitações precárias e segundo a Câmara a demora da sua construção devia-se ao terreno acidentado.³¹⁸ Apesar de a Câmara aprovar dois projetos (1835 e 1857) para o prolongamento da Rua de São Vítor até S. Lázaro, apenas na década de 70 é que a rua foi construída e terminada.³¹⁹

4.1. Quinta do Carvalhinho

Em meados da década 20 do século XIX, antes do cerco do Porto, a propriedade da Quinta do Carvalhinho que como já referimos estava localizada no fundo da encosta das Fontainhas, pertencia a António Joaquim Soares, do qual pouco se sabe.³²⁰ Durante o Cerco do Porto, a capela e as suas habitações seriam usados para quartel da marinha de D. Pedro IV, em função da sua localização, já que os barcos da marinha podiam estar atracados neste ponto da margem do Douro, fora do alcance dos miguelistas.³²¹

Em 1840, o terreno da Quinta do Carvalhinho é alugado por Thomas Nunes da Cunha e António Monteiro Cantarino. A 13 de Novembro de 1841, os novos proprietários instalam-se na capela, nas arrecadações atrás da capela montam os fornos e os equipamentos necessários para produção de peças de cerâmica.³²² Em 1848, um depósito de louças situado na rua da Esperança associa-se à Fábrica do Carvalhinho, que em 1853 tem capital suficiente para finalmente comprar o terreno da Quinta do Carvalhinho e

³¹⁷ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P.43.

³¹⁸ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P 44.

³¹⁹ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 86.

³²⁰ **Machado, João Afonso. 1988.** *Tripeiro*. Porto : Associação Comercial do Porto, 1988, Vols. Nova - VII.P. 207-217.

³²¹ **Andrade, Monteiro de e Bastos, A. de Magalhães de. 1943.** *Plantas Antigas da Cidade: (Século XVIII e Primeira metade do século XIX)*. Porto : Câmara Municipal do Porto, 1943. P. 70.

³²² **Pereira, Hugo. 2007.** *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 3.

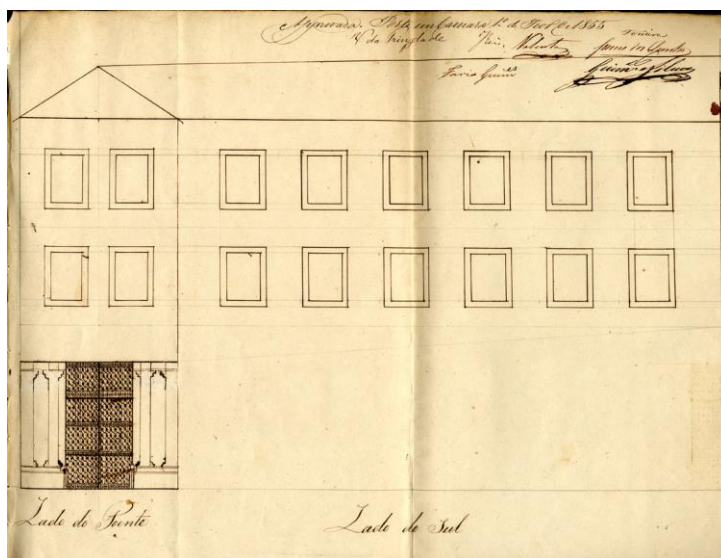
reconstruir a Capela do Senhor do Carvalhinho.³²³ De facto, existia uma inscrição na capela que dizia: “Reedificada em 1853 por seus proprietários Thomaz Nunes da Cunha e António Monteiro Cantarino.”³²⁴

A 13 de Dezembro de 1848, o nome da Fábrica do Carvalhinho aparece em uma vereação da Câmara do Porto, onde é dito que a mesma e outras fábricas depositam diversos entulhos nas margens do Rio Douro, o que provocava o arrastamento do entulho pelo rio e acaba por poluir as águas e provocar prejuízos em alguns barcos. Para resolver a situação o Senado da Câmara decide atribuir a responsabilidades aos juizes eleitos das freguesias, para que estes fiscalizassem a situação.³²⁵

Em 1855, os dois proprietários, solicitam à Câmara do Porto uma licença “Dizem Thomas da Cunha e António Cantarino proprietários de huma fábrica de louça, no sítio da Corticeira e quinta do Carvalhinho, freguesia de S. Nicolau, que sendo a sua fábrica e quinta fechada sobre si com hum pateo e portão de ferro, para mais comunidade fizeram dentro do portão e no pateo um grande barracão de madeira que hoje pretendem para maior estabilidade fazer de pedra, ellevando-a à altura da casa já feita e prolongando a até ao portão (...) seguindo o alinhamento do muro já feito ao prospeto antigo da casa, quanto à altura e fronteiraça, seguindo nas janellas a mesma proporção e distancia,

Figura 13: Planta do armazém da Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho

Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 18 de Plantas de Casas (1855), F. 58



³²³ **Pereira, Hugo.** 2007. *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Ação Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 3.

³²⁴ **Andrade, Monteiro de e Bastos, A. de Magalhães de.** 1943. *Plantas Antigas da Cidade: (Século XVIII e Primeira metade do século XIX)*. Porto : Câmara Municipal do Porto, 1943.P. 71.

³²⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 111 (1848) F. 77-78.

emforma que não vao edificar de nôvo (a) casa mas acrescentar a antiga, cujo obra e reparo lhes he absolutamente indispensável (...)”³²⁶

Junto com a licença, os suplicantes apresentam o desenho da casa que iriam reconstruir. Em resposta ao pedido a Câmara responde: *“Não pode haver dúvida em permitir a licença que pede Thomas Nunes da Cunha, por que a planta que apresenta é conforme com o resto da fachada da fábrica, e por que já lá existe um barracão de madeira, que melhor fica substituído pela nova fachada de pedra.*”³²⁷

Em 1860, na época da figura 14, Thomas Nunes da Cunha e a empresa requereram: *“Faço saber aos que este alvará virem que Thomas Nunes da Cunha e companhia requereu uma licença para conservar uma fábrica de louça ordinaria e de azulejo, denominada=do Carvalhinho=situada na margem direita do rio Douro, freguesia de Sam Nicolau, primeiro Bairro da Cidade do Porto; e considerando que este estabelecimento industrial é dos insalubres da segunda classe, que se podem fundar dentro das povoações conforme a tabella annexa ao Decreto de 3 de Outubro de 1860 (Diario número 229); e alterando a que é apropriado o local em que se acha fundada o dito estabelecimento e a que nenhuma opposição se movem, e outra a sua conservação dentro do prazo legal; e attendendo a que lhe são favoráveis as consultas do conselho da saúde pública do reino e da secção Administrativa do conselho d’estado;e usando das faculdades que me(...) concedo ao Thomas Nunes da Cunha e companhia a licença pedida(...)”*.³²⁸ Porém o alvará poderia ser invalidado se a fábrica não seguisse as regras das autoridades de saúde e policiais. Entre várias regras, o forno de louça era constituído por paredes com 4 metros de largura e 8 metros de altura, desde a base até ao fecho superior e a chaminé seria de três metros de altura. Além disso, o forno que era aquecido com carqueja só podia ser utilizado de manhã e era proibida a sua utilização ao domingo.³²⁹

³²⁶ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 18 de Plantas de Casas (1855), F. 56-59.

³²⁷ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 18 de Plantas de Casas, F. 57.

³²⁸ AHMP, Câmara municipal do Porto, séc. XIII-, livro de registo de Alvarás (1860) F. 4-5.

³²⁹ AHMP, Câmara municipal do Porto, séc. XIII-, livro de registo de Alvarás (1860) F. 4-5.

Figura 14: Fontainhas e Corticeira em 1860



Fonte: As Carquejeiras (Porto). Monumentos desaparecidos. [Online] 6 de Maio de 2015.

[acedido em: 25 de Agosto de 2018.] <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2015/05/as-carquejeiras-porto.html>.. A Calçada da Corticeira, e zona das Fontainhas, vistas de Vila Nova de Gaia, Por volta de 1860, Calótipo com autoria atribuída a Frederick William Flower.

Em 1869, Thomas Nunes da Cunha torna-se o único proprietário da empresa. Até então a fábrica ganhara algum prestígio no mundo dos azulejos, telhas, figuras para jardim e louça, sendo um dos seus clientes a Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Nicolau. Pelo seu crescente prestígio adotou o nome de *Fábrica de Louça e Azulejo do Carvalhinho*.³³⁰

Em 1878, a propriedade e a fábrica passam para o genro de Thomas Nunes da Cunha, João Camilo Castro Júnior. No ano anterior Thomas Nunes da Cunha havia

³³⁰ **Pereira, Hugo.** 2007. *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Ação Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 4.

solicitado à Câmara a construção de habitações e armazéns para a fábrica.³³¹ O prestígio da fábrica do Carvalhinho foi reconhecido com um diploma de mérito em faiança de 2ª classe, e na secção de azulejos durante a Exposição de Cerâmica da Sociedade de Instrução do Porto ocorrida no ano de 1882.³³²

Entre 1891 e 1894, quando João Camilo Castro Júnior passa a firma para António Neves Dias de Freitas, a fábrica começa a ser gerida pela firma “Castro Júnior e Dias de Freitas”. Nos finais do século XIX a fábrica foi assumida por António Nunes Dias de Freitas (filho de António Neves Dias de Freitas) e a firma passa a ser “A. N. Dias de Freitas & Filhos”, é nesta era que a Fábrica do Carvalhinho ganha um grande prestígio na cidade do Porto.³³³ A fábrica ampliou-se e as técnicas de produção inovaram na qualidade e na quantidade, sendo a primeira fábrica do Porto a produzir azulejos para o revestimento das paredes das casas. No ano de 1897, a fábrica volta a receber reconhecimento numa nova exposição, “Exposição Industrial Portuense”, onde ganha um novo diploma pela qualidade das suas peças de cerâmica.³³⁴

Nos inícios do século XX, a fábrica do Carvalhinho aumentou a sua produção ao fornecer as suas peças a vários pontos do país. Para responder ao aumento da procura, a firma A. N. Dias de Freitas & Filhos” decidiu mudar as instalações para Gaia (1923).³³⁵ Porém, as instalações da Quinta do Carvalhinho albergaram outras fábricas de cerâmica até aos anos 60 do século XX. As construções foram deixadas ao abandono. As ruínas da fábrica de cerâmica eram utilizadas como local de diversão das crianças das Fontainhas, enquanto as habitações dos operários foram ocupadas por diversas famílias pobres. Além

³³¹ **Pereira, Hugo. 2007.** *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 4.

³³² **Pereira, Hugo. 2007.** *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 4.

³³³ **Pereira, Hugo. 2007.** *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 5.

³³⁴ **Pereira, Hugo. 2007.** *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 6.

³³⁵ **Pereira, Hugo. 2007.** *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 7.

disso, uns dos salões da fábrica chegou a ser utilizado pela Associação Cultural das Fontainhas para a realização de bailes para os moradores das Fontainhas.³³⁶ Hoje, as ruínas permanecem sem qualquer propósito futuro.

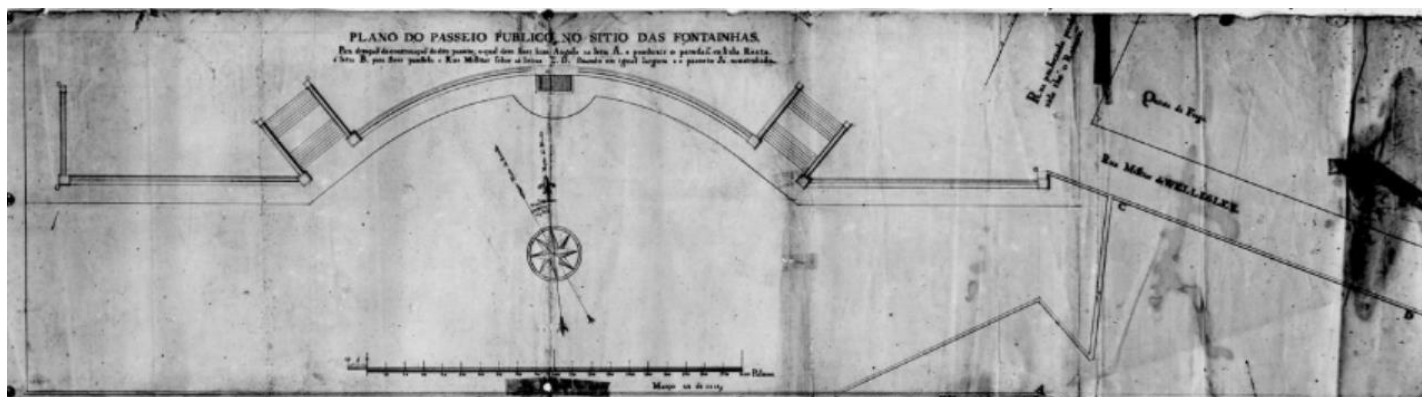
4.2. Passeio Público das Fontainhas

Como dito anteriormente, a Alameda das Fontainhas foi construída nos finais do século XVIII e embelezada nos inícios do século XIX. A alameda começou a ser local de predileção de muitos pelas suas vistas sobre o rio Douro. Na verdade, a paisagem vista a partir da Alameda parece ser importante para a cidade, a julgar pelos alertas que, em 1813, a Câmara emite, estabelecendo a proibição de construção de casas abaixo da Alameda, pois iriam tapar as vistas “*do dito passeio*”³³⁷

Mais tarde é desenhada outra planta, desta vez pelas mãos de José Francisco de Paiva, com a data de 28 de Março de 1815 (fig.15), onde é possível observar os limites da Alameda e ainda a designação Quinta da Fraga no canto superior esquerdo.

Tal como outros passeios públicos, a classe que mais usava estes sítios era a burguesia. Em uma carta datada do ano de 1831 dirigida ao Procurador da cidade do

Figura 15: Plano do Passeio público no sítio das Fontainhas



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas, Plano do Passeio público no sítio das Fontainhas de 28 de Março de 1815 (F-NP/CMP/7/3785)

³³⁶ As informações foram facultadas por dois habitantes das Fontainhas nascidos na década de 40 e 50. Senhor Libório, morador no bairro Pinheiro da Fonseca e senhora Augusta antiga moradora da Ilha da Pedreira e mais tarde moradora do bairro do Cantarino.

³³⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo antigo, vistorias, livros 4: (1813). F.35.

Porto, um autor desconhecido que intitula-se *um velho incógnito, mas aliás bem conhecido* explicou o quanto era importante o passeio público para a sua classe social. Ele inicia a carta dizendo que um passeio público é um espaço importante para as cidades e as que não possuem este lugar de encontro prejudicam as famílias de alto respeito: *“Aonde e como se hão de fazer as famílias accessíveis, domesticas e tratáveis? Aonde e como hão de aprender aquellas maneiras affaveis e agasalhadoras; adquirir aquele nobre desembaraço; ganhar aquella ar de politica e civilidade, que faz todo o encanto e belleza da sociedade entre pessoas de educação que so he capaz de ensinar o uso do mundo diário e variado? (...) Logo em consequência estamos na precisa necessidade de estabelecer, e deputar um lugar público, comodo e decente, onde as famílias de educação, livres de apontados inconvenientes, se possam frequentemente ver, conhecer, e tratar. A gente ordinária tem muitos logares, onde se possa desembaraçar, e tomar conhecimento do mundo; pois para me esquecer da sem cerimonia, e franqueza com que hum frequentao as casas dos outros, das tendas, barcos. Onde diariamente concorrem (...)”*³³⁸ Através desta carta é possível conhecer as diferenças sociais da época.. *“Mas a gente nobre e independente, creada com resguardo e recolhimento que não entra nas outras casas sem motivo e so debaixo de hum cerimonial mais ou menos rigoroso que vive absolutamente retirada da lida, trato, comércio do mando, sem ideas nenhuma do que nelle se passa, sem conhecimento das pessoas, e das cousas, sem ver, nem ser visto, como há de passear, fallar e discorrer? É ainda a nossa cidade está sem este centro de união das famílias. Ainda ellas vivem isoladas, esquivas e bravias. (...)”*³³⁹ Este indivíduo, provavelmente de classe alta, mas crítico dos costumes da nobreza de tempos anteriores, apresenta aqui as diferenças de vivência entre as famílias da nobreza não participante da vida comercial e industrial e as restantes famílias. A vida de resguardo e de cerimónias de uns tem como consequência, se não tiverem a oportunidade de se encontrarem com outras realidades, para lá das paredes de suas casas, o de perderem a oportunidade de se tornarem civilizadas. No outro oposto estão os que vivem no dia-a-dia pelas ruas das cidades, em trabalho, e a quem não é necessário ensinar lugares, atividades, pessoas. Este assunto

³³⁸ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 67 (1832), F. 206v.

³³⁹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 67 (1832), F.207.

sobre a necessidade de existência de um espaço para convívio de grupos da chamada “alta sociedade” não era algo de absurdo na época. A cidade havia tentado construir este espaço no Passeio das Virtudes, local que o autor descreve na carta como um local: “*de tamanho letargo, que inconsideração, que falta de senso na escolha do logar pequeníssimo em espaço estreito, curto e muito irregular na figura (...)*”³⁴⁰ Para o autor a escolha das Virtudes para o transformar num Passeio Público, foi uma escolha sem qualquer “estética” e apresenta o campo de S. Lázaro, ainda inacabado, como o local perfeito para um passeio público devido aos grupos sociais que habitavam nas redondezas, devido à proximidade da cidade e ainda devido ao seu espaço e arvoredo. O campo de São Lázaro, um local que em tempos recebia, semanalmente, a Feira dos Porcos, foi transformado num dos mais conceituados Passeios Públicos da cidade do Porto. As construções iniciaram-se em 1834, foi desenhado por João Batista Ribeiro que o desenhou inspirado nos jardins londrinos.³⁴¹ As obras foram finalizadas no ano 1841, além de possuir arvoredo e flores, o jardim público era rodeado por grades e portões que abriam e fechavam em horários estabelecidos.³⁴² A abertura do Passeio Público de São Lázaro influenciou a construção de outros Passeios Públicos.

Infelizmente, não foi encontrado nenhum documento ou informação sobre a data certa em que o Passeio Público das Fontainhas se transformou num sítio rodeado de grades como o Passeio Público de S. Lázaro. A figura 16 mostra o Passeio Público das Fontainhas foi transformado numa bateria de combate das forças liberais durante a guerra do Cerco do Porto. Na imagem abaixo é possível ver a encosta com o nome de Bat^a das Fontainhas e o quartel da marinha na capela do Senhor do Carvalhinho e a casa a esta anexa.

Sendo as Fontainhas um local estratégico, escolhido para colocar uma das baterias, ficou muito afetado com a guerra do Cerco. Na verdade, no aboletamento do bairro de Santa Catarina, datado de 1833, é possível ler sobre várias casas no passeio das

³⁴⁰ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 67 (1832), F.207v.

³⁴¹ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 46.

³⁴² **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 47.

Fontainhas que estavam arruinadas devido aos bombardeamentos.³⁴³ Tal como as casas, todo o espaço teve de ser submetido a reformas após a guerra. Uma das primeiras decisões urbanísticas depois da guerra foi a seguinte: *“deve-se acabar com o matadouro das Fontainhas, livrando o passeio e vizinhanças da contaminação pútrida das miasmas; o edifício depois de arranjado, poderá servir de quartel da guarda Municipal”*³⁴⁴.

Figura 16: Fontainhas representadas na Carta Topográfica das Linhas do Porto



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas, Carta topográfica das linhas do Porto no tempo do Cerco. (F-NP/CMP/7/3098)

Antes da existência de portões, já existira na Alameda um guarda que deveria zelar pelo espaço. Nos documentos surgem dois nomes: Nicolau Francisco da Costa e Manuel Paiva. Manuel Paiva fora substituído por Nicolau da Costa, em 1824, devido a enfermidade grave. A doença deveria ser grave porque Nicolau da Costa enviou uma carta à Câmara do Porto pedindo para ficar no lugar de Manuel Paiva, ao qual a Câmara respondeu: *“Não se me oferece dúvida alguma em que se nomear o supplicante para goarda do passeio das fontainhas, parte delle boas informações para principiar a servir*

³⁴³ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Recenseamento do Bairro de Santa Catarina: aboletamento(1833) Rua das Fontainhas, rua welesley, Passeio das Fontainhas, Corticeira.

³⁴⁴ Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002. P. 356.

e vencer o ordenado logo que o atual guarda Manuel Paiva faleça e ficando obrigado a todos os encargos e obrigações que tem o atual. Porto. 22 de Dezembro de 1824. (Assinatura)”³⁴⁵ Apesar de o espaço não ser limitado por grades e portões, nos anos 20 do século XIX o espaço já teria um guarda provavelmente para impedir as discussões normais que existiriam durante a lavagem das roupas, durante a retirada de água e para não danificarem o próprio espaço.

Em 1833, o Governo das Armas do Porto explicou que o guarda das Fontainhas podia auxiliar na solução de conflitos, mas não podia dar voz de prisão, visto que essa função pertencia à Comissão Municipal³⁴⁶, o que significa que existiriam alguns problemas nas funções e obrigações do guarda. Algo que foi provavelmente resolvido quando, em 1842, durante uma vereação são descritas as funções do guarda do Passeio das Fontainhas.³⁴⁷ É nesta vereação que fica explícita a existência de portões e grades: *“Cuidará na limpeza das ruas e passeio tanto de grades a dentro como fora, trazendo os sempre varridos e aceados diariamente, proibindo que dentro do passeio paste gado, seja que espécie for, e tendo a pretensão de que o arvoredado não seja prejudicado por animais que (...)”* Além disso, é também possível saber as horas de abertura e fecho: *“Será o Passeio aberto diariamente, Deveram (De verão) desde o nascer do sol até três horas depois do toque d’ Ave Maria. De fevereiro desde as 7 horas da manhã até 1 hora depois de Avé Marias. O verão é contado desde 1 de Abril até 30 de Setembro, e o Inverno desde 1 de Outubro até 31 de Março.”*³⁴⁸ A juntar a estas duas funções, o guarda deveria usar sempre uniforme, cuidar das árvores e ainda zelar pelo funcionamento dos tanques (Fig. 17): *“cuidará da limpeza e aceio do tanque da fonte lavando e varrendo todas as vezes que necessário for, igualmente cuidará da limpeza e aceio dos tanques das lavadeiras fazendo-os despejar todos os dias às Avé Marias para se encherem durante a noite.”* As grades e portões poderão ter sido construídos na década de 30 visto que em 1833, na sua obra *Edifícios do Porto em 1833*, Joaquim Cardoso Vitória Vila Nova desenhou a entrada do Passeio Público das Fontainhas e os Tanques.

³⁴⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 47 (1824), F. 372.

³⁴⁶ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 109 (1842), F. 29v.

³⁴⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 109 (1842), fl. 29v.

³⁴⁸ O toque d’Avé Maria era o toque realizado às 18 horas pelas igrejas.

Figura 17: Gravura dos Portões do Passeio e dos Tanques das Fontainhas



Fonte: BPMP, Vilanova, Joaquim Cardoso Vitória, Aspeto do interior do antigo Passeio das Fontainhas que daria origem, após alterações significativas, à atual Alameda das Fontainhas. Edifícios do Porto em 1833, 1833.P. 69.

O que atraía a população era o fato de ser um local arejado e de excelentes vistas sobre o rio Douro. Numa sociedade que se começava a preocupar com as questões higiénicas e de saúde pública, na qual algumas teorias relativas à circulação de ar puro tinham cada vez um número maior de ouvintes, os passeios públicos eram uma lufada de ar fresco para todos os grupos sociais. Devido à escassa informação sobre o funcionamento do passeio público das Fontainhas, procurei como funcionavam os outros jardins e seguindo a leitura do Professor Rui Cascão encontrei informações de funcionamento do Passeio Público do Rossio durante o século XIX³⁴⁹. O Rossio era

³⁴⁹ **Cascão, Rui. 1997.** Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda. , 1997.P. 456.

frequentado por todos as classes mas em dias diferentes, usualmente, à Quinta-Feira, o Rossio era frequentado pelas classes superiores enquanto que ao fim de semana seria frequentado pelas classes mais baixas. O autor indica-nos também o preço que os visitantes teriam de pagar nas entradas do portão: 240 reis em 1850.³⁵⁰ Provavelmente, no Passeio Público das Fontainhas o preço seria mais baixo – se é que existia – e a diferenciação de grupos sociais seria um pouco diferente, já que o contingente de membros dos grupos sociais superiores era bem menor do que na Corte.

Nos primeiros anos de existência, o Passeio Público das Fontainhas não foi muito concorrido por classes superiores, pela simples existência do Matadouro Público instalado no lado norte do Passeio. Os cheiros vindos do matadouro prejudicavam o desfrute da natureza que fazia parte essencial do passeio público. Além de serem um ponto de encontro, os passeios públicos eram procurados em função das sensações que ofereciam aos seus visitantes e do contacto com a natureza que permitiam. Repletos de árvores e de flores, os passeios ofereciam a possibilidade de percepção das realidades através de experiências sensoriais, sobretudo a nível do olfato como aromas e cheiros das flores, a nível da visão, com a percepção de diferentes tonalidades e ainda o tato.³⁵¹ Com o matadouro situado perto do Passeio Público das Fontainhas algumas destas experiências não decorriam de modo a alcançar uma harmonia, e daqui decorreu uma certa marginalização do espaço, até que em 1840, o matadouro público é transferido para o Carvalhido.

Mesmo com a existência de um gradeamento e de um guarda municipal o passeio público das Fontainhas parecia ser palco de diversos acontecimentos estranhos. Alguns deles foram encontrados nos livros de vereações do ano de 1847: *“Do juiz eleito da freguesia da Sé remetendo aparte que lhe fôra dada pelo zelador do Passeio das Fontainhas, que achava verdadeira, de terem sido lançados cavallos mortos junto aos tanques no mesmo passeio, e que são ali arrastados pelos soldados da cavallaria(...) deliberou-se quanto à primeira parte que se officiasse ao comandante da cavallaria para*

³⁵⁰ **Cascão, Rui. 1997.** Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa . José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa : Editoria Estampa, Lda. , 1997.P. 457.

³⁵¹ **Madureira, Helena. Pimenta, José Ramiro. 2012.** Natureza e cultura no Porto do século XIX Porto. *Revista Convergência Crítica*.: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS. Vols. I, Nº2. P. 73-89.

dar as providências afim de de(sic) evitar àquelle abuso.”³⁵² Algo que nos parece em contradição total com a noção de um jardim público parecia não causar problemas a algumas entidades. A situação parece ter sido resolvida no mesmo ano quando o capitão da mesma instituição confirmou em sessão da Câmara ter encontrado uma solução para estes comportamentos. Outra situação descrita na mesma fonte: *“Do zelador Guarda do passeio das Fontainhas participando que o destacamento da cavallaria nº 6 continuava a dar agoa aos cavallos no tanque da Fonte daquele Passeio. Resultarem commplicar o passeio e as árvores ali plantadas. Exmo Senhor presidente incumbiu-se de conferenciar com Senhor Conde de Casal para fazer cessar este abuso. (...)*”³⁵³ Em 1856 a situação não parecia apresentar melhorias, tal como é relatado num periódico da cidade, descrevendo a situação como degradante: *“O passeio das Fontainhas é por certo o primeiro do Porto, por ser uns dos pontos da cidade d’onde se disfructa um bello panorama, principalmente nas tardes de verão. Quasi todas as câmaras pouco tem curado do seu embelesamento e policia. Vê-se continuamente calvagaduras a beber, desordens entre as pessoas que vão à água e á dias vimos mais-duas jumentas a pastar! (...)esperamos que faça construir uma outra fonte no lado superior do passeio, para que os visitantes não sejam encommodados com a algazarra entre as pessoas que vão á água, e se possa ali manter a policia.*”³⁵⁴ Outras notícias e documentos da Câmara pedem mais proteção para o jardim público, chegando mesmo a solicitar outros guardas para zelar pelo funcionamento do passeio público³⁵⁵. A situação não parecia melhorar com o passar do tempo.

Contudo a realidade não é só marcada por estes problemas. Muita gente afluía ao jardim público para assistir a uma das romarias antigas da cidade, a de Santa Ana que ocorriam em Oliveira do Douro, nas Fontainhas era possível ver as barcas a subirem o rio: *“Passeio das Fontainhas - No próximo domingo (30 de julho) deve ser grande a concorrência a este passeio. Além de ser a romaria de Santa Anna, que todos os annos alli attrahe muito povo para gozar a vista dos romeiros, que atravessam o rio, vai, segundo nos consta, tocar neste lindo sítio uma das músicas dos corpos desta guarnição.*

³⁵² AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 111, F 5.

³⁵³ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 112, F 20.

³⁵⁴ BPMP – Jornal O Commercio, 1 de Fevereiro de 1856, Noticias Diversas.

³⁵⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Vereações (1390-1926), livro 112, F. 44.

As cadeiras do Asylo, que tem estado nestes dois últimos domingos no jardim de S. Lazaro, são alli collocadas neste dia”³⁵⁶; o mesmo jornal voltava ao assunto para relatar “*Teve hontem lugar a romaria de Santa Anna em Oliveira. Como todos os anos, a concorrência foi numerosíssima, porque o tempo convidava. Às Fontainhas afluio tanta gente a ver as immensas barcadas, que hiam pelo Douro acima, que não foram suficientes todas as cadeiras do asylo de mendicidade. Neste passeio público tocava a música de Infantaria 2.*”³⁵⁷ Tal como ocorria em outros passeios públicos, o passeio das Fontainhas por vezes recebia festas com fogo-de-artifício, bailes e recitais de músicas. Por vezes estas festas eram realizadas com um objetivo de solidariedade, sendo o dinheiro de entrada reunido para ajudar os mais necessitados como, por exemplo, as festas a favor dos mendigos do Asilo da Mendicidade.³⁵⁸

No final do século XIX, o jardim público voltaria a receber alterações, desta vez devido à construção da linha de comboio. No mapa de Telles Ferreira de 1892 é possível verificar como a Alameda das Fontainhas foi aumentada na sua extensão e como perdeu a parede do lado oriental para acompanhar a nova linha de comboio que ainda não estava representada no mapa de 1892 (Fig.18).³⁵⁹ Até à data do mapa o Passeio Público continuava rodeado de grades como podemos observar nas plantas abaixo (Fig. 18-19). No século XX, as grades serão destruídas tornando o Passeio Público na Alameda das Fontainhas.

O Passeio Público das Fontainhas chegou a ser ameaçado com a possível construção da estação central de comboios na cidade no local. Acabou por ser escolhido o convento de S. Bento da Avé Maria de como o sítio ideal.³⁶⁰

³⁵⁶ BPMP – Jornal A Concórdia 2ª Semana de 1854, 25 de Julho de 1854, Noticias Diversas.

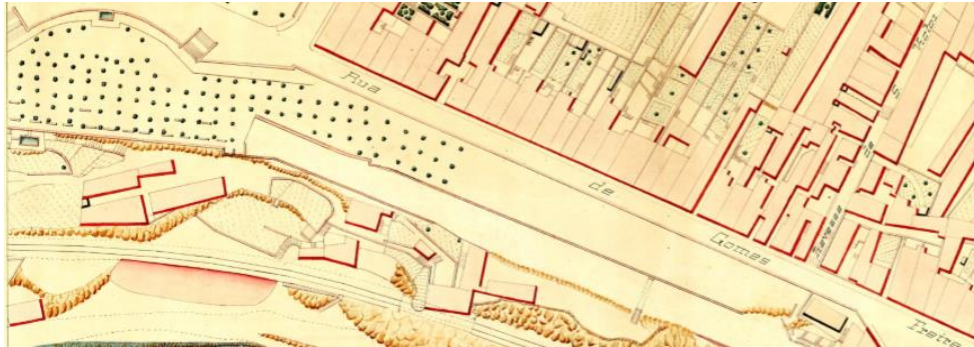
³⁵⁷ BPMP – Jornal A Concórdia 2ª Semana de 1854, 31 de Julho de 1854, Noticias Diversas.

³⁵⁸ Periódicos dos Pobres do Porto – 19 de Julho 1858, noticiais locais.

³⁵⁹ AMP, Câmara Municipal do Porto, Carta topográfica da cidade do Porto (1892), Quadricula 321.

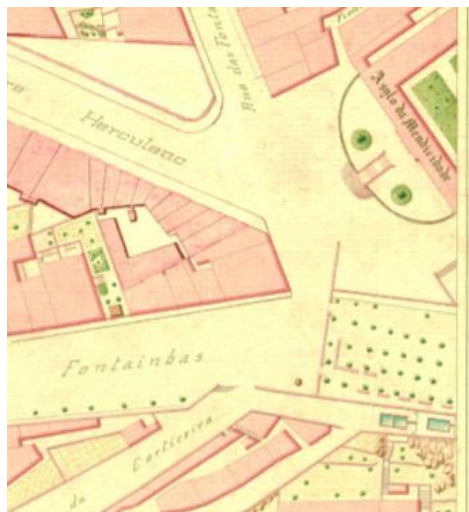
³⁶⁰ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007. Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900).** Porto : Edições Afrontamento, 2007. P. 63.

Figura 18: Passeio Público das Fontainhas representado no Mapa de Teles Ferreira



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas, Planta topográfica da cidade do Porto : [quadrícula 321] da autoria de Augusto Gerardo Teles Ferreira (D-CDT/A4-51(321) -)

Figura 19: Passeio das Fontainhas representado no mapa de Teles Ferreira



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas, Planta topográfica da cidade do Porto : [quadrícula 301] da autoria de Augusto Gerardo Teles Ferreira (D-CDT/A4-51(301) -)

O Passeio das Fontainhas tornou-se público a todos os que queriam admirar as vistas do rio Douro. Contudo a intervenção de fundo neste espaço no século XXI, com a construção da ponte do Infante desfigurou o Passeio. Até há algum tempo atrás aquilo que fora anteriormente um lugar de passeio e convívio é agora um misto de parque de estacionamento e de resquícios de um espaço público, cuja função não é clara.

4.3. Edifício do antigo Matadouro Público

Na década de 20 do século XIX, a Câmara decide que cada cabeça de gado que fosse executada no matadouro pagaria a taxa de 30 reis e por cada couro de boi salgado nas salgadeiras do edifício o valor também era de 30 reis. O dinheiro que recolhido destas imposições deveria ser usado pela Câmara para reparar o edifício que necessitava de urgentes reformas.³⁶¹

Em finais da década 30, a Câmara chega à conclusão que o matadouro situado nas Fontainhas necessitava de ser mudado para outra localização. Isto porque a cidade havia-se expandido e tinha sido construído um novo passeio público. Este local que permitia ir “gozar as vistas” e dar passeios era prejudicado pelos maus cheiros, que incomodavam os visitantes do passeio público.³⁶² Também são conhecidos algumas irregularidades cometidas pelos negociantes que usavam as instalações do edifício, o que tornava difícil para a câmara recolher as taxas para requalificar as instalações do matadouro. Além disso, já em 1823 em ofício dos almotacés estes *participam “terem feito citações de despejo á queles que tinham casas nos Matadouros ocupadas com salgadeiras, e o seu resultado, lembrando existirem em umas das casas depositados á muitos anos uns couros que convém remove-los e finalmente lembrando a necessidade de impor-se pena a quem salgar couros no Matadouro.”*³⁶³ No dia 15 de março de 1837 em edital camarário podem ler-se as seguintes regras: *“accordão que os carneiros não matem gado fora do matadouro publico pena de 6000 reis (...); accordão que apenas morto deve ser logo sangrado, limpo dos debulhos, pena de 2000 reis pagos da cadeia. Accordão que o lugar onde se matao bois e se pendurao o arroamento ande sempre mais limpos, por pena de 1000 reis. Accordao que nenhuma tripeira ou sua criada entre nelle senão sendo dia sahindo logo que anoutecer, pena de 6000 reis.”*³⁶⁴ Estas leis serviam para controlar o funcionamento dos matadouros e os espaços exteriores, especialmente o das Fontainhas. Além destas imposições também era proibido comer dentro das instalações, levar carnes

³⁶¹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 74 (1825), F. 336.

³⁶² **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 356.

³⁶³ AHMP, Junta de Obras Públicas, Sessão de Obras Públicas, livro 4 (1823), F. 117.

³⁶⁴ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 38 (1837), F. 47.

para a sua residência e foi solicitada a colocação um guarda que controlasse as saídas e entradas no edifício do Matadouro das Fontainhas.³⁶⁵ Ao analisar estas leis, chego à conclusão que o matadouro das Fontainhas necessitava de vigilância porque para além da falta de higiene, havia tráfico de produtos. Contudo a colocação de um guarda na entrada do matadouro não resolveu a situação e por isso o Senado da Câmara decide fechar o matadouro nas Fontainhas. Antes da Guerra do Cerco, o arquiteto Joaquim da Costa Lima ficou responsável por encontrar um local propício para albergar o novo matadouro público. Umas terras, pertencentes a António Rodrigues Nogueira, no Carvalhido, são escolhidas para albergar o novo Matadouro Público.³⁶⁶ Assim em 1840, finalmente o matadouro público é transferido para o Carvalhido e o edifício do Matadouro das Fontainhas permanece fechado por mais de 10 anos.

Nos anos seguintes o edifício permaneceu fechado devido às seguintes razões: Primeiramente, o edifício estava em mau estado e necessitado de obras, mas a demora da entrega das chaves do edifício por parte do administrador do 1º bairro parece ter atrasado o processo visto que apenas no ano de 1847 é que o Senado da Câmara recebeu as respetivas chaves.³⁶⁷ Em 1847, iniciam-se as reformas no edifício com materiais vindos de uma casa na rua de Camões. Esta casa havia sido requerida pelas autoridades responsáveis para a inspeção sanitária a mulheres prostitutas. Mas o Senado entende não poder ceder o edifício porque: *“(...)por ter de demolir-se o dito prédio e os mesmos materiais aproveitados para as obras que se andavam fazendo no edifício do antigo matadouro nas Fontainhas, a fim de serem para ali removidos os prezos da calcetaria, razão esta que já tinha sido ponderada á autoridade militar, e que tinha sido attendida fazendo remover do dito prédio a companhia dos sapadores que ali se achava aquartelada, não podendo também ter lugar a concessão do dito edifício do antigo matadouro nas Fontainhas pela razão já ponderada.”*³⁶⁸

Tal como está descrito no livro de vereações o edifício do antigo Matadouro das

³⁶⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 49 (1838), F. 510.

³⁶⁶ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 371.

³⁶⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, vereações (1390-1926), livro 111, F. 15.

³⁶⁸ AHMP, Câmara Municipal do Porto, vereações (1390-1926), livro 111, F. 56.

Fontainhas³⁶⁹ estaria a ser reconstruído para albergar os presos da calcetaria, os homens presos e condenados ao trabalho forçado nas ruas e estradas do Porto. Nos finais do século XVIII, as grandes cidades de Portugal atravessavam um momento de reestruturação urbanística e um dos grandes problemas era a falta de mão-de-obra para as obras.³⁷⁰ Os órfãos encontrados nas ruas eram um problema para a sociedade devido aos caminhos do crime que tomavam. Com o aumento do crime por parte dos vadios e vândalos, a rainha D. Maria I no decreto de 1789 declarou que os mendigos e os rapazes vadios deveriam ser educados em casa de correção e sentenciados para as obras públicas da cidade do Porto.³⁷¹ Inicia-se assim uma nova era no Porto, onde os vândalos e os mendigos são obrigados a trabalhar nas obras, enquanto são seguidos por uma administração própria e recebem salário por cada dia de trabalho que faziam.³⁷² De facto, a situação dos rapazes vadios nos finais do século XVIII e durante o século XIX parecia ser crítica. Segundo algumas atas da câmara, durante as décadas de 30 e 40 do século XIX são pedidas várias autorizações à direção administrativa da calcetaria para albergar diversos meninos órfãos que são encontrados “*quasi em completa nudez*”³⁷³ vadiando pelas ruas do Porto. Com a imensa quantidade de vadios era necessário um espaço para que os mesmos trabalhadores pudessem descansar, aprender, e no fundo viver. Segundo a professora Maria José Moutinho Santos na sua obra “A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804” foi neste contexto que Francisco Almada Mendonça realizou o projeto da construção da Casa Pia que irá acolher a Calcetaria. Primeiramente o edifício da Casa Pia serviu como Quartel das Partidas Avulsas e deveria funcionar como albergue dos militares da cavalaria e infantaria que todos os meses chegavam à cidade para resolver os seus assuntos administrativos.³⁷⁴ Com o quartel quase construído, a Câmara decide que o edifício podia ser utilizado para albergar outros, como os rapazes da Calcetaria. Francisco

³⁶⁹ AHMP, Junta de obras Públicas, Livro de Plantas (1855-1871) Matadouro das Fontainhas, F. 277.

³⁷⁰ Santos, Maria José Moutinho dos. 2001. A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804. *Revista da Faculdade de Letras, História*. III, 2001, Vol. 2.P. 129-144.

³⁷¹ Santos, Maria José Moutinho dos. 2001. A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804. *Revista da Faculdade de Letras, História*. III, 2001, Vol. 2. P. 133.

³⁷² Santos, Maria José Moutinho dos. 2001. A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804. *Revista da Faculdade de Letras, História*. III, 2001, Vol. 2. P. 133

³⁷³ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 63 (1845), F. 365.

³⁷⁴ Santos, Maria José Moutinho dos. 2001. A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804. *Revista da Faculdade de Letras, História*. III, 2001, Vol. 2. P. 132

Almada e Mendonça foi o principal influenciador do estudo dos rapazes da Calcetaria, acreditava que estes rapazes deveriam aprender a ler, escrever, desenhar e contar. Com a sua educação finalizada, estes rapazes receberiam uma espécie de recomendação e seriam enviados livres para os empregos que seriam mais apropriados para cada um deles. A parte inferior do Quartel das Partidas Avulsas fica requisitada para os calcetas.³⁷⁵ Apesar dos esforços de Francisco Almada e Mendonça, em 1803, a Casa Pia ainda não estava a funcionar e em 1814 a Câmara do Porto reclama em carta ao Príncipe Regente da situação de degradação em que o edifício se encontrava depois de receber tantas entidades.³⁷⁶

Em meados do século XIX, a calcetaria passa a ficar instalada no Aljube conforme se depreende do relato do administrador dos calcetas relata: “(...)no edifício do Aljube casa que serve de quartel ou cadeia dos sentenciados aos trabalhos públicos da calcetaria (...)torna-se necessário que a câmara proceda a arranjos rapidamente os mandar fazer.”³⁷⁷ No mesmo ano, o Governo Civil, solicitou o edifício do extinto matadouro nas Fontainhas, porque as obras que deveriam ser feitas no Aljube eram demasiado dispendiosas e por essa razão solicitavam um edifício com a mesma largura para albergar os calceteiros.³⁷⁸ As obras tiveram início no mesmo ano, o edifício do extinto matadouro sofreu as diversas alterações onde surgiram divisões para albergar os presos da calcetaria.

As figuras 20 e 21 foram retiradas do fundo da Câmara Municipal do Porto da série de Projetos sem seguimentos e duplicados, mas desconhece-se a sua data e o seu criador. A provável data será a década 40 do século XIX e demonstra as construções que deveriam ser feitas para albergar os presos da calcetaria. Além de refeitório, prisão e dormitórios, os calceteiros também contavam com uma capela e uma sala de aula na qual todos os domingos os rapazes da calcetaria assistiam às aulas.

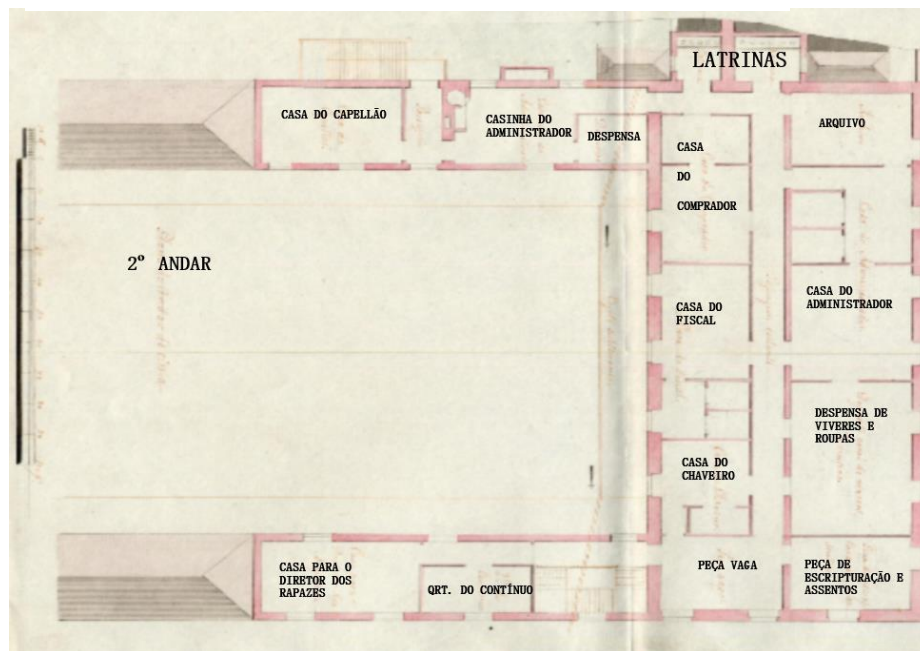
³⁷⁵ **Ribeiro, Lília Paula Teixeira. 2004.** *Edifícios públicos portuenses no desfecho do século XVIII : o Quartel do Segundo Regimento de Infantaria : a Real Casa Pia de correcção e educação e aquartelamento das partidas avulsas.* Porto : FLUP, 2004.P. 144.

³⁷⁶ **Ribeiro, Lília Paula Teixeira. 2004.** *Edifícios públicos portuenses no desfecho do século XVIII : o Quartel do Segundo Regimento de Infantaria : a Real Casa Pia de correcção e educação e aquartelamento das partidas avulsas.* Porto : FLUP, 2004.P. 148.

³⁷⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 64 (1846), F. 338.

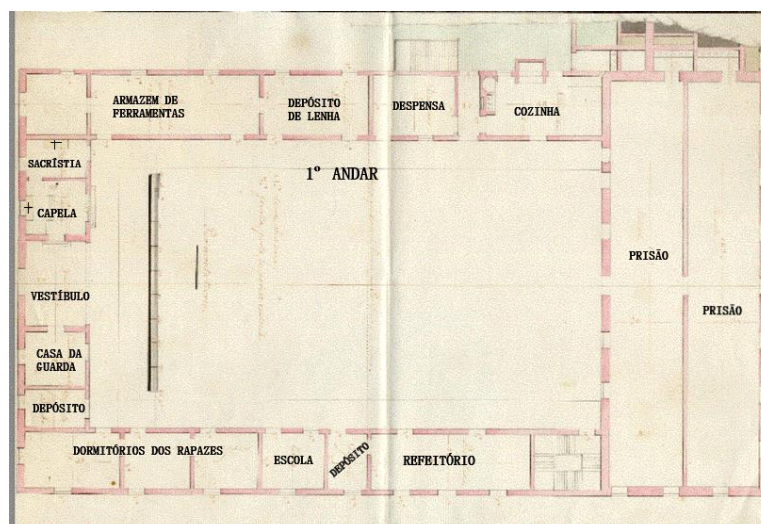
³⁷⁸ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 64 (1846), F. 389.

Figura 20: Edifício do Antigo Matadouro das Fontainhas



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas, [Edifício para a Administração da Calçetaria], 18?? (D-CDT/A2-52)

Figura 21: Edifício do Antigo Matadouro das Fontainhas (1)



Fonte: AHMP, Câmara Municipal do Porto, Plantas, [Edifício para a Administração da Calçetaria], 18?? (D-CDT/A2-52)

Devido às proporções do edifício do Matadouro das Fontainhas, no mesmo ano, a câmara recebeu outros pedidos para aquartelar outras entidades, entre elas um batalhão militar. Em 24 de Outubro de 1846, um decreto da Junta Suprema do Porto ordenou que se realizassem rapidamente obras no extinto matadouro das Fontainhas para nele se instalarem alguns corpos militares e os rapazes da calcetaria, sendo que as despesas das construções deveriam ser pagas pelo cofre municipal.³⁷⁹ No dia seguinte, o governo civil ordena que o edifício seja preparado de imediato para receber algumas forças populares que passavam na cidade nessa semana³⁸⁰. Em Janeiro de 1847 a Junta solicitou à Câmara a construção de uma hospedaria para albergar os militares que transitam para a cidade.³⁸¹ Em Maio do mesmo ano, o governo civil ordena que o edifício do Matadouro das Fontainhas seja posto ao dispor do comandante do 1º Batalhão Nacional.³⁸² Mas o edifício seria destinado a outros propósitos.

4.4. Asilo Portuense de Mendicidade

Segundo um relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade feito pelo provedor do Asilo no ano de 1876-1876, Rodrigo de Oliveira Guimarães, um indivíduo chamado João de Almeida Romariz, de Vila Nova de Gaia foi o responsável pela criação de um abrigo de mendigos no ano de 1835.³⁸³ Como presidente do Senado do Porto da altura, José da Silva Passos dedicou-se à ideia de João de Almeida Romariz e conseguiu que no ano de 1838, através de um decreto, a Rainha D. Maria II instaurasse na cidade o Asilo de Mendicidade Portuense³⁸⁴. Contudo, só no ano de 1846 assistimos à abertura de um Asilo sito na Casa das Aguas Férreas na freguesia de Cedofeita, antigo palacete dos Sousa e Melos.³⁸⁵ Após alguns anos sem local certo, finalmente o asilo instalou-se no antigo matadouro público, nas Fontainhas. Na verdade, o problema foi

³⁷⁹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 65 (1846), F. 419.

³⁸⁰ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 65 (1846), Livro 65 próprias, F. 420.

³⁸¹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 70 (1847), F. 136.

³⁸² AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 70 (1847), F. 169.

³⁸³ **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877*. Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901. P. 3.

³⁸⁴ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 65 (1846), F. 19.

³⁸⁵ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 65 (1846), F. 181.

comentado no dia 18 de Maio de 1840 na Câmara dos Pares e relatado no periódico dos Pobres: “*Se o Asylo da mendicidade foi mandado construir nos decretos de 18-05-1838, porque ainda não está presente no Porto?*”³⁸⁶. Haveria de se instalar em 1846 e esteve instalado no dito palacete até 1848 e após alguns anos sem local certo, finalmente no ano de 1854, o edifício do antigo matadouro, em resposta a uma solicitação do Governador Civil, foi cedido pela Câmara.³⁸⁷ Segundo o «Conselho Filial de Beneficência» o antigo edifício do Matadouro das Fontainhas oferecia as instalações necessárias para o funcionamento do Asilo Portuense de Mendicidade. Em 19 de Maio de 1854 aprova-se a utilização do edifício para o Asilo.³⁸⁸ A notícia chegou ao público no dia 31 de Maio de 1854, aquando o *Concórdia* noticiou: “*Asylo Portuense de Mendicidade – O conselho de distrito aprovou a concessão feita pela exma Câmara do edifício das Fontainhas para alli se estabelecer o Asylo de Mendicidade que occupa actualmente, em Monchique, uma casa de aluguer.*”³⁸⁹

A 27 de Julho de 1854, o jornal *Concórdia* noticiou o seguinte: “*Asylo de Mendicidade – A subscrição para as obras necessárias no edifício principal das Fontainhas, destinado para o Asylo Portuense da Mendicidade, feita pela junta de parochia do Olival do Concelho de Villa Nova de Gaya, rendeu 7:880 reis.*”³⁹⁰ e a 8 de Agosto do mesmo ano o mesmo jornal voltou a notificar que: “*Donativos- Contribuíram com 274\$500 reis para as obras do edifício das Fontainhas, para onde tem de ser transferido o Asylo da Mendicidade, os snrs. Guilherme Augusto Machado Pereira, Francisco Gonçalves d’Aguiar, José da Silva Passos, José Joaquim Pereira de Lima, e Manoel de Clamouse Browne, e com dez dúzias de madeira de castanho o snr. José Joaquim Pinto da Silva.*”³⁹¹ O que significa que o edifício voltou a receber obras depois da saída dos Calceteiros.

Desde a sua abertura, o Asilo da Mendicidade recebeu vários donativos não só da

³⁸⁶ BPMP – Periódico dos Pobres – 18 de Maio de 1840, Notícias da Câmara dos Pares.

³⁸⁷ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 84 (1854), F. 90

³⁸⁸ **Andrade, Monteiro de e Bastos, A. de Magalhães de. 1943.** *Plantas antigas da cidade: (século XVIII e Primeira metade do século XIX)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1943. P. 114.

³⁸⁹ BPMP – A *Concórdia*, 31 de Maio de 1854, Notícias Diversas.

³⁹⁰ BPMP – Jornal A *Concórdia* 2ª Semana de 1854, 27 de Julho de 1854, Notícias Diversas.

³⁹¹ BPMP – Jornal A *Concórdia* 2ª Semana de 1854, 7 de Agosto de 1854, Notícias Diversas.

população da cidade, mas também portugueses residentes no Brasil.³⁹² Alguns dos benfeitores da cidade foram o Barão de Torcato, o Barão de Santos, o Visconde Pereira Machado, Manuel Pinto da Fonseca, Manuel da Rocha, Dona Maria Miquelina, José Pinto Leite, etc.³⁹³ Donativos que ajudaram nos restauros do palacete de Nova Cintra e também mais tarde no edifício do antigo Matadouro do Porto.³⁹⁴ Além dos donativos, os administradores do asilo procuravam outros valores, assim em 13 de Julho de 1854, o Conselho Filial de Beneficência encontrou uma forma de conseguirem donativos nos Passeio Públicos e Praças da cidade. Consistia no aluguer de cadeiras do Asilo por parte dos visitantes dos lugares que ao usarem as cadeiras dariam esmola aos mais necessitados.³⁹⁵ De fato, o *Concórdia* notícia a 2 de Agosto de 1854: “*Cadeiras do Asylo – No Domingo (30 de Julho) renderam as cadeiras collocadas no passeio das fontainhas, 13\$930 reis.*”³⁹⁶ No dia seguinte alerta o jornal para a mudança das cadeiras para a praça de D. Pedro. “*Cadeiras do Asylo – Como no próximo domingo à noite há-de haver iluminação no jardim de S. Lázaro consta-nos que nesse dia de tarde, estarão na praça de D. Pedro as cadeiras, que costumavam estar naquele jardim, e bem como a música correspondente. E’ provável que haja muita concorrência, por o lugar da reunião ser mais central, e até por ser uma novidade.*”³⁹⁷ Além das cadeiras, a própria iluminação de S. Lazaro seria um evento social e cultural, mas também um meio para arrecadar dinheiro para o Asilo: “*Iluminação – Concorreram com a quantia de 38\$500 reis para a iluminação que teve lugar no dia 31 de julho último no jardim de S. Lazaro em favor do Asylo de Mendicidade, os snrs. Antonio José Antunes Navarro, Manoel de Clamouse Browne, Guilherme Augusto Machado Pereira, José da Silva Passos, Francisco Gonçalves de Aguiar, João Baptista de Macedo, José Joaquim Pinto da Silva, e José*

³⁹² **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877.* Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901.P.5.

³⁹³ **Coelho, Aires Cruz. 2014.** *Subsídio para o estudo do Asilo Portuense da Mendicidade.* Matosinhos : Reiform - Artes Gráficas, 2014.P.45.

³⁹⁴ **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877.* Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901. P.4-5

³⁹⁵ **Coelho, Aires Cruz. 2014.** *Subsídio para o estudo do Asilo Portuense da Mendicidade.* Matosinhos : Reiform - Artes Gráficas, 2014.P. 47.

³⁹⁶ BPMP – Jornal A Concórdia 2ª Semana de 1854, 2 de Agosto de 1854, Noticias Diversas.

³⁹⁷ BPMP – Jornal A Concórdia 2ª Semana de 1854, 3 de Agosto de 1854, Noticias Diversas.

Joaquim Pereira de Lima. ”³⁹⁸ Também *O Comércio do Porto* noticia, em 1856, uma noite de iluminação em São Lazaro: “*Iluminação do Jardim – Hontem foi o terceiro e último dia de iluminação no jardim de São Lazaro a favor do Asylo de Mendicidade (...) Pela ultima vez ainda appareceu o jardim circundado de lona, para que vistas profanas não pudessem penetrar através d’aquelle santuário onde tudo o que havia a ver era já muito conhecido. E na verdade bem censurável que se quizesse vedar a vista àquelles que não tinham oito vinténs para dar ao Asylo de Mendicidade. Nessa noite produziram as entradas 15\$000 reis.*”³⁹⁹

O relatório do Asilo de Mendicidade explica que os donativos auxiliaram as reformas interiores dos edifícios, onde em 1877, a instituição contava com 300 camas, sendo que 273 camas de ferro e as restantes ainda de madeira.⁴⁰⁰ Quanto às roupas dos mendigos do asilo e das camas são tecidas pelas próprias mendigas, ou seja, a administração havia achado por bem empregar as mendigas no asilo nesta função.⁴⁰¹ Em 30 de Junho 1876, data de um dos relatórios, o Asilo da Mendicidade do Porto contava com 93 homens e 127 mulheres e, exatamente um ano depois contava já com 106 homens e 126 mulheres.⁴⁰² Durante esse ano, o orçamento foi de 8:820\$070 e o asilo alcançou os 13:211\$317 de receita própria, porém a despesa do Asilo rondou o mesmo valor da receita, significando portanto que o Asilo não possuía valores necessários para ajudar os mais necessitados.⁴⁰³ Entre as diversas despesas, o Tesoureiro da altura, Thomaz Joaquim da Silva apresenta, os ordenados do pessoal, o custo dos alimentos, das lavagens das roupas, do custo do barbeiro, das obras de manutenção do asilo, o custo de mobiliário e ainda a contribuição que tinham de pagar para receberem os legados de vários benfeitores.⁴⁰⁴ Além de que muitos desses mendigos tinham ainda necessidades especiais

³⁹⁸ BPMP – Jornal A Concórdia 2ª Semana de 1854, 8 de Agosto de 1854, Noticias Diversas.

³⁹⁹ BPMP – Jornal O Commercio, 23 de Junho de 1856, Noticias Diversas.

⁴⁰⁰ **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877.* Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901.P. 6

⁴⁰¹ **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877.* Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901. P.6.

⁴⁰² **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877.* Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901.P. 8.

⁴⁰³ **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877.* Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901.P.9

⁴⁰⁴ **Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901.** *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877.* Porto : Typ. de Manoel José Pereira, 1901. P.14-15.

como uma ata do conselho declara: “*João Guedes de idade de 81 anos cego e surdo e sem família; senhora chamada Rosa que dormia em um carro (carroça); Maria Luisa de 14 anos e aleijada, no entanto os seus pais não aceitaram a sua entrada no asilo prometendo que ela não continuaria a mendigar nas ruas; José de Oliveira, viúvo de 69 anos de idade foi advertido que não podia mendigar sem licença;(...*”⁴⁰⁵

Quem administrava o edifício e outros estabelecimentos de mendicidade como o Asilo dos Pobres inválidos e órfãos era um conjunto de doze administradores que eram escolhidos pelo Conselho Geral da Beneficência.⁴⁰⁶ Cada edifício teria um diretor que reuniam-se uma vez por mês para abordar as contas mensais em conjunto com o provedor.⁴⁰⁷

No século XX, o edifício das Fontainhas continuará a ser conhecido como Asilo das Fontainhas, porém, no ano de 1952, segundo uma lei do Ministério da Saúde e Assistência, todos os asilos deverão usar novas designações e por isso o Asilo Portuense da Mendicidade passa a intitular-se de Lar Residencial das Fontainhas.⁴⁰⁸ Infelizmente, tal como outros locais das Fontainhas, atualmente o edifício histórico do Matadouro Público e posteriormente do Asilo Portuense de Mendicidade encontra-se à venda e em vias de destruição.

4.5. Habitações

Há vestígios documentais de habitações em períodos recuados nas Fontainhas, contudo, no século XIX ocorre um desenvolvimento da área e iniciam-se construções de habitações diferentes das quintas que aí existiram por vários séculos. Durante os tempos medievais e modernos, os habitantes das Fontainhas, espaço rural e agrícola, estavam ligados quer aos agricultores, quer a grupos sociais proprietários da terra e que habitavam nas suas quintas. Neste capítulo irei analisar os diferentes tipos de habitação que foram

⁴⁰⁵ ADP, Governo Civil do Porto 1611-11-10/2013-12-31, Assistência e Saúde Pública 1834-07-15/2006-12-31, Instituições de Assistência_1840-07-02/2006-12-31, _Atas das sessões_1856-06-10/1918-01-28, _Actas_1856-06-10: F.1.

⁴⁰⁶ **Coelho, Aires Cruz. 2014.** *Subsídio para o estudo do Asilo Portuense da Mendicidade.* Matosinhos : Reiform - Artes Gráficas, 2014.P. 47.

⁴⁰⁷ **Coelho, Aires Cruz. 2014.** *Subsídio para o estudo do Asilo Portuense da Mendicidade.* Matosinhos : Reiform - Artes Gráficas, 2014.P. 47

⁴⁰⁸ **Coelho, Aires Cruz. 2014.** *Subsídio para o estudo do Asilo Portuense da Mendicidade.* Matosinhos : Reiform - Artes Gráficas, 2014.P.50.

construídos nas Fontainhas, desde edifícios singulares até às típicas ilhas do Porto, incentivadas pelo desenvolvimento da industrialização. Nos finais do século XIX, a cidade do Porto expandira a suas fronteiras para fora das muralhas o que provocou, como já vimos anteriormente, o urbanismo de certos locais fora das muralhas. Este ato levou à construção de habitações nesses locais, tal como nas Fontainhas. Uma das primeiras notícias de casas no sítio das Fontainhas é datado de 1739: “*Auto de vistoria em umas das casas que Theodorio Stembrer andava edificando no dito sitio, e terreno que o dito autoado declarou ser pretença do seu prazo. Foi-lhe determinado que apesentasse uns títulos ou prazo no primeiro dia de vereação, para se lhe fazer exame na mediação.*”⁴⁰⁹ Um dos problemas da época era a falta de fiscalização dos terrenos na administração da cidade.⁴¹⁰

Quase todas as habitações construídas nos inícios e até meados do século XIX nas Fontainhas seguiam uma arquitetura nova de estilo burguês⁴¹¹ onde o que se procurava era o conforto. Inspirando-se nas casas nascidas do tempo dos Almadas e na comunidade inglesa, estas habitações normalmente prolongavam-se por jardins, pomares, ou hortas nas traseiras.⁴¹² Eram prédios de um máximo de três andares, onde as medidas das janelas variavam entre 1.1m a 1.2m e as portas de entrada eram estreitas.⁴¹³ Alberto Pimental, escreveu na sua obra *O Porto por fora e por dentro* o seguinte sobre a casa portuense: “*é independente, confortável, clara, arejada, tem o seu quintalinho com as suas roseiras, os seus alecrins, os seus lilases. Das janelas que dão para o quintal vê-se através das taboinhas (...) do arvoredado, florescer sobre elle a mão da primavera. (...) A luz dos aposentos, coada pelo arvoredado e pelas taboinhas, (...)*”⁴¹⁴

Segundo as palavras de Alberto Pimentel, os novos arquitetos do século XIX procuravam não só conforto, mas também um local que fosse iluminando e arejado, talvez

⁴⁰⁹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Autos de Vistoria, Livro 2 de Vistorias. F. 6.

⁴¹⁰ **Nonell, Anni Günther. 2002.** *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.P. 121.

⁴¹¹ **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.P. 182.

⁴¹² **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.P. 171.

⁴¹³ **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999. P.174.

⁴¹⁴ **Cruz, Maria Antonieta. 1994.** *Os Burgueses do Porto.* Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1994. P. 360.

devido à preocupação com a higiene. É a pensar na questão da saúde e no planeamento que os arquitetos da habitação passam a cozinha para as traseiras da habitação e no primeiro piso, onde estaria perto do jardim, assim seria mais fácil evitar os fumos que o carvão e a madeira provocavam enquanto se cozinhava. Inicia-se assim uma hierarquização funcional onde cada divisão teria um propósito específico e um local para esse mesmo propósito. Por exemplo, as habitações poderiam também usufruir de uma cave que seria destinada a arrecadação e a guardar os produtos e objetos de limpeza. Outro exemplo é a Sala de Estar começar a ser localizada perto da porta de entrada na casa, evitando que os visitantes penetrassem na parte íntima da casa, este espaço serve também para a atividade social de receber outras pessoas em casa.⁴¹⁵ Os quartos começam a ser localizados no último piso e os quartos dos criados no sótão. Todas estas divisões poderiam ser ligadas por corredores, para aceder aos diferentes pisos por escadas. Escadas de dois lanços e colocadas ou na parte central do edifício ou num dos lados.⁴¹⁶ As escadas e o interior da casa seriam iluminados por uma claraboia imponente, fazendo justiça às palavras de Alberto Pimentel sobre o gosto de iluminação clara dentro das casas portuenses. Casas, que segundo a professora Maria Antonieta Cruz: “(...) Pertenceram a negociantes, proprietários, capitalistas e retalhistas, mais excecionalmente também a alguns lavradores, empregados de escritório, donos de oficinas, profissionais liberais e ou outro elemento do clero.”⁴¹⁷ A autora também pesquisou as informações sobre os interiores das casas, nos inventários orfanológicos. Assim, por exemplo, num prédio de três andares, pertencente a um negociante que havia falecido em 1880, no primeiro andar existiam: uma sala de estar, uma sala de espera, um escritório, uma cozinha e uma copa; no segundo andar, encontravam-se dois quartos, um quarto com banheira, outro escritório, uma sala de estar com mesa de jogos; no último piso encontrava-se um quarto santuário e ainda um quarto que seria destinado aos trabalhadores da casa.⁴¹⁸ É óbvio que este exemplo dado é de uma casa cuja família teria uma fortuna considerável e é certo

⁴¹⁵ **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999. P.173.

⁴¹⁶ **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999. P173.

⁴¹⁷ **Cruz, Maria Antonieta. 1994.** *Os Burgueses do Porto*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1994.P.371.

⁴¹⁸ **Cruz, Maria Antonieta. 1994.** *Os Burgueses do Porto*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1994.P. 375.

que nas Fontainhas entre todas as habitações existiam algumas com este carácter burguês, mas a maior parte seriam casas mais modestas que durante a segunda metade do século XIX foram aumentando os andares. Estas casas mais modestas, poderiam ser constituídas apenas com um piso, mas tal como as casas mais luxosas seriam construídas em granito devido à abundância desta matéria-prima na cidade do Porto. Além disso, também tinham duas frentes e pequenos espaços de hortas ou jardim nas traseiras.⁴¹⁹ As janelas com medidas mais pequenas que as acima descritas, ocupavam grande parte da fachada. Estas casas eram propriedades normalmente de donos de pequenas oficinas.

Com um carácter unifamiliar, relembra-se que a burguesia por vezes fazia negócio imobiliário com estas construções, logo que estavam construídas, vendiam-nas ou alugavam. Por vezes, algumas das casas eram alteradas para receber no rés-de-chão um negócio e no primeiro piso o escritório do negócio.⁴²⁰ A família que possuísse uma casa apresentava a imagem de riqueza ou de uma existência de poupança feita ao longo dos anos. Assim, a burguesia portuense pretendia não só habitar a casa mas construir para investir e receber rendimentos pelas mesmas.⁴²¹

Segundo a minha pesquisa (ANEXO), uma das primeiras licenças para a construção de um prédio na Rua das Fontainhas é requerida por João Coelho de Sousa, no ano de 1822.⁴²² No mesmo ano, José Francisco Pereira solicitou a licença para reformar a sua casa situada no Passeio das Fontainhas.⁴²³ Ainda no mesmo ano Manuel Coelho Sampaio pediu licença para construir um prédio no sítio da Corticeira.⁴²⁴ Em 1824, Atanásio de Sousa Lobo, escrivão de profissão, solicitou licença para a construção de um prédio na Rua das Fontainhas o qual foi aceite e recebeu o número de polícia 8 a 9.⁴²⁵ Três anos mais tarde é a vez de Manuel Barbosa, fabricante, solicitar uma licença à Câmara para a construção de um prédio na Rua das Fontainhas que se numerou de 34E-34F.⁴²⁶ Dois anos mais tarde Raimundo José Caetano pediu também licença para construir

⁴¹⁹ **Cruz, Maria Antonieta. 1994.** *Os Burgueses do Porto*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1994.P.370.

⁴²⁰ **Cruz, Maria Antonieta. 1994.** *Os Burgueses do Porto*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1994.P. 362.

⁴²¹ **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.P. 180-181.

⁴²² AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1822) F. 336.

⁴²³ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1822) F. 304.

⁴²⁴ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1822) F. 282.

⁴²⁵ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1827) F. 337.

⁴²⁶ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1827) F. 340.

um prédio número 24 a 27 na Rua das Fontainhas.⁴²⁷ No ano de 1830 Bartolomeu Gomes, cortador de peles, pediu licença à Câmara para construir um prédio no Passeio das Fontainhas, com o número 20 a 26.⁴²⁸ Dois anos mais tarde, Luís António de Andrade solicitou também uma licença para a edificação de um prédio na Rua das Fontainhas.⁴²⁹

Nos anos 30, o Porto sofria com uma guerra civil. Eram precisos espaços para aquartelar os combatentes e por isso é efetuado um aboletamento dos Bairros do Porto. As Fontainhas entraram na contagem inseridas no Bairro de Santa Catarina. Em 1833, existiam na Rua das Fontainhas aproximadamente 25 casas, aproximadamente porque existia uma “ilha de pobres” sobre a qual não é facultada informação de maior precisão. Nas informações aparecem os nomes de proprietários como Atanásio de Sousa Lobo, Bartolomeu Gomes e Manuel Barbosa.

No Passeio das Fontainhas existiam apenas 6 casas, sendo que 3 delas se encontravam desabitadas. Um dos proprietários das casas é Bartolomeu Gomes que já foi referido anteriormente.

Na Rua Wellesley ou Gomes Freire existiam 23 casas, sendo que 4 delas eram “ilhas de pobres”. Alguns dos proprietários das 23 casas são Manuel Pinto Gancho e José Pinto. Por fim na Corticeira, existiam 15 casas, cuja localização não consegui decifrar porque os produtores não identificam se é na Rampa ou na Rua da Corticeira.⁴³⁰

Através da Planta de W.B. Clarke (fig.22) é possível verificar que algum dos dados do aboletamento. Quanto à rua Wellesley é possível que existissem mais casas, porém a planta não mostra a rua em todo o seu comprimento. A dúvida centra-se na Corticeira, será que todas as casas foram representadas na planta ou será que as casas que o aboletamento refere são casas de pequenas dimensões? É certo que a Corticeira prolongava-se um pouco mais pela marginal do rio, mas o facto é que na planta faltam algumas representações das Fontainhas como os tanques, a fonte das Fontainhas e o gradeamento do Passeio Público. É bem provável que estejam a faltar na planta algumas casas na escarpa das Fontainhas.

⁴²⁷ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1829) F. 339.

⁴²⁸ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1830) F. 335.

⁴²⁹ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 1 de Plantas de Casas (1832) F. 312.

⁴³⁰ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Recenseamento do Bairro de Santa Catarina: Aboletamento (1833), Rua Das Fontainhas, Rua Wellesley, Corticeira e Passeio das Fontinhas.

Figura 22: Fontainhas representadas na Planta do Porto da autoria de W.B. Clarke



Fonte: 2010. Mapas Antigos da cidade do Porto(1809-1903). *Monumentos desaparecidos* . [Online] 7 de Fevereiro de 2010. [Citação: 22 de Agosto de 2018.] <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2010/02/mapas-antigos-da-cidade-do-porto-1809.html>. Planta de W.B. Clarke, 1833

As construções de casas continuaram, e em 1843, uma proprietária Helena Joaquina Pereira Saraiva solicita à Câmara autorização para construir um prédio no Passeio das Fontainhas⁴³¹. No ano anterior a Santa Casa da Misericórdia havia pedido o seguinte à Câmara: “*Pretendem edificar obra (prédio) na rua das Fontainhas contiguo ao muro da cerca do recolhimento e junto ao hospital de lázaros*”⁴³², hospital que atualmente tem a função de um lar de idosos na rua das Fontainhas.

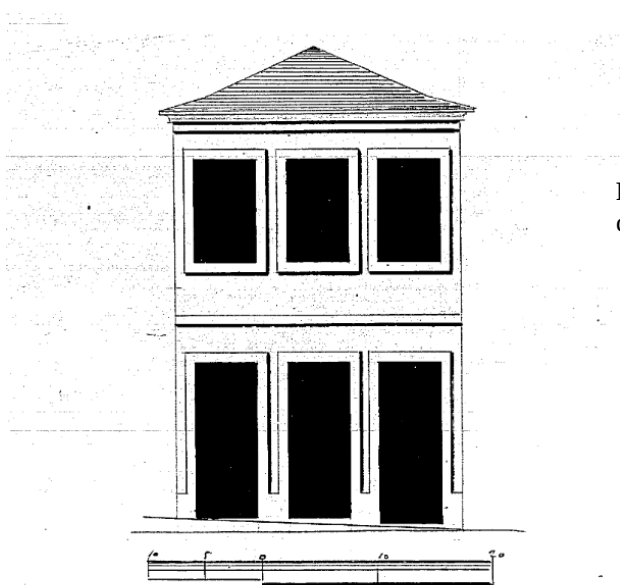
Em 1845, surge nas licenças o nome de Manuel da Rocha. De facto, Manuel da Rocha irá investir nas Fontainhas durante toda a sua vida. No arquivo municipal existem 18 licenças em seu nome e todas elas foram solicitadas para obter a autorização para construir na zona das Fontainhas. Segundo o seu testamento, Manuel da Rocha nasceu a

⁴³¹ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 7 de Plantas de Casas (1843) F. 135-136.

⁴³² AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 6 de Plantas de Casas (1842) F. 15-16.

7 de Setembro de 1817⁴³³, é oriundo da freguesia de São Miguel de Matos, do concelho de Arouca do distrito de Aveiro. Em 1841, casou no concelho de Paredes com Maria Dias⁴³⁴. Segundo o seu registo de casamento em 1841, Manuel da Rocha vivia na rua das Fontainhas da freguesia de Santo Ildefonso. A primeira licença é datada do ano de 1846, onde solicitou licença para construir um prédio na Rua das Fontainhas: *"Diz Manuel Rocha desta cidade e morador junto aos antigos matadouros sitos na rua das Fontainhas(...) terra que tomou de emprazamento a Misericórdia (...) construir no*

Figura 23: Casa de Manuel da Rocha da licença de 1846



Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 7 de Plantas de Casas (1843) F. 136.

*mesmo terreno uma casa como forma de alinhamento da mesma rua."*⁴³⁵

A seguinte licença é datada do ano de 1853 e consiste no pedido de licença para construir um cano por baixo do Passeio das Fontainhas num dos seus terrenos *"donde se achao feitas treze barracas, e dentro de huma dellas sai hum cano das vertentes da rua o qual cauza gravíssimo prejuízo ao suplicante e por isso pretende que a Illus. Câmara lhe conceda licença de fazer encanar à sua custa(...)"*⁴³⁶

⁴³³ ADAVR, Paróquias, Paróquia de São Miguel do Mato (1656-1911), Registo de Batismos (1656-1911), Batismos (1813-1837), F. 18v.

⁴³⁴ ADP, Paróquias, Paróquia de Vandoma (1587-1911), Registo de Casamento (1588-1911), Registo de Casamentos (1830-1846) F. 90.

⁴³⁵ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 9 de Plantas de Casas (1845) F. 235-236.

⁴³⁶ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 16 de Plantas de Casas (1853) F. 175-177

No ano de 1855 Manuel da Rocha solicitou licença para construir 5 prédios na Rua das Fontainhas⁴³⁷. Porém a planta do quinto prédio não foi aceite por certas irregularidades de construção e localização.⁴³⁸

No ano de 1857, em conjunto com João José Durães, Manuel da Rocha pede licença para a construção de outro prédio na rua das Fontainhas.⁴³⁹ Em 1866, Manuel da Rocha solicitou outra licença para construir mais um prédio, desta vez localizado no lado norte do Passeio das Fontainhas.⁴⁴⁰

Outra licença refere-se ao ano de 1871 e consiste no pedido de construção de uma casa que Manuel da Rocha pretendia construir no seu terreno no lado norte do Passeio das Fontainhas, e que foi aprovada.⁴⁴¹ Em 1874, Manuel da Rocha surge novamente para pedir uma licença de construção, também na rua das Fontainhas, para a construção de um prédio ao lado de um dos seus prédios anteriormente construídos.⁴⁴² No mesmo ano, Manuel da Rocha consegue licença para substituir uma platibanda de um dos seus prédios localizado na Rua das Fontainhas.⁴⁴³ Ainda em 1874, modificou as janelas dos seus prédios, nº 1 a 5, no Passeio das Fontainhas e construiu canos para as suas casas numeradas de 1 a 7 no Passeio das Fontainhas.⁴⁴⁴ Outras licenças do ano de 1877⁴⁴⁵ e de 1881⁴⁴⁶ dizem respeito à colocação de mastros e bandeiras em dois prédios da Rua das Fontainhas. No ano de 1879, o seu nome volta a aparecer num pedido para acrescentar um andar em um dos seus prédios da rua das Fontainhas.⁴⁴⁷ No ano de 1882, Manuel da Rocha solicitou à Câmara a licença para restauro do seu prédio, número 7, situado na Rua das Fontainhas.⁴⁴⁸

As últimas licenças que solicita são do ano de 1885, onde não só pediu licença para construir um cano de esgoto no Passeio das Fontainhas para as casas 14-18⁴⁴⁹, como

⁴³⁷ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 18 de Plantas de Casas (1855) F. 252-255.

⁴³⁸ Anexo, P. 161

⁴³⁹ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 20 de Plantas de Casas (1857) F. 20-20v.

⁴⁴⁰ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 35 de Plantas de Casas (1866) F. 233-235.

⁴⁴¹ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 46 de Plantas de Casas (1874) F. 201-203.

⁴⁴² AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 50 de Plantas de Casas (1874) F. 239-242.

⁴⁴³ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 51 de Plantas de Casas (1874) F. 90-91.

⁴⁴⁴ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 51 de Plantas de Casas (1874) F. 82-83.

⁴⁴⁵ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 58 de Plantas de Casas (1877) F. 233.

⁴⁴⁶ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 78 de Plantas de Casas (1881) F. 138.

⁴⁴⁷ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 71 de Plantas de Casas (1879) F. 61-63

⁴⁴⁸ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 83 de Plantas de Casas (1882) F. 154-156.

⁴⁴⁹ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 96 de Plantas de Casas (1885). F. 327-328.

também solicitou licença para transformar as águas furtadas de um dos seus prédios sitos na Rua das Fontainhas em um andar.⁴⁵⁰

Contudo nem tudo foi fácil, segundo os livros de vistorias, uma das casas de Manuel da Rocha foi demolida, o documento em questão relata o seguinte: “(...) *Offício do Diretor das Vigias participando ter em companhia de mais pessoas hido ao tal sítio fazer a demolição da casa de Manuel da Rocha por ter edificado fora da demarcação à qual demolição se effectuára, não obstante o protesto contra todo o prejuízo da mulher do dito Rocha por este estar ausente. De 12 de Janeiro de 1853.*”⁴⁵¹.

O seu testamento é datado de 1891 e relata que a sua morada era sita na rua das Fontainhas e que já se encontra viúvo de Maria Dias de quem não teve descendência. Também no seu testamento, Manuel da Rocha deixa um conjunto de casas sitas na Viela da Pedreira aos filhos de Barbara Maria Ferreira, e as outras propriedades divididas entre os seus sobrinhos António da Rocha e Rosa da Rocha. A sua fortuna era considerável visto que deixou não só propriedades mas também 1:165\$900 reis a igrejas e instituições de mendicidade e a diferentes indivíduos uma quantia de 1:595\$000 reis.⁴⁵²

Além da construção de habitações, por volta das décadas de 40 e 50, alguns proprietários das Fontainhas solicitam a licença para aumentar um piso à sua propriedade como é o caso de Joaquim da Silva Victória, que em 1844, solicitou a licença para o aumento de piso da sua casa (construída em 1807) situada na rua Wellesley.⁴⁵³ Outro proprietário, Manuel Barbosa, em 1846 solicita à Câmara que estudasse novamente o seu pedido de aumento de piso da sua propriedade situada na Rua das Fontainhas, visto que a anterior havia sido recusada.⁴⁵⁴ Outro exemplo é de Emília dos Santos Cristo, que solicitou, em 1853, o aumento do piso da casa que se encontrava no terreno no Passeio das Fontainhas, comprada ao Padre Manuel da Sousa.⁴⁵⁵ Os pedidos de aumento de piso continuaram até ao final do século, tornando uma habitação burguesa que anteriormente

⁴⁵⁰ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 94 de Plantas de Casas (1885). F. 308-310.

⁴⁵¹ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Próprias, livro 82 (1853), F. 33.

⁴⁵² AHMP, Câmara Municipal do Porto, Administração do Bairro Oriental, Registo de testamento da Administração do Bairro Oriental (1868-1950), Registo de Testamento com que faleceu Manuel da Rocha, viúvo de Maria Dias, proprietário (1891), F.86-91.

⁴⁵³ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 8 de Plantas de Casas (1844) F. 39-40.

⁴⁵⁴ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 9 de Plantas de Casas (1846) F. 181-182.

⁴⁵⁵ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 16 de Plantas de Casas (1853), F. 437-440.

se caracterizava por unifamiliar em uma habitação de carácter plurifamiliar⁴⁵⁶. Em muitos casos as novas construções implicam a existência de casas de banho, localizadas normalmente nas varandas.⁴⁵⁷ Uma curiosidade que ainda hoje é possível ver em algumas casas do Porto. Num registo das minhas próprias observações: na casa onde habito no Passeio das Fontainhas, no último piso, a casa de banho fica no topo da varanda da casa, logo depois da cozinha, e é evidente na construção que o dito espaço não fazia parte da casa original. Na figura 23 pode reconhecer-se uma casa que com o tempo foi dividida em duas residências.⁴⁵⁸

Normalmente os pisos térreos eram usados como espaço de negócio ou de arrumação da família. Muitos dos edifícios de habitação unifamiliar eram transformados

Figura 24: Prédio sito no Passeio das Fontainhas



Fonte: Fotos da autoria de Arnaldo Couto. Modusdever.

⁴⁵⁶ **Fernandes, Francisco Barata. 1999. Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade.** Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.P. 227.

⁴⁵⁷ **Fernandes, Francisco Barata. 1999. Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade.** Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.P. 230.

⁴⁵⁸ Segundo as histórias dos habitantes das Fontainhas, esta casa pertenceu até meados do século XX, a uma família de renome, situava-se aqui a mercearia Pérola das Fontainhas., no rés-do-chão. Eram considerados como uma família bem-educada e com fortuna que usaram para mandar estudar o filho, para Coimbra, nos anos 40 ou 50. Nos inícios dos anos 70 do século XX, meu avô, Orlando Ferreira, comprou o prédio e transformou-o em duas residências, mudando o carácter burguês da casa que era toda iluminada pela claraboia que ainda hoje existe no segundo piso.

em habitações de carácter plurifamiliar, os jardins das traseiras aproveitavam para a construção de habitações minúsculas.⁴⁵⁹

Ao longo do século XIX, a indústria desenvolveu-se na cidade do Porto de forma lenta. Contudo em 1852 a cidade do Porto contava já com a existência de mais de 490 fábricas e com 6090 operários fabris.⁴⁶⁰ Com este desenvolvimento significativo, famílias rurais chegam à cidade em procura de trabalho na indústria, sem possibilidades financeiras aceitavam habitações sem quaisquer condições de habitabilidade.⁴⁶¹ São algumas dessas famílias que irão habitar as ilhas que consistem num alinhamento de casas, usualmente de um piso ao longo de um pequeno caminho e partilhando cada cinco casas uma única casa de banho, com apenas uma sanita.⁴⁶² As áreas destas casas não ultrapassavam os 16m² com apenas uma janela, uma porta⁴⁶³, muitas delas teriam apenas uma ou duas divisões estreitas⁴⁶⁴. Até finais do século XX, muitas das ilhas das Fontainhas não tinham abastecimento de água ou canalização. O meu pai, José Luís Ferreira, de 64 anos, nasceu na ilha 50 das Fontainhas e lembra-se o quanto foi novidade quando o meu avô, nos inícios dos anos 70, colocou um dispositivo elétrico num chuveiro numa das casas de banho da ilha, e que muitos dos seus amigos usavam a casa de banho para usufruírem de um experiência de tomar banho num chuveiro.

É certo que apesar de já existirem algumas ilhas nos anos 30 do século XIX no aboletamento de Santa Catarina, a construção de ilhas aumentou significativamente com o desenvolvimento industrial, influenciado também pelos mercadores ingleses que traziam do seu país ideias sobre a habitação operária.⁴⁶⁵ As ilhas portuenses eram

⁴⁵⁹ **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.P.251.

⁴⁶⁰ **Serén, Maria do Carmo e Pereira, Gaspar Martins. 2000.** *O Porto Oitocentista.* Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto.* Porto : Porto Editora, 2000.P. 436.

⁴⁶¹ **Fernandes, Francisco Barata. 1999.** *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade.* Porto : Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.P.226.

⁴⁶² **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900).* Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 128.

⁴⁶³ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900).* Porto : Edições Afrontamento, 2007. P.128.

⁴⁶⁴ **Pereira, Gaspar Martins. Dezembro 2011.** *As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX.* Carlota Santos. *Família, Espaço e Património.* Porto : CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória, Dezembro 2011. P. 480

⁴⁶⁵ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900).* Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 130.

construções similares a muitos bairros operários contruídos na Inglaterra, em cidades como Liverpool e Manchester.⁴⁶⁶

O aparecimento da lei perpétua dos emprazamentos e a maior liberdade do foreiro no terreno que alugará o terreno, fazia com que este pudesse construir nas traseiras da sua casa mais habitações e assim retirar proveito financeiro. Alguns dos prédios da Rua da Corticeira têm essa fisionomia e ainda hoje ninguém, a não ser os que entram dentro dos prédios, percebem a existência de pequenas casas nas traseiras. Além disso as ilhas também se localizavam em espaços que por alguma razão desconhecida não haviam sido urbanizados nos séculos anteriores, eram zonas e locais vagos e próximos das recentes fábricas industriais.⁴⁶⁷ De facto, estas construções centravam-se em locais de expansão da cidade ocorridas no início do século XIX, enquanto a burguesia mudava-se para as grandes avenidas situadas na periferia da cidade.⁴⁶⁸ A classe trabalhadora procurava sempre uma habitação que estivesse próxima do seu local de trabalho, porque apesar de existirem transportes, estes meios de circulação eram caros para a população trabalhadora os utilizar.⁴⁶⁹ Nas Fontainhas, após a fundação da Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho, iniciaram-se algumas construções em volta desta fábrica para alojar os operários que aí trabalhavam, entre várias ilhas existiam a Ilha Vila Maior, a Ilha do Cantarino, a ilha 50, a Ilha Olímpia, a Ilha Maria Vitorino.

Contudo, segundo o Professor Manuel C. Teixeira, os habitantes das ilhas não eram só trabalhadores da indústria mas eram também polícias, empregados de comércio, bombeiros, soldados, artífices, etc.⁴⁷⁰ Os produtores destas construções foram os pequenos industriais, artífices e retalhistas que investiam em pequena escala e obtendo rendimentos rápidos, certos e muito dificilmente teriam custos de manutenção das casas. Devido aos baixos rendimentos dos trabalhadores, estas fracas construções eram as únicas

⁴⁶⁶ **Teixeira, Manuel C. 1996.** *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.P. 55.

⁴⁶⁷ **Teixeira, Manuel C. 1996.** *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. P. 1.

⁴⁶⁸ **Teixeira, Manuel C. 1996.** *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. P.45.

⁴⁶⁹ **Teixeira, Manuel C. 1996.** *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. P.50.

⁴⁷⁰ **Teixeira, Manuel C. 1996.** *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.P.57.

casas que estes conseguiam pagar e por isso as ilhas começaram a ser uma procura para a população de baixos rendimentos.⁴⁷¹

Quanto às Fontainhas, a existência de algumas ilhas está relacionada com o crescente número de fábricas e oficinas na freguesia de Bonfim. Ao lado das Fontainhas existiam outras ilhas, como as ilhas de São Vítor, conhecidas por terem as piores condições habitacionais da cidade.⁴⁷² O número de ilhas nas Fontainhas aumentou durante os inícios do século XX, conforme se pode deduzir do número de licenças dos inícios do século XX.

As Fontainhas possuíam algumas ilhas espalhadas pela encosta e pela rua Gomes Freire. Como já foi referido, a primeira menção de ilha encontra-se no aboletamento do bairro de Santa Catarina, no ano de 1833, onde na rua Wellesley (Gomes Freire) é possível ler “*ilhas de pobres*” em quatro casas.⁴⁷³ Também a Rua da Corticeira surge no aboletamento a existência de duas ilhas de pobres. Já a Rua das Fontainhas possui apenas uma “*ilha de pobres*” no meio de várias habitações. É interessante que cada casa visitada pelos agentes do aboletamento possui descrição, mas no caso das ilhas não mencionavam nem o nome das pessoas nem as casas que habitavam, apenas colocavam a descrição: *ilha de pobres*.

Manuel da Rocha, o construtor das Fontainhas, atrás mencionado, em solicitação dirigida à Câmara, em 1859, pretende “(...)Construir (casebres de pedra) próximo dos lavadouros das Fontainhas onde já tem algumas feitas de annos.”⁴⁷⁴ Em 1888, a revista *O Occidente* publicou uma gravura da Fotografia União (fig. 24) onde é possível observar uma das casas que havia sido visitada pela rainha D. Amélia e, a julgar pela designação, *Ilha dos Tanques* situava-se próximo da zona dos tanques nas Fontainhas. No canto superior direito é possível observar parte das grades do Passeio Público das Fontainhas, o que permite situar as casas abaixo dos tanques.

⁴⁷¹ **Teixeira, Manuel C. 1996.** *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto : Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. P. 61-62.

⁴⁷² **Teixeira, Manuel C. 1996.** *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto : Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. P. 235.

⁴⁷³ AHMP, Câmara Municipal do Porto, Fundo Antigo, Aboletamento de Santa Catarina (1833), Rua das Fontainhas, Rua Wellesley, Calçada da Corticeira.

⁴⁷⁴ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 24 de Plantas de Casas (1859), F.62-63.

Figura 25: Casa na Ilha dos Tanques



Fonte: AHMP, Câmara do Porto, Gravura, Ilha dos Tanques, visitada por sua Majestade a Rainha, 1888. (D-GRA/1(22-49))

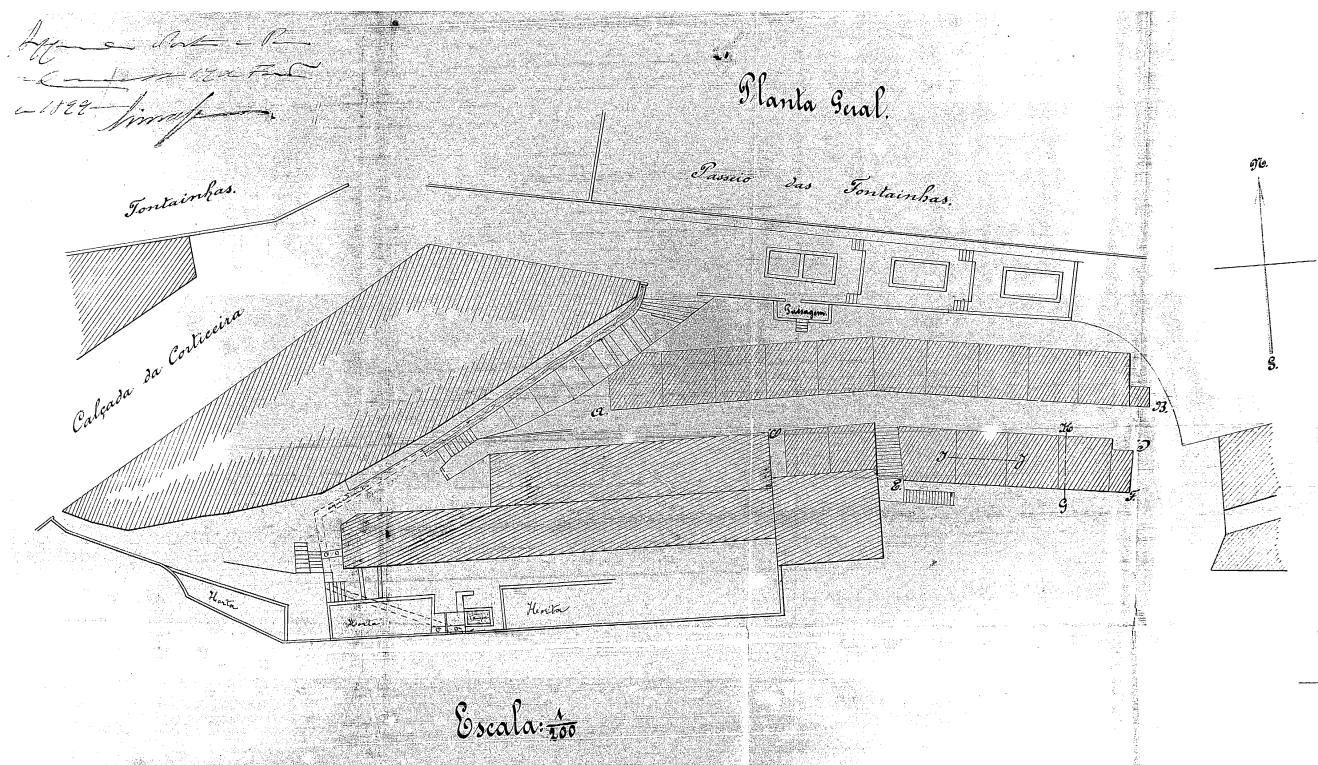
Estas pequenas casas poderão ser as casas de pedra que no ano de 1859, Manuel da Rocha mandou construir. Através da gravura é possível imaginar a pobreza e a precariedade das habitações da Ilha dos Tanques. No mesmo local, em 1899, Joaquim Coelho de Lima pediu uma licença para construir prédios (Fig. 27-28) criando assim a Ilha ou Bairro Vila Maior (Fig. 26).⁴⁷⁵ Na licença que Joaquim Costa de Lima requereu à Câmara explica que: “ *Joaquim Coelho de Lima, dono d’um bairro composto por diversas casas denominado “Bairro Villa Maior” situado por baixo do Passeio das Fontainhas, pretende aumentar o número de casas do mesmo bairro bem como aumentar um andar sobre duas das casas existentes que ficam com a frente voltado para o lado sul (...)*”⁴⁷⁶.

⁴⁷⁵ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F.97-101.

⁴⁷⁶ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F.97-101.

Junto no pedido da licença surgem as plantas que o dono promete respeitar durante a construção.

Figura 26: Planta do Bairro Vila Maior

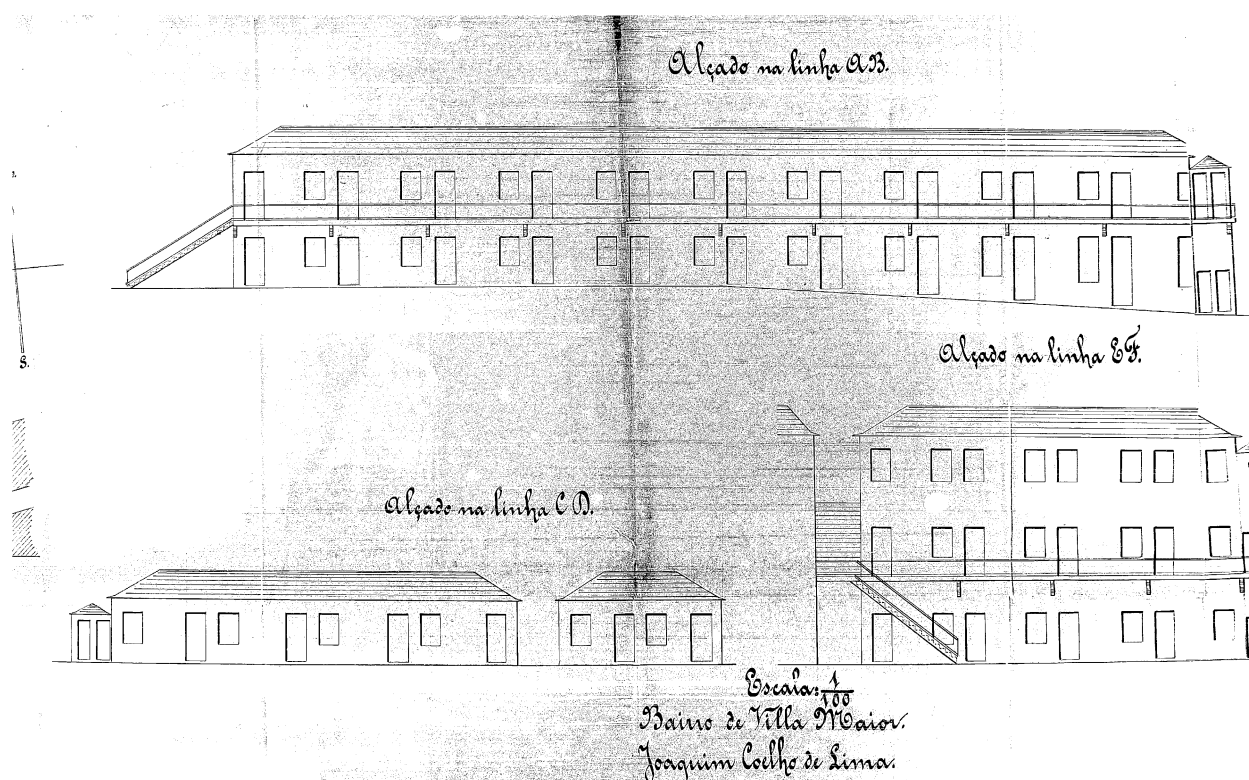


Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F.98.

Ao analisarmos as plantas das construções das ilhas é importante salientar a pequena dimensão de cada uma das casas que foram construídas. Na planta da figura 26 o desenhador identifica a calçada da Corticeira e desenha outras ilhas que se encontram ao redor do novo Bairro Vila Maior. Uma das ilhas é a ilha do Cantarino (Fig. 29). Apesar de poucas informações parece-me que o nome da ilha é uma alusão a António Monteiro Cantarino, um dos fundadores da Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho. De facto, no ano de 1866, António Monteiro Cantarino e sua mulher D. Maria Cândida Monteiro eram moradores na Corticeira e receberam doações de D. Benta Francisca Lopes. D. Benta

Francisca Lopes deixou ao casal “*huma propriedade de casas e quintal no sítio da Corticeira, cuja propriedade se compoem de cazas térreas e sobradas com quintal e mais objetos que atualmente tem os números nove e onze pelo lado nascente, e pelo lado poente e sul os números cinco, seis, sete e oito, atendendo ao seu estado sitio e tempo presente julção que pode rendar annoalmente no estado a que se acha a quantia de setenta mil reis livre de reparos precisos para a sua conservação.*”⁴⁷⁷ Utilizando a planta do bairro Vila Maior localizo o antigo bairro ou ilha do Cantarino dos finais do século XIX.

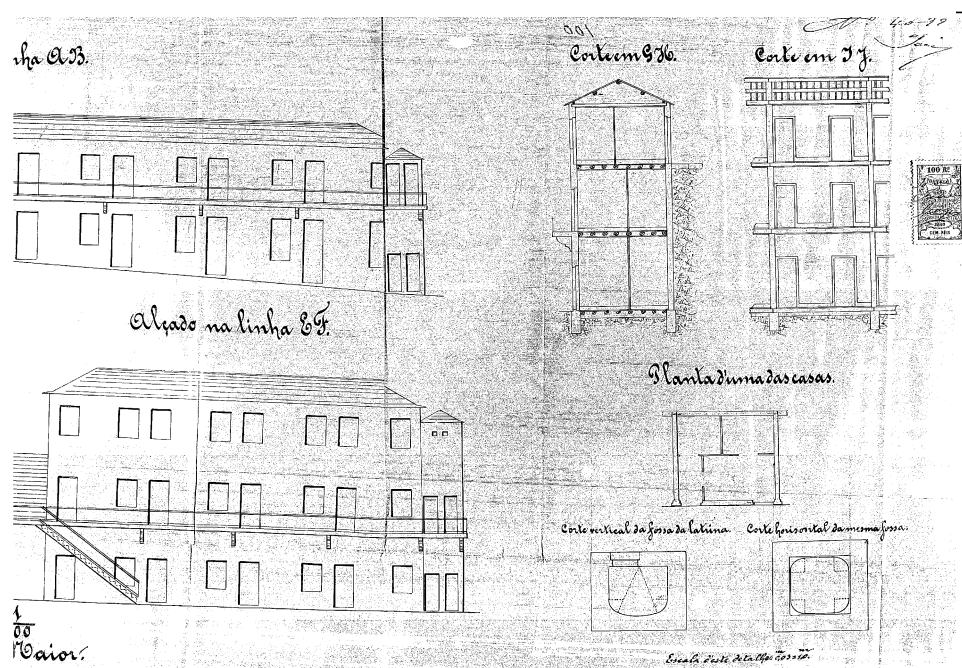
Figura 27: Planta do Bairro Vila Maior (1)



Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F. 99.

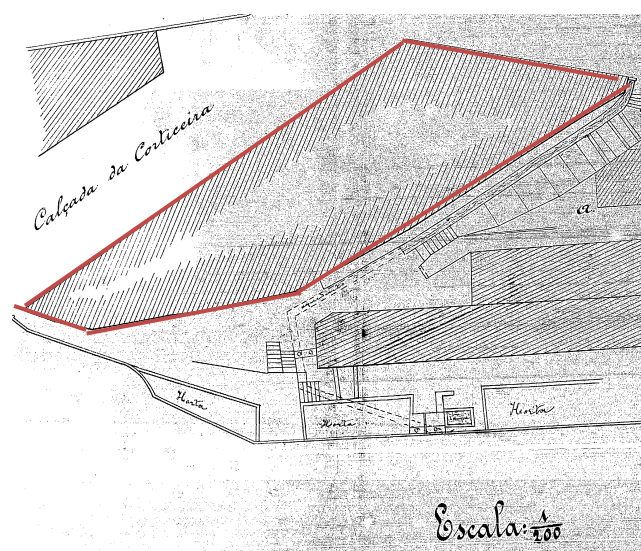
⁴⁷⁷ AHMP, Administração do Bairro Oriental, Registo de Alvarás pela Administração do Bairro Oriental (1853-1922), Alvará de insinuação de António Monteiro Cantarino e mulher (1866), F. 46V-49V.

Figura 28: Planta do Bairro Vila Maior (2)



Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F.100.

Figura 29: Planta da ilha do Cantarino

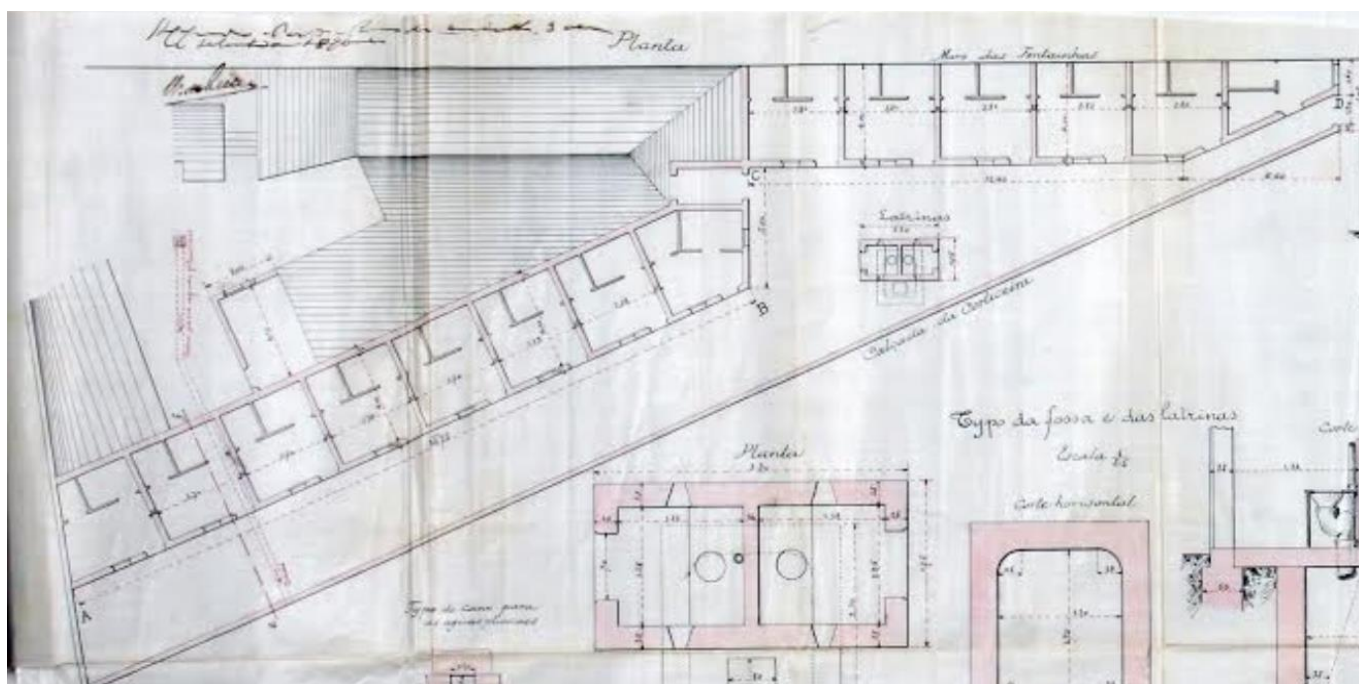


Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F.98.

No ano de 1876, Maria Cândida Monteiro solicita uma licença para construir um muro de suporte para o seu bairro Cantarino.⁴⁷⁸ Por esta altura já, presumivelmente, António Monteiro Cantarino havia falecido, visto que a partir dos anos 70 do século XIX, Thomas Nunes da Cunha torna-se o único proprietário da fábrica de Cerâmica do Carvalhinho⁴⁷⁹ e as licenças de construção começam a aparecer no nome de sua mulher.

Em 1896, José Pinheiro da Fonseca solicita uma licença à Câmara dizendo o seguinte: "(...) *desejando construir umas casas d'ilha, em um seu terreno situada entre a calçada da corticeira e muro das Fontainhas*"; "*Neste terreno e no local aonde devem ser construídas as referidas casas d'ilhas e será demolido um casebre afim de poder executar o projeto(...)*". Na descrição do documento (Fig. 30), o desenhador explica que além das casas a nova ilha terá portões, um parapeito liso da altura um metro e ainda

Figura 30: Planta da Ilha Pinheiro da Fonseca



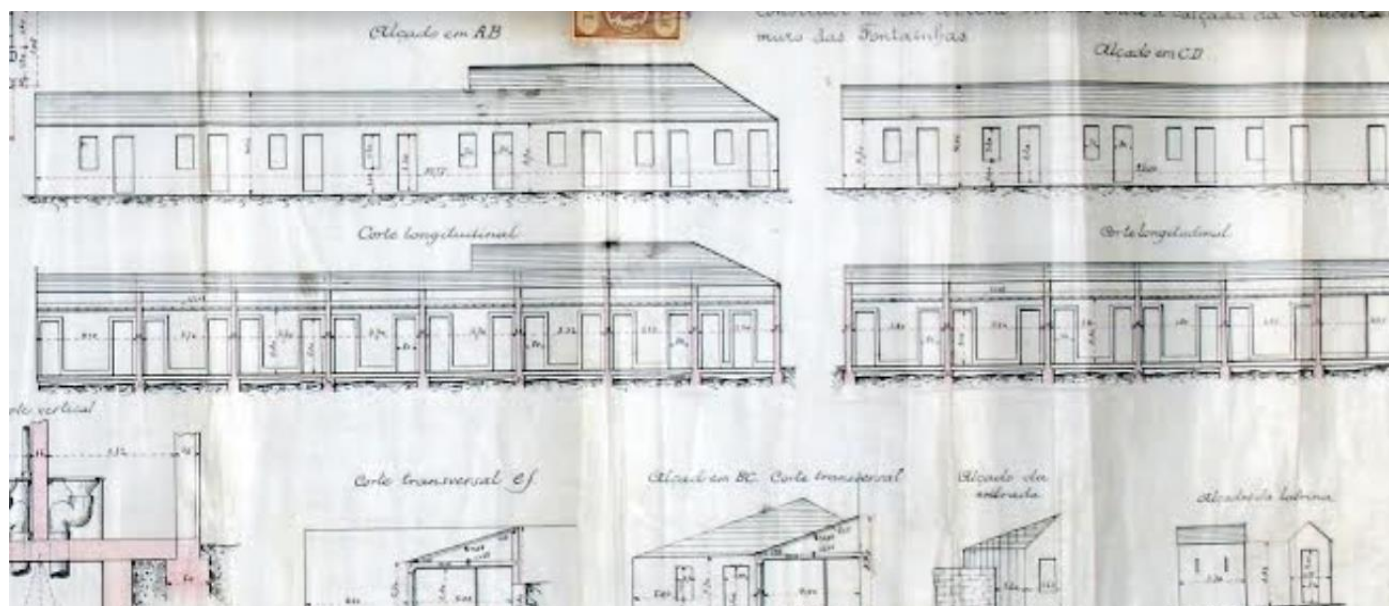
Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F.99.

⁴⁷⁸ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 55 de Plantas de Casas (1859), F.116-117.

⁴⁷⁹ **Pereira, Hugo. (2007). *Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural*. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 4.**

“Será construído um cano com a secção indicada no projeto para condução das águas fluviais ao(...). Quanto às casas: “As paredes e os tetos serão estucadas e todas as madeiras serão pintadas convenientemente. Os telhados serão cobertos com telha de marseille. Todos os telhados das casas existentes que não sejam demolidas serão reformados e conforme o estado de conservação em que se encontrem.” Continuando com a licença a ilha teria uma casa isolada onde estariam estabelecidas duas latrinas e uma fossa. Finalizam a licença dizendo que reutilizarão os materiais das demolições dos casebres para a construção das novas casas.⁴⁸⁰ O pedido foi aceite e foi construída uma ilha que atualmente ainda é habitada e tem o nome de Bairro Pinheiro da Fonseca. Repare-se, novamente, no tamanho diminuto das casas nesta planta. Atualmente algumas destas casas estão destruídas e desabitadas, outras foram modificadas e aumentadas.

Figura 31: Planta da Ilha Pinheiro da Fonseca (1)



Fonte: AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F. 100.

⁴⁸⁰ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 155 de Plantas de Casas (1899), F.97-101.

Outro caso é o da Ilha Tapada intitulada agora Bairro Tapada. O nome deriva certamente de um construtor das Fontainhas, António Pinto da Silva Tapada. Casado com Miquelina Rosa, António Tapada surge nas licenças em 1857 onde solicita licença para a conclusão da construção de um prédio no Passeio das Fontainhas⁴⁸¹. Em 1859 surge novamente nas licenças, desta vez para construir um prédio na Rua das Fontainhas.⁴⁸² Em 1860, solicita à Câmara a autorização para construir águas furtadas no seu prédio construído no ano anterior na rua das Fontainhas.⁴⁸³

Segundo o professor Gaspar Pereira, o número de ilhas aumentou drasticamente durante os últimos anos do século XIX, onde o Porto contava com mais de 1000 ilhas e 35 mil moradores nestas condições.⁴⁸⁴ Porém a partir da década de 80 do século XIX autoridades de saúde, policiais e políticas começam a pronunciar-se contra estas construções porque segundo estas entidades as ilhas seriam um poço de infeções higiénicas e morais que poderiam infetar toda a cidade. O professor cita o escritor Emídio de Oliveira: *“É preciso que o povo miserável e faminto se recorde bem desta incontestável verdade — que o saneamento das suas tristíssimas moradas não é um fim de solidariedade e de justiça, mas um simples meio para garantir a segurança da vizinhança rica. Quando foi que o governo se importou com a habitação do proletariado? Que o homem do povo se lavasse ou não era isso para ele completamente indiferente (...).”*⁴⁸⁵ De facto, enquanto analisava os registos de óbitos de 1867-1874 da paróquia da Sé descobri que muitas mortes eram de crianças e aconteciam nas ilhas da paróquia, principalmente nas ilhas da Corticeira.⁴⁸⁶

Contudo outros escritores tentavam olhar a situação miserável com outros olhos. A professora Antonieta Cruz cita o escritor Alberto Pimentel na sua obra *Os burgueses do Porto*: *“O Palácio do produtor-capitalista está rodeado das pequenas casas garridas,*

⁴⁸¹ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 21 de Plantas de Casas (1857), F. 96-98

⁴⁸² AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 24 de Plantas de Casas (1859), F. 510-512

⁴⁸³ AHMP, Junta de Obras Públicas, livro 25 de Plantas de Casas (1860), F. 75-77

⁴⁸⁴ **Pereira, Gaspar Martins. 2011.** As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. Carlota Santos. *Família, espaço e património*. Porto : CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.P. 477.

⁴⁸⁵ **Pereira, Gaspar Martins. 2011.** As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. Carlota Santos. *Família, espaço e património*. Porto : CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.P. 482.

⁴⁸⁶ ADP, Paróquias, Paróquia de Sé (1540-1911), Registos de óbitos (1593-1911), Registos de óbitos (1867-1874).

asseadas, alegres dos operários, casinhas cheias de mobília modesta e de alegre conforto, povoadas de risonhas fisionomias.”⁴⁸⁷ Este autor terá conhecido a realidade? A situação em alguns destes bairros das Fontainhas era precária e sem quaisquer condições higiénicas, além disso, a situação precária destas habitações contribuíram para a peste bubónica nos finais do século XIX.⁴⁸⁸ Contudo, o escritor e jornalista Alberto Pimental não mentiu, pois ainda hoje algumas das referências da maioria dos habitantes das Fontainhas nas suas recordações simpáticas são os bairros Cantarino, São Nicolau, Vila Maior, entre outros. Bairros ou ilhas que atualmente não existem mais. Os mesmos habitantes recordam com saudade a alegria que se fazia sentir nos bairros na altura do S. João quando todos estavam enfeitados.

O século XX será um século de procura de soluções para estas habitações precárias, contudo é necessário salientar que apesar da pobreza, os ex habitantes que viveram nestas ilhas sentem falta do sentimento familiar que anteriormente sentiam nas suas ilhas e que agora não o sentem nos seus apartamentos. Todos os habitantes mencionam o quanto o lema *ajudar o próximo* prevalecia nestes meios e que se muitos pudessem voltariam às Fontainhas onde realmente se sentem em casa. Estes habitantes são os mesmos que todas as semanas aparecem nas Fontainhas, por muito longe que a nova habitação seja, fazem questão de visitar todas as semanas o lugar para reviver as emoções e rever o espaço da sua infância.

⁴⁸⁷ Cruz, Maria Antonieta. 1994. *Os Burgueses do Porto*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1994.P.360.

⁴⁸⁸ Pereira, Gaspar Martins. 2011. As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. Carlota Santos. *Família, espaço e património*. Porto : CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.P. 493.

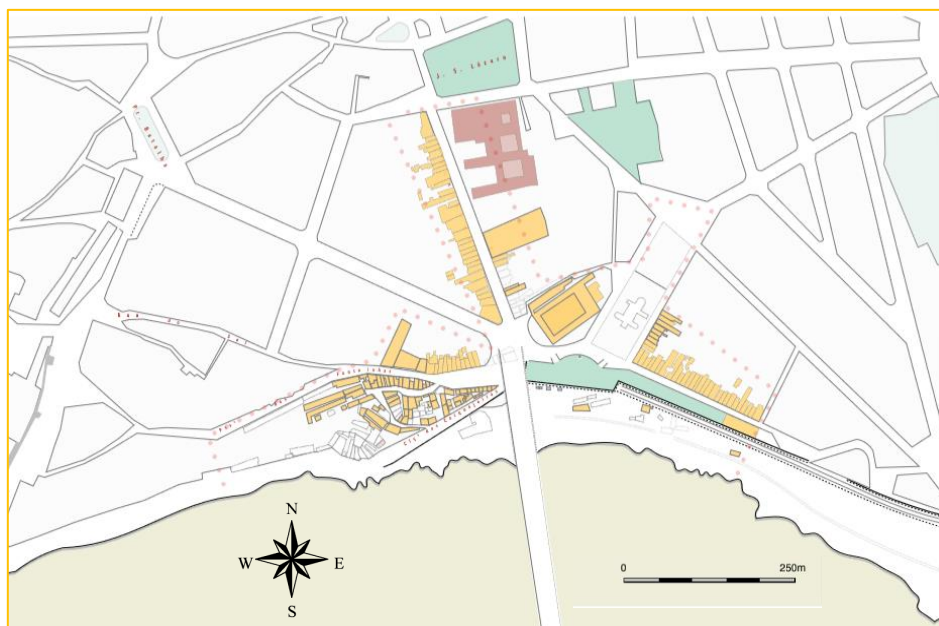
Reflexão Final

Entre os mapas por mim construídos, um, o da figura 32, usa como fundo de mapa o atual mapa disponível no Google Maps. Neste mapa é possível observar o quanto as Fontainhas mudaram desde o século XVIII. Atualmente passam por um momento de ruína, onde muito dos bairros que anteriormente estariam completos de famílias foram desprezados ou destruídos. Alguns edifícios ainda sobrevivem à ruína, porém encontram-se abandonados como é o caso do Antigo Asilo Portuense da Mendicidade e do Abrigo dos Pequeninos. Os tanques das Fontainhas construídos nos inícios do século XIX, anteriormente um espaço propício para a socialização, estão atualmente abandonados e sem qualquer proposta de utilização. As ruínas da Fabrica de Cerâmica do Carvalhinho continuam ao abandono sem qualquer solução futura. Em sentido contrário a este abandono acontece o processo que se centra em prédios e casas que estão a ser transformadas em alojamentos locais para responder à crescente procura turística da cidade do Porto. Como foi visto ao longo da dissertação, as Fontainhas foram urbanizadas numa era em que o Porto passava por uma época dourada de urbanização.

Graças a Francisco de Almada e Mendonça a zona recebeu um impulso urbanístico. É a partir da construção do Matadouro Público que alguns dos políticos começam a olhar para as Fontainhas com outros olhos. As suas vistas, o seu espaço e o facto de ser um local arejado seria o local propício para um passeio público do mesmo tipo que o Passeio Público de S. Lázaro.

Com a ida do matadouro para outro local, as Fontainhas viveram uma era de grandiosidade até meados do século XIX, a partir dessa altura devido à localização próxima a fábricas, a zona tornou-se em um local com aglomerados de ilhas, habitações sem quaisquer condições. Deixou assim de ser um local privilegiado para a alta sociedade e passou a ser um local de habitação precária de famílias que levavam uma vida de dificuldades.

Figura 32: Fontainhas séc. XXI



Fonte: Google Maps.

LEGENDA

- limite da área estudada: 'Fontainhas'
- edificado na área das 'Fontainhas'
- edificado fora da área das 'Fontainhas'
- edifícios importantes (igrejas, muralha, etc.)
- ruínas de edificado
- espaço verde (cemitério, quintas, jardins, etc.)
- escarpa
- muro de regularização
- caminho-de-ferro / desmantelado
- nascentes; tanques

É preciso relembrar também o papel das Fontainhas durante o Cerco do Porto. Além da utilização da Alameda como Bateria do Exército de D. Pedro IV, também a Capela do Senhor Carvalhinho foi usado como quartel da Marinha para as tropas liberais. É dito igualmente que as tropas inglesas entraram pela Fontainhas, por um caminho que mais tarde se transformaria em rua com o nome do comandante das Tropas Inglesas, Arthur Wellesley.⁴⁸⁹ Através do aboletamento do Bairro de Santa Catarina (1833) sabe-se que muitas das casas localizadas na zona foram arruinadas pelos bombardeamentos.

A tipologia de habitação das Fontainhas foram diferentes. Existiram quintas, habitações modestas, habitações mais luxuosas e por último aglomerados de habitações intituladas de ilha. É óbvio que cada uma destas habitações teve o seu tempo até nos diferentes materiais e formas arquitetónicas usadas. Quanto aos habitantes, desde o morador da ilha até aos proprietários mais abastados, como António da Silva Queiroz, Filipe Neré e Manuel da Rocha que através dos respetivos testamentos é possível conhecer os valores da riqueza destes senhores, as Fontainhas possuíram diferentes tipos de classes habitacionais ao longo da sua história.

Apesar de algumas coerentes decisões, ao longo da história as Fontainhas foram uma zona que sofreu com as decisões da câmara e da autoridade local. A deslocação dos aloques e do matadouro para a encosta e mais tarde a construção das ilhas contribuíram para uma má fama do sítio, para os maus cheiros, para muitos dos indicadores da miséria material e humana ao longo do século XX. Sem menosprezar as políticas de melhoria das condições de vida articuladas pela Câmara, no final do século XX, ordenando a destruição de muitas ilhas e ao oferecendo aos seus habitantes as melhores condições de habitação que alguma vez haviam desfrutado na vida pergunta-se: Porque é que expulsaram das suas habitações, ao invés de sanearem as mesmas com intuitos de reutilização? Esta deslocação de pessoas e destruição de ilhas abalou a alma das Fontainhas. Uma das explicações para a expulsão de habitantes seria o facto de a encosta não ser segura, porém alguns dos aglomerados agora abandonados foram comprados e esperam por reabilitação urbanística para se transformarem em sítios turísticos ou alojamentos locais, como é o

⁴⁸⁹ **Pinto, Jorge Ricardo. 2007.** *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.P. 39.

caso da ilha 50 localizada ao cimo da Rua da Corticeira que foi comprada por investidores há mais de 3 anos e que todavia continua a ser um local de lixo e destruição. Além das ilhas, encontramos habitações que atualmente estão sendo reabilitadas para se transformarem em alojamento local. As Fontainhas que foram em tempos um local de habitação parece transformarem-se em um meio turístico tal como toda a cidade do Porto. Todavia a situação não parece tão negra como os habitantes a imaginam. É óbvio que a zona nunca mais será a mesma mas pode restaurar a sua essência desde que os poucos habitantes que ainda restam assim o queiram. Uma das grandes vitórias recentes vem dos moradores do Bairro Tapada, um bairro que como já vimos teve as suas construções iniciadas em meados do século XIX, os seus moradores lutaram contra os investidores e conseguiram recuperar o seu Bairro com a ajuda da Câmara Municipal do Porto. Os poucos Bairros que hoje existem localizam-se na rua da Corticeira, entre eles: o Bairro da Tapada, o Bairro Olímpia e o Bairro Maria Vitorino, os outros foram destruídos devido ao perigo da encosta, à construção da ponte do Infante e ainda às más condições das habitações.

A construção da Ponte do Infante retirou grande espaço à zona, o que mais uma vez a prejudicou. Refiro-me às festas do S. João que anteriormente tinham o seu foco nesta zona. Muitos dos habitantes relembram os divertimentos e as barraquinhas de louça e noites longas que passavam durante as festas joaninas. Atualmente a festa vem vindo a desaparecer aos poucos, apesar da luta dos habitantes, as Fontainhas deixaram de ser um local propício para o festejo das festas joaninas.

Na minha opinião, a essência das Fontainhas não é a exceção dos seus habitantes, é sim o espaço com as vistas sobre o Douro, espaço excelente se organizado e limpo. Mas são também as memórias de quem aqui vive e as memórias que se inscrevem na paisagem. Relembrando o passado, as Fontainhas continuam ligadas à sua história, onde o rio, os tanques, as carquejeiras e as festas joaninas fazem parte das memórias dos habitantes da zona.

Mais que tudo as Fontainhas são um espaço com um património imaterial vivo, onde práticas, conhecimentos, rituais, eventos festivos, habilidades (etc.) são transmitidas de gerações em gerações. Estas mesmas transferências patrimoniais são as que fornecem

um sentimento de pertença a um indivíduo ou coletivo, criando assim a sua identidade.⁴⁹⁰

Conhecido por um património vivo, no caso das Fontainhas esta transmissão cultural existe e deve ser protegido se assim os habitantes assim o quiserem. As carquejeiras (1836-século XX) e as lavadeiras foram práticas sociais do século XVIII ao século XX, atualmente é uma prática social que não é mais realizada mas que as suas memórias deverão ser protegidas pelos seus habitantes. O trabalho das Carquejeiras tem sido estudado e celebrado desde a primeira década do século XXI, de tal forma que a Calçada da Corticeira é agora intitulada de Calçada das Carquejeiras, porque era esta a calçada usada pelas mulheres carregarem a carqueja. Contudo parece-me que as memórias das carquejeiras não são simbólicos para a maior parte da população, visto que para alguns são memórias vividas por tabelas. As lavadeiras foram uma profissão realizada por quase todas as mulheres das Fontainhas e arredores durante o século XX. Durante o século anterior, não existiria um dia que os tanques não estariam completos de mulheres a lavar. Sendo esta uma memória mais recente, os habitantes simbolizam-na como um património e identidade do local.

Seguindo a ideia da preservação do património imaterial, eu e Soraia Gomes (neta de Micas Peixeira-Fig.1) com a ajuda da Junta de Freguesia de Bonfim e de uma Associação de Fotografia (Modusdever), no dia 11 de Agosto de 2018 realizamos um evento com o objetivo de celebrar as memórias das Fontainhas e também recordar as lavadeiras ao recriar os momentos nos lavadouros com as mulheres da zona. Foi um momento emocionante com os habitantes das Fontainhas que reencontram as suas raízes e as práticas que eles mesmos faziam em crianças aprendendo com os mais velhos. Um momento que foi capturado e exposto pela associação Modusdever na Escola Primária da Sé sita na Rampa do Sol. Nas figuras 33 e 34 são um antes e um depois. A figura 34 mostra os lavadouros atualmente. A figura 33 mostra os tanques no dia 11 de Agosto de 2018, onde as mulheres das Fontainhas e arredores vestiram-se a rigor para recriar e honrar as suas antepassadas.

Concluindo, as lavadeiras, as carquejeiras, habitações, festas do S. João são o que

⁴⁹⁰ **Safeguarding communities' living heritage** in Culture. [Online] UNESCO. [Consultado: 7 de Dezembro de 2018]. <http://www.unesco.org/new/en/culture/resources/in-focus-articles/safeguarding-communities-living-heritage/>

podemos chamar de património vivo da população das Fontainhas, e no fundo não são nada mais do que representações das suas memórias e da sua identidade. Também a Alameda contribuí para esta construção de identidade das Fontainhas, aquando se transformou num espaço social vivo onde são transmitidas emoções, habilidades, sentimentos, costumes, etc. Ou seja a Alameda das Fontainhas são um espaço que é usado e vivido pelos habitantes desde a sua construção no século XVIII.

Figura 34: Recriação das Lavadeiras



Fonte: Foto da autoria de Marlene Gomes
(membro do Viver As Fontainhas)

Figura 33: Lavadouros das Fontainhas no Presente



Fonte: Foto da autoria de Marlene Gomes
(membro do Viver As Fontainhas)

Fontes e Bibliografia

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Fundo: Paróquias

Concelho do Porto, Paróquia de São Nicolau, Registos de casamentos (1700-07-08/1723-07-17)

Concelho do Porto, Paróquia de Sé, Registo de óbitos (1593-1911), (1867-1874).

Concelho de Paredes, Paróquia de Vandoma (1587-1911), Registo de Casamentos (1830-1846)

Fundo: Monástico

Colégio de São Lourenço da Companhia de Jesus do Porto

Livro de Fazendas e Foros do Colégio de São Lourenço da Companhia de Jesus do Porto

Convento de Santo António da cidade do Porto

Convento de Santo António da Cidade-Porto. Registo de certidão das portarias, requerimentos e despachos passada pelo escrivão do cível a favor do Prior e mais religiosos do Convento de Santo António da Cidade, em ordem aos embargos das pedreiras sitas nas Fontainhas. (1785)

Fundo: Administração Central/ Contadoria da Comarca do Porto

Registo Geral, Livro de Registo da Contadoria (1732-1753)

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO

Fundo: Paroquiais

Concelho de Arouca, Paróquia de São Miguel do Mato, Registo de Batismos (1813-1837)

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO

Registo Geral de Testamentos

Livro 7 do Registo geral de escrituras e reduções (1806)

Administração do Bairro Oriental do Porto

Livro 22 do Registo de testamento da Administração do Bairro Oriental (1812-1813)

Livro 4 do Registo de Alvarás pela Administração do Bairro Oriental (1888/02/09
1894/02/03)

Cofre

Livro 117 do Cofre Municipal do Porto (1805)

Confraria de Nossa Senhora da Batalha

Livro 1 dos Termos de diferentes objetos (1816-1869)

Livro de Plantas de Casas

Livro 1 de Plantas de Casas (1794-1833)

Livro 6 de Plantas de Casas (1842)

Livro 7 de Plantas de Casas (1843)

Livro 8 de Plantas de Casas (1844)

Livro 9 de Plantas de Casas (1847)

Livro 16 de Plantas de Casas (1853)

Livro 18 de Plantas de Casas (1855)

Livro 20 de Plantas de Casas (1857)

Livro 21 de Plantas de Casas (1857)

Livro 24 de Plantas de Casas (1859)

Livro 25 de Plantas de Casas (1860)

Livro 35 de Plantas de Casas (1866)

Livro 46 de Plantas de Casas (1874)

Livro 50 de Plantas de Casas (1874)

Livro 51 de Plantas de Casas (1874)

Livro 55 de Plantas de Casas (1859)

Livro 71 de Plantas de Casas (1871)

Livro 78 de Plantas de Casas (1881)

Livro 83 de Plantas de Casas (1882)

Livro 94 de Plantas de Casas (1885)

Livro 96 de Plantas de Casas (1885)

Livro 155 de Plantas de Casas (1899)

Registos de Compras e Expropriações da Câmara Municipal do Porto

Livro 17 dos Registos de Compras e Expropriações da Câmara Municipal do Porto
(1788-01-10/1795-03-22)

Registo de Vistorias

Livro 2 dos Registos de Vistorias feitas pela Câmara Municipal do Porto (1739-06-06 1760-06-02)

Livro 4 de Registos de Vistorias feitas pela Câmara Municipal do Porto (1787-08-31 1832-04-13)

Registos de Próprias

Livro 18 de Registo de Próprias (1800-05-09 1807-12-29)

Livro 38 de Registo de Próprias (1835-09-01 1837-09-10)

Livro 47 de Registo de Próprias (1566-01-01 1850-04-26)

Livro 49 de Registo de Próprias (1837-11-25 1838-06-30)

Livro 63 de Registo de Próprias (1843-08-21 1845-12-30)

Livro 64 de Registo de Próprias (1836-04-23 1846-06-30)

Livro 65 de Registo de Próprias (1846-07-01 1847-01-03)

Livro 67 de Registo de Próprias (1826-12-09 1832-05-13)

Livro 70 de Registo de Próprias (1836-12-30 1849-07-30)

Livro 72 de Registo de Próprias (1721-10-04 1849-04-30)

Livro 84 de Registo de Próprias (1854-01-02 1854-12-28)

Vereações da Câmara Municipal do Porto

Livro 93 de Vereações da Câmara Municipal do Porto (1795-01-01/1796-12-29)

Livro 108 de Vereações da Câmara Municipal do Porto (1838-01-01/1839-12-31)

Livro 109 de Vereações da Câmara Municipal do Porto (1840-01-01/1842-12-31)

Livro 111 de Vereações da Câmara Municipal do Porto (1847-05-10/1851-03-27)

Livro 112 de Vereações da Câmara Municipal do Porto (1851-04-05/1853-08-16)

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Memórias Paroquiais

Memórias Paroquiais 1722/1832, "Dicionário geográfico de Portugal", [Tomo 30, P, Q] 1758, Santo Ildefonso, Porto 1758/1758.

Tribunal do Santo Ofício

Conselho Geral do Santo Ofício, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação, Habilitações Incompletas, Doc. 1906.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Fundo: Fotografia Alvão, Lda.

Mulheres com Cântaros e Crianças na Fonte das Fontainhas, Porto (1920-1950), PT/CPF/ALV/005359.

Fundo: Coleção Nacional de Fotografia, Coleção Alcídia e Luís Viegas Belchior,

A Vendedora de Castanhas (reprodução de Pintura), 1860, PT/CPF/CNF-CALVB/0033/000069.

Porto – Fontainhas, 1860: PT/CPF/CNF-CALVB/0033/000124

Periódicos

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PORTO

Borboleta dos Campos Constitucionais. **1821**

O Commercio. **1856.**

A Concórdia. **1854.**

Periódico dos Pobres. **1858.**

BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL

O Jornal do Porto. **1858-1864**

Bibliografia Referida

As Carquejeiras (Porto). *Monumentos desaparecidos* . [Online] 6 de Maio de 2015.

[Citação: 25 de Agosto de 2018.]

<http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2015/05/as-carquejeiras-porto.html>.

Afonso, José Ferrão. 2000. *A rua das Flores no século XVI*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2000.

Alegria, Maria Fernanda. 1977. Cartografia Antiga de Portugal Continental. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. 12.

Almeida, Cármen Dolores Avó Baião Ferreira de. 2017. *A Divulgação da fotografia no Portugal oitocentista: Protagonistas, práticas e redes de circulação do saber*. Évora: Universidade de Évora, 2017.

Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988. *O Porto na Época dos Almadas: Arquitetura. Obras públicas*. Porto: CMP, 1988.

Anacleto, Regina. 1997. *Arte: Panorama do Início de Oitocentos*. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 1997.

Andrade, Monteiro de e Bastos, A. de Magalhães de. 1943. *Plantas antigas da Cidade: (Século XVIII e primeira metade do século XIX)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1943.

Barros, Susana Pacheco. 2010. *A cidade dos Almadas: Das Reformas pombalinas à véspera das invasões*. Porto: QuidNovi, 2010.

Benevolo, Leonardo. 1994. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, Lda., 1994.

Bresciani, Maria Stella. 2002. *Cidade e História*. Lucia Lippi Oliveira. *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

Cascão, Rui. 1997. *Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa*. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa: Editoria Estampa, Lda., 1997.

Cádima, Francisco Rui. 2015. *Imprensa, Poder e Censura, elementos para a História das Práticas Censórias em Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.

Cardoso, António Barros. 2010. *História do Porto - O ciclo do vinho, um negócio de exportação que transformou a cidade*. Porto: QuidNovi, 2010.

Casadei, Eliza Bachega. 2010. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Académico*, Vol. 1.

Certeau, Michel de. 1977. *A operação histórica*. Pierre Nora Jacques Le Goff. *Fazer História*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

Claval, Paul. 2013. *Como construir a história da geografia? Terra Brasilis (Nova Série)*, Vol. II.

Coelho, Aires Cruz. 2014. *Subsídio para o estudo do Asilo Portuense da Mendicidade*. Matosinhos: Reiform - Artes Gráficas, 2014.

Coutinho, Ana Sofia de Almeida. 2007. *As imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

Coutinho, Bernardo Xavier. 1962. *Arte: Do barroco ao neoclassicismo*. Damião Peres. *História da cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962.

Coutinho, Xavier. 1981. Subsídios para o estudo da iconografia e urbanismo da cidade do Porto. *Revista de História*, Vol. I.

Cruz, António. 1999. O Porto no Século XIX. Damião Perez. *História da Cidade Do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1999.

Cruz, Maria Antonieta. 1994. *Os Burgueses do Porto*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994.

Dias, António Pedro. 2016. *A Cor na Fotografia: Reflexão sobre evolução Histórica e Ensaio Prático*. Lisboa: IADE-U – Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário , 2016.

Fernandes, Francisco Barata. 1999. *Transformações e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.

Fernandes, Mário G. 2011. s.l. *Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal (1864-1926)*: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia. IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, vol.I.

Fernandes, Mário; Garcia, João Carlos. *A Planta da cidade do Porto no século XIX - Cartografia e Urbanismo*. Porto: Camara Municipal do Porto, 2011.

Fernando de Sousa, Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, Manuel Ribeiro, Ricardo Rocha, Ana Cristina Almas, Bruno Rodrigues, Diogo Ferreria, Joana Martins, José Queiroz, Natália Ferreira-Alves, Paula Barros, Paulo Amorim. 2012. *Os Paços do Concelho do Porto*. Porto: CEPES- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2012.

Ferrão, Bernardo José. 1997. *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*. Porto: FAUP, 1997.

Ferreira, J. A. Pinto. 1962. Arrancada para o Porgresso e auge da opulência da urbe "1640-1800". Damião Peres. *História da cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962.

Garcia, João Carlos. 1996. A Configuração da fronteira luso-espanhola nos mapas dos séculos XV a XVIII. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia* – Nº41 - vol. XI.

Garcia, João Carlos. 2015. Antigas Cartas Marítimas e Terrestres. *A universal pintura :a Cartografia nas coleções da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, Braga, 2015.

Goff, Jacques Le. 1990. *História e Memória*. S. Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

Goitía, Fernando Chueca. 1996. *Uma breve história do Urbanismo*. s.l.: Editorial Presença, 1996.

Gonçalves, José Reginaldo Santos. 2003. O património como categoria de pensamento. Regina Abreu e Mário Chagas. *Memória e Património*. Rio de Janeiro : Lamparina Editora, 2003.

Halbwachs in memória coletiva e experiência. *Periódicos Electrónicos em Psicologia* . Maria Luisa Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud. 1993 [Online] 1993. [Citação: 30 de Maio de 2018.] www.pepsic.bvsalud.org.1678-5177.

Heymann, Luciana. 2006. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC. 2006.

Ivano, Rogério. 2015. *Memória e esquecimento: argumentos de Paul Ricoeur*. II Congresso internacional de Historia UEPG, Produção e Circulação do conhecimento histórico do Século XX. UniCentro. 2015

J.A. Pinto Ferreira, Domingos de Pinho Brandão, Robert Smith. 1963. *Alguns retábulos e painéis de igrejas e capelas do Porto - Documentos e memórias para a história do Porto*. Porto: Gab. de História da Cidade, 1963.

Joaquim Cardoso Vitória Vilanova in *Docentes e Estudantes da Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, Memória U.Porto [online] Última actualização: 2015-11-26. [consultado: 20 de Agosto de

2018.][https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20armc%20-%20joaquim%20cardoso%20vit%C3%B3ria%20vilanova.

José Champalimaud de Nussane in *Onomástico - Gisa*. Porto, Arquivo Municipal do Porto [Online] Câmara Municipal do Porto, 2018. [Citação: 30 de Junho de 2018.]

Lacaze, Jean-Paul. 1998 . *A cidade e o urbanismo*. Portugal: Instituto Piaget, 1998 .

Lefebvre, Henri. 2000. *A produção do espaço*. [online] (1ª ed francesa 1974). 2006. [Acedido em 25 de Agosto de 2018] <https://grupogpect.info/2014/06/02/livro-a-producao-do-espaco-de-henri-lefevre>

Lobo, Manuel da Costa. 2011. *Planeamento urbanístico em portugal*. Revista *On the waterfront*. 2011, Vol. 18.

Lopo, Priscila Eunice Ascensão. 2014. *Despir a cidade : Espaço vivido na baixa do Porto – um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2014.

Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues. 1997. Produção e reprodução cultural. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 1997.

Madureira, Helena. Pimenta, José Ramiro. 2012. Natureza e cultura no Porto do século XIX. *Revista Convergência Crítica*. Porto: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS. Vols. I.

Maalouf, Amin. 2009. *As Identidades Assassinas*. s.l. : Difel, 2009.

Magalhães, Joaquim Romero. 2011. *Concelhos e organização municipal na época moderna*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. 9789892600963.

Marques, Maria da Luz Paula. 1992. *O Porto. Memórias. O Porto na colecção de Vitorino Ribeiro*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.

Martins, Fausto Sanches. 1986. *O colégio de S. Lourenço, 1560-1774*. Porto: FLUP, 1986.

Mendicidade, Asilo Portuense de. 1901. *Relatório da Administração do Asilo Portuense de Mendicidade - Ano economico de 1876 a 1877*. Porto: Typ. de Manoel José Pereira, 1901.

Monteiro, Nuno Gonçalo. 1996. A sociedade Local e os seu protagonistas. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, 1996.

Monteiro, Nuno Gonçalo. 1996. O Central, o local e o inexistente regional. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, 1996.

Monteiro, Nuno Gonçalo. 1996. O espaço político e social Local. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Circulo de leitores e Autores, 1996.

Monumentos Desaparecidos . *Blogspot*. [Online] Monumentos Desaparecidos, 6 de Maio de 2016. [Citação: 15 de Setembro de 2017.]
<http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2015/05/as-carquejeiras-porto.html>.

Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.

Murteira, Helena. 2007. *A Lisboa de Pombal: ideologia e projeto urbano*. Lisboa : Livros Horizonte, 2007.

Nora, Pierre. 1993. Entre a memória e a história, problemática de lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. PUC-SP. Vol. X.

Oliveira, César. 1996. Os Municípios no liberalismo monárquico e Constitucional. *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, 1996.

Oliveira, J. M. Pereira de. 1973. *O espaço Urbano Do Porto. Condições Naturais e Desenvolvidos*. Porto: Edições Afrontamento, 1973.

Pereira, Gaspar Martins. 2011. As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. Carlota Santos. *Família, espaço e património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.

Pereira, Lais. 2016. *Documento e discurso: sobre os inquéritos (à fotografia e ao território)*. Práticas da História. Vol. II.

Peres, Damião. 1992. O século XV: Uma "república urbana". *História da cidade do Porto*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1992, Vol. II.

Pimentel, Alberto. 1894. *O Porto na berlinda: memórias d'uma família portuense*. Porto: E. Chardron, 1894.

Pina, Luís de. 1992. Assistência e Arte na cidade do Porto dos séculos XII a XIV. Damião Peres. *História do Porto*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1992, Vol. I.

Pinto, Jorge Ricardo. 2007. *Porto Oriental no final do século XIX um retrato urbano (1875-1900)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

Planta redonda do Porto de George Balck. *Google Arts and Culture*. [Online] Google. [Acedido em: 12 de Dezembro de 2017.] https://artsandculture.google.com/asset/round-map-of-porto-by-george-balck/6AHTkNEL_5Eang.

Quadros, Eduardo. 2008. A letra e a Linha. A Cartografia como Fonte Histórica. *Revista Mosaícos*. 1. Vol. I.

Ribeiro, Lília Paula Teixeira. 2004. *Edifícios públicos portuenses no desfecho do século XVIII : o Quartel do Segundo Regimento de Infantaria : a Real Casa Pia de correcção e educação e aquartelamento das partidas avulsas*. Porto: FLUP, 2004.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares. 1997. A Regeneração e o seu significado. José Mattoso. *História de Portugal*. Lisboa: Editoria Estampa, Lda., 1997.

Ricoeur, P. 2010. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010. P

Rossa, Walter. 2002. *A Urbe e o Traço: Uma década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

Rossa, Walter. 2015. Morfologia urbana e reabilitação urbana. Teresa Marat-Mendes, Paulo Pinho Vitor Oliveira. *O estudo da forma urbana em Portugal*. Porto: U.Porto Edições, 2015.

Safeguarding communities' living heritage in Culture. [Online] UNESCO. [Acedido em: 7 de Dezembro de 2018]. <http://www.unesco.org/new/en/culture/resources/in-focus-articles/safeguarding-communities-living-heritage/>

Salgueiro, Teresa Barata. 1992. *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1992.

Santos, Maria José Moutinho dos. 2001. A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804. *Revista da Faculdade de Letras, História*. III. 2001, Vol. 2.

Sarmiento, João. 2004. *O evolucionismo cultural e o planeamento urbano e regional-texto em memória dos 150 anos do nascimento de Sir Patrick Geddes (1854-1932)*. Geo-Working Papers. 2004, Vol. II.

Serén, Maria do Carmo e Pereira, Gaspar Martins. 2000. O Porto Oitocentista. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

Serrão, Joaquim Veríssimo. 1986. *História de Portugal [1851-1890]*. Lisboa: Verbo, 1986.

Silva, Ana Cristina Nogueira da. 1996. As reformas de 1790-1792. César Oliveira. *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Circulo dos Leitores e Autores, 1996.

Silva, Armando Coelho da. 2000. Origens do Porto. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

Silva, Elsa Peralta da. 2000. *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Antropológicas. 2000, Vol. IX.

Silva, Francisco Ribeiro da. 2000. Tempos Modernos. Luís A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

Siza, M. Tereza. 2001. *O Porto e os seus fotógrafos*. Porto: Porto Editora, 2001.

Sobral, José Manuel. 1998. Memória Social e Identidade. Experiências individuais e experiências coletivas. Pedro Cardim. *A História: Entre a memória e a invenção*. Lisboa: Publicações Europa- América, 1998.

Sousa, Armindo de. 1994. Tempos Medievais. Luis A. de Oliveira Ramos. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994.

Tada, Elton Vinicius Sadao. 2012. A percepção do Esquecimento: Uma análise sobre as perspetivas de Paul Ricoeur sobre a relação entre esquecimento e memória e sua relação

com os estudos de religião. *Paralellus – revista eletrónica em ciências da religião*. UNICAP. Recife, Ano 3, n. 6, jul./dez. 2012.

Tavares, Rui. 2011. *A Carta Topográfica da cidade do Porto de 1892 - Uma Base Cartográfica para a gestão Urbanística Municipal*. Porto: Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto., 2011.

Tavares, Rui Fernando de Jesus Bastos. 2013. *Recentrocidade . Memória e Refundação Urbana*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto , 2013.

Teixeira, Manuel C. 1996. *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Machado, João Afonso. 1988. *Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, 1988, Vols. Nova - VII.

Tavares, Fernão. 1985. *Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, 1985, Vol. Nova IV.

Vargas, Héctor Mendoza e Garcia, João Carlos. 2007. A história da cartografia nos países ibero-americanos. *Terra Brasilis (Nova Série)*. 2007, Vol. I.

Vaquinhas, Irene Maria. 1997. *Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa . José Mattoso. História de Portugal*. Lisboa: Editoria Estampa, Lda. , 1997.

Vieira, Ricardo; Magalhães, Fernando. 2009. *Património e identidade*. Leiria : Profedições, 2009.

Vilanova, Joaquim Cardoso Vitória. 1833. *Edifícios do Porto em 1833*. Porto: s.n., 1833.

ANEXO

D -CMP/7(1) F. 336	1822	Prédio	João Coelho de Sousa	Rua das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(1) F. 304	1822	Prédio	José Francisco Pereira	Passeio das Fontainhas	Reconstruir Prédio
D-CMP/7(1) F. 282	1822	Prédio	Manuel Coelho Sampaio	Calçada da corticeira	Construção de Prédio
F.32	1824	Fabrica e casa	Domingos José Gomes	Sítio da Fraga	<i>Proprietário de uma fábrica de puxar cobre, estanho, prata e chumbo para fabricar tabaco e rapé(...) o estabelecimento e propriedade estão desavados necessitando de um reconstrução da parte norte e posteriormente de uma janela.</i>
D-CMP/7(1) F. 337	1824	Prédio	Atanásio de Sousa Lobo	Rua das Fontainhas	construção de prédio
D-CMP/7(1) F. 340	1827	Prédio	Manuel Barbosa	Rua das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(1) F. 339	1829	Prédio	Raimundo José Caetano	Rua das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(1) F. 335	1830	Prédio	Bartolomeu Gomes	Passeio das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(1) F. 312	1832	Prédio	Luís António de Andrade	Rua das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(5)F. 45	1841	Via pública	Simão Dias Coelho	Rua das Fontainhas	O suplicante precisa de compor as suas propriedades e portanto pede licença para colocar os materiais de construção na via pública - nº1, 2, 3

D-CMP/7(5) F. 158	1841	Casa	Gerturdes Theresa da Lima	Rua das Fontainhas	A suplicante necessita de fazer retificação nas traseiras de uma morada de casa. 22-24
D-CMP/7(5) F. 222	1841	Barraca	Miquelia de Ascensão e Manuel Monteiro (casados)	Por baixo da Rampa do sol	<i>"Barraca em madeira a construir de baixo da Rampa do Sol"</i>
D-CMP/7(6) F. 257	1841	Retirar Pedra	António Joaquim da Silva	Passeio das Fontainhas	<i>"Solicita a extração de pedra de um Terreno"</i>
D-CMP/7(6) F.15-16	1842	Casa	Santa Casa da Misericórdia	Rua das Fontainhas	<i>"Pertendem edificar obra na rua das Fontainhas contiguo ao muro da cerca do recolhimento e junto ao hospital de lazarus"</i>
D-CMP/7(7) F. 135-136	1843	Casa	Helena Joaquina Pereira Saraiva	Por baixo da rampa do sol	A suplicante declara que perdeu a licença e pede uma nova
D-CMP/7(7)	1843	Muro	Adriano Ferreira Pinto Bastos	Rua das Fontainhas	O suplicante solicita licença para vedar a sua propriedade
D-CMP/7(7) F. 72	1843	Barraca	José Pereira	Passeio das Fontainhas	Acrescentar andar
D-CMP/7(7) F. 135-136	1843	Prédio	Helena Joaquina Pereira Saraiva	Passeio das Fontainhas	Construir
D-CMP/7(7) F. 72	1843	Adicionar piso	José Pereira	Passeio das Fontainhas	Adição de piso a uma barraca existente por baixo da Rampa do Sol
D-CMP/7 (8) F. 39-40	1844	Adicionar piso	Joaquim José da Silva Vitoria	Rua Wellesley	Acrescentar andar no prédio 38-39
D-CMP/7(8) F. 95	1844	Terreno	Manuel da Costa Lobo	Rua Wellesley	Construir parapeito no Terreno
D-CMP/7(9) F.40	1845	Portal	António Pinto da Silva	Rua Das Fontainhas	<i>"Tendo de mandar fazer hum portal para servidão para seu terreno(...)"</i>
D-CMP/7(9) F. 235-236	1845	Casa	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	<i>"Diz Manuel Rocha desta cidade e morador junto aos antigos matadouros sitos na rua das"</i>

					<i>fontainhas(...) terra que tomou de empraçamento a Misericórdia (...) construir no mesmo terreno uma casa como forma de alinhamento da mesma rua."</i>
D-CMP/7(9) F. 70	1845	Prédio	Manuel José Lobo Costa	Rua Wellesley	Reformar Portal de Prédio
D-CMP/7(9) F.181-182	1846	Adicionar piso	Manuel Barbosa	Rua das Fontainhas	O suplicante volta a pedir o exame da sua construção nº34 frente
D-CMP/7(9) F. 322-323	1847	Prédio	Manuel Francisco Duarte	Rua Wellesley	Construir prédio
D-CMP/7 (10) F. 334	1847	Prédio	Delfina Rosa de Almeida	Rua Wellesley	Reconstruir prédio
A-PUB/112 - PG 94	1848	Prédio	João Antonio de Sousa	Calçada da Corticeira	<i>(...) Em que o dito cidadão pede licença para edificar huma propriedade no sito da corticeira segundo planta já aprovada, para que a Camara haja de informar o que se lhe offerecer, na conformidade do Decreto de 21 de Dezembro de 1840 artº 4" Foi feita uma vistoria e "Officio do juiz eleito da freguesia (...) terem sido cumppridos os officios que se lhe dirigirão."</i>
D-CMP/7 (13) F. 9-12	1850	Adicionar piso	Francisco Gonçalves Salgado Guimarães	Rua Wellesley	Adicionar andar no prédio nº: 154-158
A-PUB-/113	1851	Prédio	António Ferreira da Costa	Calçada da corticeira	O juiz eleito da freguesia da sé Pede um mestre-de-obras publicas para fazer uma vistoria na casa de António Ferreira da Costa
D-CMP/7(15) F. 206-209	1852	Casa	Adriano Ferreira Pinto Bastos	Rua das Fontainhas	Construção de prédio, com a frente para a rua de S. lazaro e lateral para a rua das fontainhas.
D-CMP/7(16) F. 175-177	1853	Construção de Cano	Manuel da Rocha	Passeio das Fontainhas	Construção de Cano no início da rampa da corticeira para desviar as águas que danificam a

					propriedade do suplicante. O valor da licença foi de 4400\$
D-CMP/7(16) F. 437-440	1853	Adicionar piso	Emília dos Santos Cristo	Passeio das Fontainhas	Solicita licença para a construção de pisos no prédio que construiu no terreno que havia comprado ao padre Manuel de Sousa
D-CMP/7(18) F. 13-16	1854	Prédio	Francisco Pereira Nunes	Rua das Fontainhas	Construção de um prédio do lado Sul da rua das Fontainhas
D-CMP/7(18) F. 56-59	1855	Fabrica	Thomas Nunes de Cunha	Calçada da Corticeira	Quinta do Carvalhinho.
D-CMP/7(18) F. 252-255	1855	Prédios	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	O suplicante solicita licença para a construção de 5 prédios idênticos na rua das Fontainhas. A construção do quinto prédio não foi aceite porque cobria a entrada do futuro Asilo da Mendicidade
D-CMP/7 (18) F. 346-349	1855	Prédio	António José Fernandes	Rua Wellesley	Construir porta no prédio nº: 104-108
D-CMP/7(20) F. 20-20v.	1856	Prédio	João José Durães/ Sousa Junior Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(20) F. 42-43	1857	Hospital dos lázaros e lazarus	Santa Casa da Misericórdia	Rua das Fontainhas	Técnico de obra: Gustavo Adolfo / Engenheiro: Gonçalves e Sousa. Foi solicitada a licença para acrescentar um piso ao hospital.
D-CMP/7(	1857	Prédio	Josefa Rita Margarida	Rua das Fontainhas	Concluir construção de um prédio que havia sido começado pelo antecedente da suplicante
D-CMP/7(22) F. 102-103	1858	Prédio	Francisco Pereira Nunes	Rua das Fontainhas	Construção de prédio no lado nascente da rua das Fontainhas
D-CMP/7(23) F. 13-14	1858	Prédio	Francisco Silca e companhia	Rua das Fontainhas	Construção de prédio no lado nascente da rua das Fontainhas
D-CMP/7(24) F. 62-63	1859	Casebre	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	<i>"(...)Construir proximo dos lavadores das Fontainhas onde ja tem algumas feitas de annos."</i>

D-CMP/7(24) F. 443-445	1859	Adicionar piso	José Ribeiro das Neves	Rua das Fontainhas	Adição de piso a um prédio do suplicante que se localiza no lado poente da mesma rua.
D-CMP/7(25) F.253-255	1860	Prédio	António Pinto Tapadas	Rua das Fontainhas	Construção de Casas
D-CMP/7(30) F.224-226	1860	Prédio	António Pinto Tapadas	Rua das Fontainhas	Construção de Prédios
D-CMP/7(25) F. 250-252	1860	Portal	Francisco Duarte dos Santos	Rua das Fontainhas	Construção de portal para a facilitar a servidão do seu terreno situado no lado nascente da rua das Fontainhas
D-CMP/7(25) F. 489-490	1860	Barraca	Thomas Nunes de Cunha	Passeio das Fontainhas	Construção de barracas no passeio visto não ter conseguido obter licença para construi por baixo da rampa do sol nos terrenos que comprou a Manuel Rocha
D-CMP/7(26) F. 59-60	1861	Muro	António Ferreira Gomes	Rua Wellesley	Abrir Portal no muro da sua propriedade
D-CMP/7(26) F. 312-313	1861	Terreno	José Maria de Sousa Neves	Rua Wellesley	Vedar o seu terreno com um muro
D-CMP/7(27) F. 357-358	1862	Canalização	Constantino António do Vale Pereira Cabral	Passeio das Fontainhas	Construir encanamento para conduzir as águas para o aqueduto que vai para a Rua dos Mercadores(?)
D-CMP/7(28) F. 180-182	1863	Prédio	António Ferreira Gomes	Rua Wellesley	Construção de Prédio
D-CMP/7 (31) F. 163-165	1864	Prédio	José Batista Vieira Cruz	Rua Wellesley	Construção de Prédio
A-PUB/7642	1864	Fabrica de Curtumes	Josefa Paes	Rua Wellesley	<i>Registo de Alvará de licença concebida a Josefa Paes, morada na rua Wellesley para conservação de uma fabrica Curtumes de peles sita na encosta sudoeste da rua Wellesley, freguesia de Bonfim</i>

D-CMP/7(32) F.23-24	1865	Cano de Esgoto	José Gomes da Silva Guimarães	Rua Wellesley	Construir Cano de Esgoto
D-CMP/7(34) F. 201-203	1866	Prédio	Francisco Duarte dos Santos	Rua das Fontainhas	Construir prédio e recuperar algumas das casas apresentadas. (nº 33, 37, 39, 41, 43)
D-CMP/7(34) F. 315-317	1866	Passeio	António Nogueira Guedes	Passeio das Fontainhas	Construção de passeio diante da sua propriedade
D-CMP/7(35) F. 119-121	1866	Prédio	Francisco Pereira da Costa	Passeio das Fontainhas	Não se encontra digitalizado no sistema do arquivo e o livro original estaria para restauro
D-CMP/7(35) F.171-173	1866	Prédio	José Moreira de Matos	Rua Wellesley	Construção do Prédio nº: 109-106
D-CMP/7(37) F.160	1867	Passeio	Francisco Ferreira da Costa	Passeio das Fontainhas	Construção de passeio diante da sua propriedade
D-CMP/7(37) F. 79-81	1867	Prédio	Alexandre Pinto de Almeida	Passeio das Fontainhas	Reformar Prédios: nº 28-30
D-CMP/7(37) F. 276-278	1867	Adicionar piso	António Rodrigues Monteiro	Rua Wellesley	Adicionar Piso a prédio
D-CMP/7(40) F. 237-239	1869	Adicionar piso	George Henriques Augusto Roch	Rua Wellesley	Adicionar piso no Prédio nº: 212-214
D-CMP/7(48) F. 111-112	1873	Caramanchão	João Pedro Soares	Passeio das Fontainhas	Construção de um caramanchão, que é semelhante a um coreto
D-CMP/7(49) F. 394-395	1873	Cano de Esgoto	Manuel dos Santos	Rua Wellesley	Construção de Cano de esgoto da casa nº140
D-CMP/7(51) F. 90-91	1874	Prédio	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	Construir Prédio na Rua das Fontainhas no lado de sua casa
D-CMP/7(51) F. 319-321	1874	Prédio	José de Sousa Rocha	Rua das Fontainhas	Construção de Prédio

D-CMP/7(56) F. 166-167	1876	Cano de Esgoto	Francisco Geraldo da Silva Sardinha	Rua Wellesley	Construção de Cano de Esgoto no Prédio 230-234
D-CMP/7(60) F. 256-257	1877	Passeio	José da Silva Coelho	Rua das Fontainhas	Construção de um passeio na porta nº: 157
D-CMP/7(62) F. F.282-283	1877	Cano de Esgoto	Francisco Rodrigues	Rua das Fontainhas	Referido como cano de águas fluviais. Nº Porta: 52-56
D-CMP/7(59) F. 102-104	1877	Armazém	Thomas Nunes de Cunha	Calçada da Corticeira	Aumentar as instalações da Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho
D-CMP/7(59) F. 214-215	1877	Via pública	António Rodrigues de Carvalho Guerra	Rua Wellesley	Limpeza de via pública devido à remodelação do prédio nº 176.
D-CMP/7(63) F. 146-147	1878	Cano de Esgoto	António Moreira Gomes	Rua das Fontainhas	?
D-CMP/7(65) F. 1-2	1878	Prédio	António Rodrigues Monteiro	Rua das Fontainhas	<i>"Diz António Rodrigues Monteiro , d'esta cidade que pretende fazer um cano d'esgoto na extensão de 4 metros (...)"</i>
D-CMP/7(65) F. 239-241	1878	Águas Furtadas	António Melo Ribeiro	Passeio das Fontainhas	Construção de Águas Furtadas
D-CMP/7(63) F. 115-116	1878	Cano de Esgoto	António Camilo de Almeida	Rua Wellesley	Limpeza de cano de Esgoto da casa nº 132
D-CMP/7(64) F. 350-351	1878	Prédio	José Teixeira de Carvalho	Rua Wellesley	Abertura de janela no prédio nº 122
D-CMP/7(66) F. F.137-138	1878	Cano de Esgoto	António Pinto da Silva	Rua Wellesley	Limpar cano de esgoto da casa nº 152
D-CMP/7(66) F. F.385-386	1878	Aqueduto	Maria Martins de Jesus	Rua Wellesley	Reparar Aqueduto da casa nº 140
D-CMP/7(67) F. 125-126	1879	Cano de Esgoto	Francisco Costa Moreira	Rua das Fontainhas	<i>" Diz Francisco Costa Moreira, morador da Rua das Fontainhas, nº 76, que pretende mandar limpar o cano de esgoto da dita casa na distância de 3 metros</i>

					<i>pouco mais ou menos para o aqueduto geral(...)"</i> .
D-CMP/7(67) F. 348-350	1879	Águas Furtadas/ Substituir Beiral por platibando	Mauxino Faustino de Andrade	Rua das Fontainhas	<i>" Diz o supplecante desta cidade , que sendo agora senhor e proprietário da casa nº 199-203 da rua das Fontainhas que foi de Agostinho Bento Rego(?), o qual foi intimidado para pôr em (?) segurança, pretende agora o supplecante fazer-lhe as obras que necessita (...) construir ágoas furtadas e por-la em forma de charlet</i>
D-CMP/7(71) F. 61-63	1879	Adicionar piso	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	<i>"Diz Manuel da Rocha que nas suas casas na Rua das Fontainhas nº 6-16 pretende adicionar um segundo piso nas mesmas(...)"</i>
D-CMP/7(72) F. 51-53	1879	Adicionar piso	Miguel Pinto da Silva	Passeio das Fontainhas	Adicionar Piso no prédio nº: 37-39
D-CMP/7(68) F. 249-250	1879	Prédio	José Ferreira dos Santos	Rua Wellesley	Reformar o prédio nº 138
D-CMP/7(72) F. 349-350	1880	Cano de Esgoto	Domingos António de Matos Araujo	Rua das Fontainhas	Construção de Cano de Esgoto
D-CMP/7(74) F. 54-56	1880	Adicionar piso	António Lopes Couto	Rua das Fontainhas	Adicionar Piso em Habitação
D-CMP/7(75) F. 1-3	1880	Prédio	Domingos António de Matos Araujo	Rua das Fontainhas	Reformar Prédio
D-CMP/7(75) F. 249-251	1880	Adicionar piso	Francisco Duarte dos Santos	Rua das Fontainhas	Adicionar Piso no Prédio nº: 53-59
D-CMP/7(79) F. 382-383	1881	Agua Furtadas	José Pinto Leite	Rua das Fontainhas	Cobrir as águas furtadas em forma de chalet.
D-CMP/7(77) F. 24-26	1881	Portão	Manuel Lopes Martins	Rua das Fontainhas	Alterar projeto do portão do Bairro Herculano

D-CMP/7(78) F. 138	1881	Bandeiras e Mastos	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	Colocar Bandeiras e Mastos em um dos prédios do suplicante
D-CMP/7(72) F. 175-176	1881	Passeio	Manuel Lopes Martins	Rua das Fontainhas	Construção de Passeio em frente às suas habitações
D-CMP/2 F.159	1881	Alpendres	Câmara do Porto	Lavadouros das Fontainhas	Projeto para a construção dos alpendres metálicos para segurar um telhado dos tanques. Pelos desenhos vistos são os mesmos que existem atualmente
D-CMP/7(81) F. 374-376	1882	Prédio	José Alves Viana	Passeio das Fontainhas	Construção de Prédio Nº: 76
D-CMP/7(82) F. 84-86	1882	Prédio	José da Silva Leite	Rua das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(82) F. 170-172	1882	Prédio	Apolinário Dias Coelho Brandão	Rua das Fontainhas	Reformar Prédio
D-CMP/7(83) F. 154-156	1882	Prédio	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	<i>"Diz Manuel da Rocha que pretende remendar provisoriamente a casa nº7 na rua das Fontainhas (...)"</i>
D-CMP/7(83) F. 320-322	1882	Águas Furtadas	José da Silva Leite	Rua das Fontainhas	<i>"Diz José da Silva Leite, que pretende adicionar águas furtadas (...) em forma de Chalet conforme o supplimento(...)"</i>
D-CMP/7(84) F. 151-153	1882	Adicionar piso	Apolinário Dias Coelho Brandão	Rua das Fontainhas	Adicionar Piso em Habitação
D-CMP/7(84) F. 382-383	1882	Passeio	Domingos Duarte	Rua das Fontainhas	Construção de passeio diante das suas propriedades nº 87-89
D-CMP/7(85) F. 356-357	1883	Canalização	Maximiano Fausto de Andrade	Rua das Fontainhas	Colocar canalização nos prédios Nº: 199-203
D-CMP/7(87) F. 60-61	1883	Cano de Esgoto	Apolinário Dias Coelho Brandão	Rua das Fontainhas	Construção de Cano de Esgoto
D-CMP/7(87) F. 291-292	1883	Cano de Esgoto	Domingos António de Matos Araujo	Rua das Fontainhas	Construção de Cano de Esgoto

D-CMP/7(90) F.140	1884	Colocar Mastros	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	Colocação de Mastros
D-CMP/7(91) F.494-496	1884	Adicionar piso	Manuel Pereira Pinto	Rua das Fontainhas	Adicionar Piso no prédio nº: 19
D-CMP/7(89) F-397-398	1884	Cano de Esgoto	José Augusto de Almeida Guedes	Rua Wellesley	Construir Cano de Esgoto no prédio nº: 200-208
D-CMP/7(92) F. 323-324	1884	Cano de Esgoto	Luís Furtuoso Osório Aires de Gouveia	Rua Wellesley	Limpeza do cano de esgoto no prédio nº: 216
D-CMP/7(94) F. 149-150	1885	Cano de Esgoto	Manuel Pereira Pinto	Rua das Fontainhas	Construção de Cano de Esgoto nos prédios nº: 18-20
D-CMP/7(94) F. 308-310	1885	Águas Furtadas	Manuel da Rocha	Rua das Fontainhas	<i>"(...)Pretende transformar as águas furtadas em um novo piso no prédio"</i>
D-CMP/7(94) F. 476-477	1885	Cano de Esgoto	António Pinto de Sequeira	Rua das Fontainhas	Limpeza de Cano de Esgoto
D-CMP/7(95) F. 92-94	1885	Águas Furtadas	José Luis Alves Viana	Passeio das Fontainhas	<i>"Diz José Luiz Alves Viana que pretende construir uma água furtada(...) casa que possuiu no Passeio das Fontainhas (...)pretende o supplicante construir o mesmo nas trazeiras da casa que confinão(?) para a rua do sol(...)"</i>
D-CMP/7(96) F. 11-12	1885	Cano de Esgoto	Efigénia Emilia Duarte	Rua das Fontainhas	?
D-CMP/7(96) F. 133-134	1885	Cano de Esgoto	José Cunha Muniz	Passeio das Fontainhas	?
D-CMP/7(96) F. 364-365	1885	Postes de telefone	Peray Miller Street	Passeio das Fontainhas	<i>"Perry Miller Street Telephonam(?) company emp. Limitada precisa de colocar 12 postes de ferro para fios telephonicos(?) ao longo do muro do Passeio das Fontainhas de hum lado ao outro (...)"</i>

D-CMP/7(96) F. 327-328	1885	Cano de Esgoto	Manuel da Rocha	Passeio das Fontainhas	<i>"Diz Manuel da Rocha, morador no Passeio das Fontainhas 14 a 18, que precisa de mandar fazer um cano d' esgoto na extensão de 2 metros para encaminhar para o aqueduto geral(...)"</i>
D-CMP/7(96) F. 431-432	1885	Cano de Esgoto	Francisco Barros Lima	Passeio das Fontainhas	<i>"Diz Francisco Barros Lima d'esta cidade que pretende mandar fazer um pequeno cano que dê expedição das ágoas das suas casas sitas no Passeio das Fontainhas (...)"</i>
D-CMP/7(98) F. 284-289	1886	Adicionar piso	António de Pinto Serqueira	Passeio das Fontainhas	O Suplicante solicita licença para adicionar piso na habitação
D-CMP/7(99) F. 275-276	1886	Cano de Esgoto	Joaquim Tomás Mendes	Passeio das Fontainhas	Construção de cano de esgoto
D-CMP/7(100) F. 156-157	1886	Cano de Esgoto	António Sousa Melo	Rua das Fontainhas	Limpeza de cano de esgoto
D-CMP/7(102) F. 489-490	1887	Prédio	José Luis Alves Viana	Passeio das Fontainhas	Reforma de Prédio
D-CMP/7(109) F. 396-398	1889	Águas Furtadas	José Luis Alves Viana	Passeio das Fontainhas	Construção de Águas Furtadas
D-CMP/7(114) F. 72-74	1890	Prédio	António Cunha Moniz	Passeio das Fontainhas	Construção de Prédio
D-CMP/7(114) F. 168-169	1890	Prédio	José Luis Alves Viana	Rua das Fontainhas	Reforma de Prédio nº: 76-79
D-CMP/7(116) F. 357-358	1890	Prédio	José Oliveira da Silva	Rua das Fontainhas	Reforma de Prédio nº:127-132
D-CMP/7(117) F. 43-45	1890	Prédio	José António dos Santos	Rua das Fontainhas	Reforma de Prédio nº:163-167
D-CMP/7(117) F. 300-301	1890	Examinar encanamento	Joaquim Lopes	Passeio das Fontainhas	Examinar Encanamento da habitação do Suplicante

D-CMP/7(120) F. 173-174	1891	Cano de Esgoto	João Pinto de Sousa Lelo	Passeio das Fontainhas	<i>"João Pinto de Sousa Lelo tendo necessidade de mandar construir o cano de esgoto das ágoas fluviais e mandar fazer um passeio e colocar dois portais nas portas de sua casa(...)"</i>
D-CMP/7(120) F. 133-134	1891	Cano de Esgoto	José Teixeira da Silva Braga	Rua das Fontainhas	<i>"José Teixeira da Silva Braga pretende mandar construir um cano de esgoto para aqueduto da rua de S. Vitor para esgotar as ágoas(...)"</i>
D-CMP/7(126) F. 103-107	1893	Prédio	Francisco da Cunha Brandão	Rua das Fontainhas	Reforma da fachada do prédio
D-CMP/7(126) F. 332	1893	Colocar Mastros	José Moreira de Matos	Rua das Fontainhas	Colocar Mastros em Prédios
D-CMP/7(129) F. 45-48	1894	Cano de Esgoto	Francisco da Cunha Brandão	Rua das Fontainhas	Limpeza de Cano de Esgoto
D-CMP/7(138) F. 285-288	1896	Fecho Hidralico	Constantino Antonio do Vale Pereira Cabral	Passeio das Fontainhas	Construção de Fecho hidráulico num cano de esgoto na casa nº: 105
D-CMP/7(140) F. 339-343	1896	Casa	José Pinheiro da Fonseca	Calçada da corticeira	<i>"(...) desejando construir umas casas d'ilha, em um seu terreno situada entre a calçada da corticeira e muro das Fontainhas"; "Neste terreno e no local aonde devem ser construídas as referidas casas d'ilhas e será demolido um casebre afim de poder executar o projeto(...)"</i>
D-CMP/7(142) F. 37-41	1896	Águas Furtadas	António Pinto da Cruz Júnior	Rua das Fontainhas	Construção de Águas Furtadas em Piso
D-CMP/7(144) 160-163	1897	Cano de Esgoto	Quintinho de Sousa Camarinho	Rua das Fontainhas	<i>"(...) que pretende mandar construir um cano de esgoto (...) no aqueduto geral na rua das fontainhas, da casa nº 57 que ali possui."</i>

D-CMP/7(155) F. 97-101	1899	Prédio	Joaquim Coelho da Lima	Calçada da corticeira	Construção de Prédio
D-CMP/7(151) F. 112-116	1899	Aumentar dormitórios na escola de artes e ofícios	Oficina S. José	Passeio das Fontainhas	Técnico de obra: Manuel Gomes da Silva
D-CMP/2 (270)	1888- 1896	Túnel das Fontainhas	Caminhos de Ferro do Minho e Douro		Documentação relativa à linha urbana do Porto. Desenhos relativos à construção da entrada do túnel e muro suporte das Fontainhas